PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

FACULDADE AMAZONAS

FICHA TÉCNICA

PRESIDENTE DO GRUPO IME
Wellington Lins de Albuquerque

REITORA DO GRUPO IME
Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRÓ – REITORA ACADÊMICA DO GRUPO IME
Cinara da Silva Cardoso

PROCURADORA INSTITUCIONAL
Irene Oliveira

Sumário

1. CONTEXTUALIZAÇÃO 6
1. 1 MANTENEDORA 6
1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA 6
1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA: 6
1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO 7
2. SÍNTESE DA IES 24
2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA E DA PRIMEIRA MANTIDA 24
2.2 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO 25
2.3 Organograma 29
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 30
3.1 NOME E ATOS LEGAIS DO CURSO: 30
3.2. NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA: 30
3.3 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC 30
3.4 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO 30
3.5 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO) 30
3.6 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE) 30
3.7 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS 30
3.8 CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO 31
3.9 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO 31
3.10 PERFIL DO COORDENADOR 31
3.11 DISCIPLINA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA 31
3.12 CONVÊNIO 31
3.13 QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO, PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO 32
3.14 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO: 32
4. DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 41
4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 41
4.2 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO 49
4.3 ESTRUTURA CURRICULAR 51
4.4 MATRIZ DO CURSO 57
4.5 METODOLOGIA 83

4.6 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 99
4.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 104
4.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA 107
4.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 108
4.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 121
4.11 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO 125
4.11 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES 128
4.12 OUVIDORIA 132
4.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA 135
4.14 ATIVIDADES DE TUTORIA 147
4.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES 150
4.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM 154
4.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA 156
4.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM 161
4.19 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO 171
4.20 FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA A LICENCIATURA RELACIONANDO TEORIA E PRÁTICA DE FORMA REFLEXIVA AO LONGO DE TODO O CURSO 173
4.21 AÇÕES ACADÊMICAS ADMINISTRATIVAS 174
4.22 PROGRAMA DE MONITORIA 182
4.23 POLÍTICA DE PESQUISA 183
4.24 AÇÕES ACADÊMICO ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 186
4.25 POLÍTICA DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL 187
4.26 POLÍTICA AMBIENTAL 190
4.27 POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS 193
4.28 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA 194
4.29 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO RELACIONADAS À DIFUSÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: CIENTÍFICA, DIDÁTICO-PEDAGÓGICO, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL 196
4.30 POLÍTICAS DE ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS 196
4.31 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 197
4.32 ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DA IES NO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO 198
4.33 PAPEERI – PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO, ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL 199
4.34 PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO 200

4.35 PROJETOS TRANSVERSAIS PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO. 205
4.36 PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO. 207
4.37 PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO 207
4.38 PROJETOS DE EXTENSÃO PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO.... 207
4.39 PROJETOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO 208
4.40 PROJETOS DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO 209
4.41 PROJETO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS DO CURSO 210
4.42 PRÁTICAS EXITOSAS OU INOVADORAS DO CURSO 211
5.DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL..... 212
5.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE- NDE 212
5.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR 213
5.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO 216
6. DIMENSÃO 3. INFRAESTRUTURA..... 229
6.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL 229
6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR 229
6.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES 229
6.4 SALAS DE AULA..... 229
6.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 230
6.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR 230
6.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR 230
6.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA 231
6.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA 231
6.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE..... 232
6.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES 232
6.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS Obrigatório para a área cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCNs..... 232
6.13 BIOTÉRIOS 232
6.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA) 233
6.15.1DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO..... 234
6.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS..... 235
6.16 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO..... 235
ANEXOS 237

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1. 1 MANTENEDORA
a) Nome e Base Legal da Mantenedora:
RAZÃO SOCIAL: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP

b) Endereço da Mantenedora:
Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru – CEP 69402-093 – Amazonas.

1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA
Faculdade Amazonas – Código da mantida: 21592
Sociedade Empresarial Limitada
CNPJ: 24.373.640/0001-05

Atividade Econômica Principal: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação
Representante Legal: Maria Eugênia Seffair Lins de Albuquerque Catunda de Souza

a) Endereço da Mantida
Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru – CEP 69402-093 – Amazonas.

1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA:

- Missão da IES: Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.
- Valores: Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.
- Perfil: IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão sócio educacional.

A Instituição tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que

permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à autorrealização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar, conscientes do seu papel social de envolvimento com as mudanças.

1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

O Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a mais extensa delas, pouco maior que a Mongólia e pouco menor que a área da Região Nordeste brasileira, com seus nove estados. O estado está situado na região Norte do país e tem como limites a Venezuela e Roraima a norte, o Pará a leste, o Mato Grosso a sudeste, Rondônia a sul, o Acre a sudoeste, o Peru a oeste e a Colômbia a noroeste.

Desconhecida da maioria dos brasileiros, a Amazônia figura nos roteiros internacionais como um dos melhores lugares do mundo para o ecoturismo. Mesmo assim, ainda é incipiente o número de turistas que visita à região: apenas 6% (400 mil) dos turistas estrangeiros que visitam o país viajam para a Amazônia, e velando seu enorme potencial turístico.

A cidade de Manacapuru, fundada em 15/02/1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785. Nessa época existia, à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do Manacapuru, uma Feitoria de Pesca denominada Caldeirão, cuja produção abastecia a guarnição militar sediada em Barcelos, sede da Capitania.

Em 1894, pela Lei Estadual n.º 83, Manacapuru é elevada à categoria de Vila e é criado o município, desmembrado do município de Manaus. De acordo com a Formação Administrativa a Lei n.° 148, de 12 de agosto de 1865, criou a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru, com sede na povoação de Manacapuru. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Manacapuru, pela Lei Estadual n.º 83, de 27-09-1894, foi desmembrada do município de Manaus. Instalado em 16-06-1895.

A Comarca de Manacapuru foi criada pela Lei n.° 354, de 10 de setembro de 1901. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 13 distritos: Manacapuru, Aiapuá, Arara, Beruri, Caapiranga, Campina, Conceição de Manacapuru, Guajaratuba, Jaitenga, Manaquiri, Mundurucus, Paratari e Tamanduá.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920 o município aparece constituído de 5 distritos: Manacapuru, Aiapuá, Campinas, Manaquiri, Terra Preta. Por força da Lei n.° 1.126, de 5 de novembro de 1921, foi extinta a comarca de Manacapuru e restabelecida no ano seguinte, conforme Lei n.° 1 133, de 7 de fevereiro. Elevada à condição

de cidade, com a denominação de Manacapuru, pelo Ato Estadual n.º 1.639, de 16-07-1932. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 01-12-1938, foram criados os distritos de Caapiranga e Beruri e anexados ao município de Manacapuru.

No quadro fixado apara vigorar no período de 1939 a 1943 o município é constituído de 3 distritos: Manacapuru, Beruri e Caapiranga. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Pela Lei Municipal n.º 14, de 07-6-1957, é criado o distrito de Vila Rica e anexado ao município de Manacapuru. De acordo com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959 compõem o município três distritos: Manacapuru, Beruri e Caapinanga. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído de 4 distritos: Manacapuru, Beruri, Caapiranga e Vila Rica. Pela Lei Estadual n.º 1, de 12-04-1961, é desmembrado do município de Manacapuru o distrito de Beruri, elevado à categoria de município.

Pela Lei Estadual n.º 7, de 09-04-1963, são desmembrados do município de Manacapuru os distritos de Caapiranga e Vila Rica, elevados à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Estados Unidos, a Alemanha, a França, a China e o Japão são os alvos preferenciais o turismo sustentável da região. Destaca também que a Amazônia é vista como “marca própria” em diversos lugares do mundo. Atualmente, a demanda efetiva do Brasil é de 6 milhões de turistas e um lucro estimado de US$ 184 bilhões, fazendo com que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) considere altamente relevante o mercado turístico da Amazônia. Para explorar esse potencial, a entidade vem desde 2009, implantando uma série de estratégias que tem como principal objetivo fazer crescer o potencial turístico local.

Segundo o Último Anuário Estatístico 2017 realizado pela Secretaria Estadual de Planejamento, tendo como fonte primária os dados do último censo do IBGE, o Amazonas tem uma população de 4.063.614 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 2.130.264 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km² correspondente a cidade de Manaus.

Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2030, haverá no Estado do Amazonas 4.728.027 habitantes. A criação de uma Faculdade no Município do Estado do Amazonas, estará evitando este êxodo rural para capital e possibilitando a formação de uma mão de

obra mais especializada, contribuindo para o desenvolvimento do próprio município. Ainda segundo o IBGE, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicaram e implicarão novas e volumosas demandas por serviços educacionais e pelo acesso a políticas públicas que possam contribuir para a qualidade de vida da população.

Nesse cenário ao pensarmos nas diferenças regionais que marcaram o Brasil nas últimas duas décadas e que aprofundaram as diferenças econômicas, sociais e culturais entre o Norte/Nordeste do país e as demais regiões, esse desafio assume grandiosa proporção.

As desigualdades educacionais são realidade no Brasil e podem ser constatadas com análises simples de estatísticas já públicas. No site do Todos Pela Educação estão reunidos dados sobre a Educação das cinco regiões brasileiras, que permitem o monitoramento e a comparação entre seus desempenhos educacionais.

Um dos dados disponíveis na seção “Educação no Brasil” do site é a taxa de distorção idade-conclusão. Ela marca o atraso dos estudantes para o término do ensino e a disparidade no País é alta: a Região Sul tem 37,9% dos alunos com a conclusão do Ensino Fundamental atrasada; já o Nordeste tem 71,4%. São 33,5 pontos percentuais de diferença entre a maior (Nordeste) e a menor (Sul) taxa de distorção no Brasil.

Percentual de alunos que terminam o Ensino Fundamental com atraso

- Norte 69,8%
- Nordeste 71,4%
- Centro-Oeste 55,6%
- Sudeste 56,9%
- Sul 37,9%

Pela Meta 4, verificamos que, na Região Sul, 60,5% dos jovens concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Já no Norte apenas 36,6% terminam essa etapa até os 19 anos.

Meta 4 – Conclusão do Ensino Médio aos 19 anos

- Norte 36,6%
- Nordeste 37,1%
- Centro-Oeste 49,5%
- Sudeste 59,7%
- Sul 60,5%

Estasrealidades da educação básica das regiões Norte e Nordeste, não constituem novidades, e não diferem com relação à realidade da Educação superior. O Estado do Amazonas num contexto de profundas modificações sociais e econômicas já experimentadas por outras regiões do país. Neste sentido, o desenvolvimento regional, desigual da Amazônia, como apontam os estudos de inúmeros sociólogos e economistas que se dedicam a pensar a região, faz emergir a necessidade de avançar na oferta de educação como estratégia prioritária de diminuição das diferenças regionais e como ferramenta de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que a pretende oferecer serviços educacionais, a fim de proporcionar condições de ampliação das possibilidades de desenvolvimento, através da oferta de melhores condições de acesso ao ensino superior e da ampliação de todas as potencialidades dos municípios do nosso Estado.

Em várias áreas, a desigualdade regional ainda é uma das características mais marcantes do nosso país, Não existe qualidade sem equidade. Os países que estão no topo do ranking mundial da educação apresentam uma média alta de desempenho e baixa desigualdade entre alunos e redes. Um exemplo é o Canadá, país entre os cinco primeiros colocado no Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, que, apesar de abrigar um fluxo imigratório intenso de famílias de várias partes do mundo, tem uma das menores desigualdades educacionais.

Esta desigualdade no Estado do Amazonas é perceptível também entre a capital e os municípios, que precisam de investimento para o desenvolvimento dos municípios do Estado do Amazonas.

1.4.1 Dados do MunicípioFigura:

Localização de Manacapuru no Amazonas

Fonte G1

Manacapuru é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. É a quarta cidade mais populosa do estado com 97 377 habitantes, segundo estimativas do IBGE de 2019. Situada às margens do rio Solimões, a 93 quilômetros de Manaus via terrestre, o principal acesso à cidade é através da Rodovia Manoel Urbano, onde está a Ponte Jornalista Phelippe Daou, sendo fundamental para a integração e o desenvolvimento da Grande Manaus.

O município ocupa uma área de 7 329,234 km², representando 0.4666% da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo o território brasileiro. Manacapuru possui uma temperatura média anual mínima de 24 °C e de 35 °C como média máxima. A vegetação, típica da região amazônica é formada por florestas de várzea e terra firme, tendo ao seu redor um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra.

Fundada em 1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785, que se estabeleceram na margem esquerda do rio Solimões por volta do século XVIII, fazendo com que surgisse a localidade. Manacapuru é conhecida nacionalmente como a Princesinha do Solimões, apelido que ostenta desde meados do século XIX. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como sua tradicional festa popular, o Festival de Ciranda de Manacapuru, o que coloca o município entre os mais visitados por turistas na Amazônia.

Manacapuru possui o terceiro maior PIB do Amazonas, representando, isoladamente 1,35% de todo o PIB do estado. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. O município contava, em 2009, com 24 estabelecimentos de saúde.

Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré e a Igreja Matriz é o principal cartão-postal da cidade.

1.4.2 Etimologia

Manacapuru é uma palavra de origem indígena, que deriva das expressões Manacá e Puru. Manacá é uma planta brasileira das dicotiledôneas, da família solanaceae. Em tupi-guarani, a palavra significa "Flor". Já a palavra "Puru" possui a mesma origem, sendo distinto apenas o significado, que quer dizer enfeitado ou matizado. Assim sendo, Manacapuru em tupi-guarani significa Flor Matizada.

Outra possível tradução do nome do município de Manacapuru vem do dialeto indígena mura e significa também "Flor Matizada". Mana: Flor. Capuru: Matizada. O nome Manacapuru faz referência a uma aguerrida cunha poranga que governava com mão de ferro, esta nação das margens esquerda do Rio Solimões onde hoje se encontra a cidade do mesmo nome.

1.4.3 História

Os índios muras, antigos habitantes da região, ocupavam a área que pertence ao atual município de Manacapuru, já no século XVII. Os muras eram conhecidos pelos portugueses como índios belicosos e hostis, motivo pelo qual foram alvos de guerras movidas pelo invasores portugueses, a partir de 1774, sob o comando de Matias Fernandes e do diretor da aldeia de Santo Antônio do Imaripi, situada no Japurá, muito distante da região.

Por conta da grande distância de Japurá à localização dos muras, por volta de 1785 já existia, à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do rio Manacapuru, uma feitoria de pesca denominada Caldeirão, cuja produção era destinada ao abastecimento da guarnição militar sediada em Barcelos, que a essa época era sede da capitania. A feitoria de pesca era administrada por Sebastião Pereira de Castro.

Sebastião Pereira de Castro comunicou ao general Pereira Caldas a grande migração de índios muras vindos de outras regiões para a localidade. Segundo Castro, em 27 de setembro daquele ano, haviam chegado ali um "grosso número de gentio mura", que desejavam estabelecer-se nas vizinhanças. Em resposta a essa comunicação, o general Pereira Caldas recomendou que os índios fossem deslocados para o povoado de Anamã - que mais tarde viria a ser um município - ou um outro lugar designado pelo administrador. O local escolhido para o estabelecimento dos muras foi a margem do lago Manacapuru. Ali, cerca de 290 indígenas muras se estabeleceram em 15 de fevereiro de 1786, edificando assim, a povoação que recebeu o nome de Manacapuru, nome este pertencente ao lago.

1.4.4 Formação Administrativa

A Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru foi criada em 12 de agosto de 1865, a partir da lei n.º 148. A freguesia tinha sede no povoado de Manacapuru. Com a lei n.º 83, de 27 de setembro de 1894, criou-se o município de Manacapuru, com território desmembrado do município de Manaus. A instalação só ocorreu em 16 de junho de 1895.

A Comarca de Manacapuru foi criada pela lei n.º 354 de 10 de setembro de 1901. Através da lei n.º 1.126 de 5 de novembro de 1921, a comarca foi extinta, e só restabelecida no ano seguinte, em 1922, por força da lei n.º 1.133 de 7 de fevereiro. Foi concedido ao município foros de cidade em 16 de julho de 1932, com o ato estadual n.º 1.639.

Com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959, três distritos formavam o município: Manacapuru, Beruri e Caapiranga, sendo que os três já foram emancipados.

Atualmente, o município possui apenas o distrito de Caviana, o qual também já teve proposta, em 2010, sua emancipação, juntamente com outros vinte e sete distritos no estado do Amazonas.

1.4.5 História Recente

Em decorrência do crescimento demográfico de Manacapuru, que atualmente ostenta a posição de quarta cidade mais populosa do Amazonas e uma das maiores em população da Região Norte, o município foi incluído à Região Metropolitana de Manaus em 27 de dezembro de 2007. Possui atualmente área de 7,329 quilômetros quadrados. e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,663.

1.4.6 Geografia

O município de Manacapuru está situado à margem esquerda do rio Solimões, na confluência deste com o rio Manacapuru, a sudoeste da capital do Amazonas, a 93 km via terrestre da mesma. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 3° 18' 15" de latitude sul e 60° 37' 03" de longitude W. Gr.

Há um grande potencial aquático, florístico e faunístico em seu território. Foi o primeiro município do Amazonas a ter em sua área territorial um Sistema Municipal de Unidade de Conservação (SMUC) - a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha - além da Área de Proteção Ambiental do Miriti e dos Lagos de Manutenção do Paru e Calado. A vegetação da localidade caracteriza-se em quase sua totalidade por áreas de várzea e terra firme, do qual recebe intensa influência.

1.4.7 Municípios Limítrofes

Manacapuru limita-se com seis municípios, a saber: Iranduba e Manaquiri ao leste; Beruri ao sul; Anamã e Caapiranga ao oeste; e Novo Airão ao norte e noroeste. Com o município de Iranduba: O limite de Manacapuru com Iranduba se inicia na cabeceira do Igarapé Açú, divisor de águas entre os rios Negro e Manacapuru. Este divisor se estende para sudeste, alcançando as cabeceiras do Igarapé da Anta, por sua linha mediana, até alcançar a confluência no lago Aracapuri.

A partir daí, o Igarapé Açú, dividindo os dois municípios, estende-se até alcançar o lago Ubim. Na região norte do município, a linha divisória deste com Iranduba é a rodovia AM-070, que liga Manaus a Novo Airão. Também nesta região, o divisor do município é o Paraná do Ariaú, lago que desemborca no rio Solimões.

Com o município de Manaquiri: O limite entre Manacapuru e Manaquiri se inicia na margem direita do rio Solimões, subindo por essa margem até alcançar o lago Paraná do Barroso, na parte mais ocidental da ilha do Barroso. A partir daí, o limite entre os dois municípios se dá por uma linha atravessando o povoado de Paraná do lago Grande, até alcançar o lago Grande.

A partir deste lago, o divisor entre os dois municípios torna-se novamente o rio Solimões, finalizando no lago Manaquiri e na nascente do Igarapé Sucuri.

Com o município de Beruri: Manacapuru inicia seu limite territorial com Beruri também na nascente do Igarapé Sucuri. Após o Igarapé Sucuri, o divisor territorial dos municípios passa a ser o Igarapé Pupunha, que divide os limites através de uma linha mediana, até alcançar os lagos do Acarituba, Papagaio e Baruri. A partir daí, o divisor territorial torna-se o rio Solimões.

Com o município de Anamã: Inicia-se na margem direita do rio Solimões, na parte mais ocidental da ilha do Iauara, descendo o rio pela margem ocidental. A partir daí o divisor territorial entre Manacapuru e Anamã torna-se uma linha mediana, até alcançar sua interseção com o paralelo de 3º 30' sul. Com o município de Caapiranga: Começa no paralelo de 3º 30' sul. Este paralelo, para nordeste, alcança a nascente Igarapé Cuité. Outros divisores usados para os limites territoriais entre Manacapuru e Caapiranga são os lagos Cabaliana, Paraná do Anamã, Campina, Cláudio e Piraí e os rios Manacapuru e Solimões.

Com o município de Novo Airão: O limite entre os dois municípios se inicia no Igarapé Piraí e alcança o Igarapé Posto da Petrobrás. O rio Manacapuru é usado como limite entre os dois municípios, após o fim do Igarapé da Petrobrás. Por fim, o rio Negro finaliza o limite geográfico e territorial entre Manacapuru e Novo Airão.

1.4.8 Clima

Manacapuru possui clima tropical úmido, presente em toda a Amazônia. O clima é amenizado por alta pluviosidade e pelos ventos alísios que sopram do Atlântico. Quedas de temperatura são comuns no município e diminuem bastante os rigores de calor, acontecendo quase sempre à noite. Há duas estações distintas: inverno, que se inicia em dezembro, e verão, que se inicia em maio.

Entre abril de 1958 e dezembro de 1960, a maior temperatura registrada em Manacapuru foi de 35,8 °C, observada no dia 15 de outubro de 1958. A mínima foi de 18,1 °C, no dia 21 de julho de 1958.[24] Também durante este período, o maior acumulado de chuva ocorrido em 24 horas foi de 94 mm, em 29 de dezembro de 1958.

1.4.9 Hidrografia

Manacapuru está localizada junto à bacia hidrográfica Amazônica. Os rios que passam por Manacapuru são os rios Solimões e o Manacapuru, que dá origem ao nome da cidade. O rio Solimões começa no Peru e, ao entrar no Brasil, no município de Tabatinga, recebe o nome de Solimões. Além dos rios Solimões e Manacapuru, banham o município os rios Purus e Jará.

1.4.10 Fauna e flora

A fauna e flora da Amazônia é diversificada, sendo encontrada a mesma fauna da floresta tropical úmida presente na Amazônia em diversos municípios. É possível encontrar no município, inúmeras espécies de plantas e pássaros, inúmeros anfíbios e milhões de insetos.

Os grandes mamíferos da água, como o peixe-boi e o boto, são encontrados principalmente em regiões sem muita movimentação do rio Negro. A hidrografia do município é privilegiada, principalmente na divisa com Novo Airão, este conhecido por ser a "terra do Peixe-boi". Algumas árvores de origem amazônica, como a andiroba e mafumeira (também conhecida como Sumaúma), são encontradas em algumas regiões da cidade, principalmente em áreas intactas.

Na área urbana, pouco se encontra tais árvores. Répteis como tartarugas, caimões e víboras também ali habitam. Há pássaros e peixes de todas as espécies, plumagens e peles. Em algumas regiões ao longo dos rios, encontramos a planta vitória-régia, cujas folhas circulares chegam a mais de um metro de diâmetro.

1.4.11 Demografia

A população do município, de acordo com o Censo de 2019 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 97 377 habitantes, sendo o 4º mais populoso do estado e apresentando uma densidade populacional de 13,29 habitantes por km². Segundo o censo de 2010, 51,05% da população eram homens (43 461 habitantes), 48,95% (41 680 habitantes) mulheres, 70,68% (60.174 habitantes) vivia na zona urbana e 29,32% (24.967 habitantes) na zona rural.

O crescimento populacional de Manacapuru na última década foi de 15,54%. Em um período de nove anos, entre 1991 e 2000, a população de Manacapuru teve uma taxa média de crescimento anual de 2,97%, onde sua população se elevou de 57 173 habitantes em 1991 para 73 695 habitantes em 2000. Em contrapartida, a taxa de urbanização cresceu apenas 2,66% passando de 63% de urbanização no município, em 1991, para 64,67% em 2000. Em 2000, a população do município representava 2,62% da população do estado e 0,04% da população do país.

Ainda no período de 1991 a 2000, houve um declínio no quesito razão de dependência. Em 1991, a razão de dependência entre os habitantes era altíssima: 107,6%. Em 2000, com o declínio, este índice baixou para 85% dos habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Manacapuru é considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No ano de 2000, considerando apenas a educação, o valor do índice é de 0,761 enquanto o do Brasil é 0,849. O índice da saúde é de 0,684 (o brasileiro é 0,787) e o de renda é de 0,544 (o do Brasil é 0,723). Comparado aos outros municípios do Brasil, Manacapuru apresenta uma situação intermediária, ocupando a 3.555ª posição no quesito IDH, sendo que 3.554 municípios (64,5%) estão em situação melhor e 1.952 municípios (35,5%) estão em situação pior ou semelhante.

Comparando com os municípios do Amazonas, Manacapuru apresenta uma situação considerada razoável: ocupa a 15ª posição, sendo que 14 municípios (22,6%) estão em situação melhor e 47 municípios (77,4%) estão em situação pior ou semelhante. No período de 1991 a 2000 o IDH de Manacapuru cresceu 11,24% passando de 0,596 em 1991 para 0,663 em 2000. A Longevidade foi o que mais contribuiu para este crescimento, com 51,2%, seguida pela Educação, com 49,8%. Caso Manacapuru mantivesse esta taxa de crescimento de IDH, levaria 26 anos para alcançar São Caetano do Sul, o município com o melhor IDH do Brasil (0,919) e 12 anos para alcançar Manaus, o município com o melhor IDH do estado (0,774).

1.4.12 Religião

A variedade cultural em Manacapuru se faz presente e são diversas as manifestações religiosas presentes na localidade. Assim como diversos municípios brasileiros, o município se desenvolveu sobre uma matriz social eminentemente católica e é possível encontrar atualmente na cidade dezenas de denominações protestantes diferentes.

Também é notório o crescimento dos sem-religião que, segundo dados de 2000, correspondem a 6,09 % da população religiosa da cidade. Manacapuru está localizada no país mais católico do mundo em números absolutos. A Igreja Católica teve seu estatuto jurídico reconhecido pelo governo federal em outubro de 2009, ainda que o Brasil seja atualmente um estado oficialmente laico.

De acordo com dados do censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população de Manacapuru é composta por: Católicos (65,68%), evangélicos (25,73%), pessoas sem religião (6,09%), budistas (0,01%) e 2,14% estão divididas entre outras religiões. Entre as igrejas protestantes, destacam-se a Assembleia de Deus (15,36%), Igreja Batista (2,09 %) e Igreja Adventista do Sétimo Dia (1,72 %).

Entre as denominações cristãs restauracionista, destacam-se A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (1,16 %) e as testemunhas de Jeová (0,40 %). O espiritismo, judaísmo, a umbanda e o candomblé não foram identificados entre a população religiosa.

1.4.13 Cultura e Sociedade

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes e migrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas.

Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas".

Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais.

1.4.14 Festival de Cirandas

Assim como Parintins, Manacapuru também é conhecida por seu festival folclórico, porém, ao invés do característico boi-bumbá de Parintins, a cidade é conhecida por suas cirandas, agremiações que tocam um estilo de música típico local, e apresentam desfiles competitivos. Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá geralmente no último fim de semana do mês de agosto ou início de setembro.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade.

São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional. O Festival de Ciranda de Manacapuru é um dos maiores do estado do Amazonas e da Região Norte do Brasil, recebendo de 50 a 90 mil turistas todos os anos.

1.4.15 Turismo

Manacapuru é um dos maiores destinos turísticos no Amazonas, recebendo um elevado número de turistas que visitam as praias, lagos e igarapés das proximidades, que contam com diversos hotéis de selva.

O ecoturismo, também chamado de turismo de natureza, atrai milhares de turistas ao município. Entre as atrações naturais da cidade, destacam-se: Reserva Ecológica de Manacapuru, possuindo uma vegetação típica de várzea, com gigantescas árvores, como a Sumaúma. Caracteriza-se como uma área migratória e de produção de aves, sendo também um dos melhores locais para a pesca esportiva, pela variedade de peixes como a piranha e o aruanã. Possui um hotel flutuante e um observatório de pássaros, de jacarés e aves. Situa-se na margem esquerda do Rio Solimões.

A Comunidade Indígena Sahu-Apé também é um atrativo natural da localidade, onde se encontram especiarias indígenas. A Ilha de Santo Afonso, no rio Solimões, também é um atrativo natural muito visitado. O Cais do Porto, no centro da cidade, é um dos principais pontos turísticos, sendo um porto histórico e regional.

A centenária Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré é o cartão postal mais conhecido de Manacapuru. Um marco, com grande presença na educação e na formação religiosa do povo manacapuruense, erguida com espírito de colaboração e solidariedade, é uma das 10 Paróquias da Prelazia de Coari. O prédio passou por várias edificações, que melhoraram e ampliaram a estrutura ao longo do tempo. Antes da construção do templo atual, os ofícios religiosos eram realizados em uma capelinha singela, construída no início do século XIX e

situada onde, atualmente, é a praça 16 de julho . A capela era, a princípio, uma iniciativa da população local, que se responsabilizava pela manutenção e organização dos cultos religiosos.

A construção da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré teve início em 1904 e foi concluída em 1907. A família Ventura se destacou pelo apoio dado à construção. O altar em forma de canoa que há na igreja foi usado na missa feita pelo Papa João Paulo II, quando visitou Manaus em 1980. Na cidade há também o Terminal Fluvial Turístico e Centro de Atendimento ao Turista; Mercado Municipal, um dos mais antigos da cidade; Casa da Cultura; Parque do Ingá; Balneário do Miriti e Praça 16 de julho e entre outras atrações turísticas.

1.4.16 Futebol

No futebol, o principal clube de futebol de Manacapuru é o Princesa do Solimões Esporte Clube, tendo sido fundado no dia 18 de agosto de 1971. Sua sede é estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, no Centro Histórico de Manacapuru. O Princesa do Solimões fez a primeira partida Oficial do Primeiro Campeonato Amazonense de Futebol em 1987, sendo o terceiro clube de futebol do interior amazonense a participar de tal evento, sendo precedido pelos clubes Penarol, de Itacoatiara e Olaria, de Humaitá. Grande revelador de talentos, fez surgir uma gama de estrelas do futebol nortista, tais como Naílton, Zédvan e Alcimar. O "Tubarão do Solimões", assim como é comumente conhecido pelos amazonenses, tem como símbolo um "Tubarão".

Conquistou vice-campeonatos estaduais, em 1985 e 1997, além da conquista do Torneio Início de 1997 e 2007. Em 1989, disputou seu único torneio nacional, ficando em sexto lugar no seu grupo, vencendo apenas dois clubes: O Mixto Esporte Clube, de Cuiabá, capital do Mato Grosso e o Dom Bosco Futebol Clube, da cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul; este feito torna Manacapuru o único município do interior a ter sido representado na Segunda Divisão mais importante do futebol Brasileiro.

Outro clube de Manacapuru a chegar no futebol profissional foi o Operário, fundado em 10 de Junho de 1982 o clube profissionalizou-se em 2010 sagrando-se logo campeão da Série B do campeonato Amazonense, e em menos de dois anos chegando à Série A.

1.4.17 Sobre o Curso de Pedagogia, a Profissão Docente e a Educação do Local

Manacapuru é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. É a quarta cidade mais populosa do estado com 98 502 habitantes, segundo estimativas do IBGE de 2020. Situada às margens do rio Solimões, a 93

quilômetros de Manaus via terrestre, o principal acesso à cidade é através da Rodovia Manoel Urbano, onde está a Ponte Jornalista Phelippe Daou, sendo fundamental para a integração e o desenvolvimento da Grande Manaus.

O município ocupa uma área de 7 329,234 km², representando 0.4666% da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo o território brasileiro. Manacapuru possui uma temperatura média anual mínima de 24 °C e de 35 °C como média máxima. A vegetação, típica da região amazônica é formada por florestas de várzea e terra firme, tendo ao seu redor um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra.

Manacapuru possui o terceiro maior PIB do Amazonas, representando, isoladamente 1,35% de todo o PIB do estado. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674.

Em decorrência do crescimento demográfico de Manacapuru, que atualmente ostenta a posição de quarta cidade mais populosa do Amazonas e uma das maiores em população da Região Norte, o município foi incluído à Região Metropolitana de Manaus em 27 de dezembro de 2007.

Possui atualmente área de 7,329 quilômetros quadrados e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,663.O município de Manacapuru está situado à margem esquerda do rio Solimões, na confluência deste com o rio Manacapuru, a sudoeste da capital do Amazonas, a 93 km via terrestre da mesma. Manacapuru limita-se com seis municípios, a saber: Iranduba e Manaquiri ao leste; Beruri ao sul; Anamã e Caapiranga ao oeste; e Novo Airão ao norte e noroeste.

A população do município, de acordo com o Censo de 2019 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 97 377 habitantes, sendo o 4º mais populoso do estado e apresentando uma densidade populacional de 13,29 habitantes por km². Segundo o censo de 2010, 51,05% da população eram homens (43 461 habitantes), 48,95% (41 680 habitantes) mulheres, 70,68% (60.174 habitantes) vivia na zona urbana e 29,32% (24.967 habitantes) na zona rural.

A economia caracteriza-se especialmente pela coleta de borracha e castanha, exploração de caça, pesca, pecuária extensiva nos campos naturais e incipiente agricultura itinerante nas terras firmes, salientando-se nos últimos anos a cultura da juta e da pimenta-do-reino. Com relação a Manacapuru, observa-se que, embora tenha nas indústrias extrativas animal e vegetal expressiva fonte de riqueza, é a agricultura, em particular a cultura da Juta, a base econômica do município.

Manacapuru possui escolas em todas as regiões do município, o município em 2009 contava

com aproximadamente 22 429 matrículas, 727 docentes e 171 escolas nas redes públicas e particulares, sendo 19 escolas estaduais e 150 municipais, 23 escolas municipais atuavam em atividades pré-escolares.

No ensino superior, o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Em Manacapuru está sediado o Centro Metropolitano de Estudos Superiores da UEA (CMESU -UEA). O Centro Metropolitano, que abriga os cursos de Engenharia Naval, Engenharia de Pesca, Produção de Alimentos, Produção de Fibras e Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, dá ênfase a tais cursos para atender as demandas específicas de Novo Airão, onde se encontra um centro de indústria naval regional, Iranduba, que possui grandes sítios arqueológicos, e Manacapuru, maior produtor brasileiro de fibra vegetal.

Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. Devido a oferta de instituições de ensino superior para formação de professores no município ser escassa, e por sua vez ser um município populoso e carente no que tange ao setor educacional, a procura para profissionalização no campo educacional fica condicionado a percorrer 93 km em busca da formação na capital de Manaus.

Desta forma, o curso de Licenciatura em Pedagogia da FACULDADE AMAZONAS está imbuído no compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas.

Nesta perspectiva, a formação em Licenciatura em Pedagogia deve estar alicerçada em uma prática social que se qualifica como concreta possibilidade de mudança e transformação da sociedade, buscando refletir sobre as características pitorescas da região Amazônia atendendo aos diversos aspectos para o desenvolvimento da educação, saúde, ambiente e da tecnologia.

1.4.17.1 Planos de ação da IES

Vale destacar os Planos de Valorização Profissional abordando Condições de Trabalho pretendidos pela IES: a política de recursos humanos da IES prevê como descrita no PDI, no Item Plano de Cargos e Capacitação de Docentes, processos de ascensão profissional, considerando, produção acadêmica, titulação, publicação científica e inovação pedagógica. As condições de trabalho estão previstas em termos de acessibilidade, recursos técnicos, apoio ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e todos os demais serviços, projetos e programas previstos no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Destaca-se que a instituição terá como princípio a valorização do quadro interno para cargos de confiança, possibilitando a ascensão, haja vista que seus valores de comprometimento, como também terá a política de reintegrar seus egressos seja no quadro administrativo ou docentes, já que visa a excelência no ensino superior. Tem previsto a formação continuada e o apoio a formação contínua.

Quanto aos Processos de Gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições: não se aplica em atos de credenciamento em trâmite. Mas com a implantação da CPA, que irá realizar as avaliações internas, e cruzar com as avaliações externas será possível por meio de seus planos administrativo de curso e plano de gestão previstos realizar melhorias no processo.

Em relação a Política de Atendimento a Alunos Estrangeiros: A IES respeitando o princípio da diversidade, da inclusão social e da cooperação acadêmica e científica, terá uma política de acolhimento de alunos estrangeiros, devidamente regulamentada em documento próprio anexo a este.

Disciplinas ofertadas em Língua Estrangeira: A IES ofertará a todos os seus alunos em todas as suas matrizes como componente curricular em língua estrangeira a disciplina de Inglês e de Direitos Humanos. Existência de Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil e Número de Beneficiados: Não se aplica em aos atos de credenciamento em trâmite. Em processo de autorização em trâmite.

Existência de Projetos e Ações Para a Promoção da Sustentabilidade Socioambiental na Gestão da IES e nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: a IES possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável e uma Política de Educação Ambiental.

1.4.17.2 Ações de educação ambiental que deverão ser realizadas:

- Implantar a Política de Educação Ambiental envolvendo todos os segmentos institucionais (docentes; discentes e técnicos administrativos) tendo em vista a racionalização dos recursos para a promoção de uma gestão sustentável;

- Realizar ações comunitárias de Educação Ambiental a partir das atividades extensionistas;
- Incluir e Fortalecer os Conteúdos de Educação Ambiental numa abordagem continua e permanente a partir de um enfoque transversal;
- Promover ações de formação docente tendo em vista capacitar os professores para que os mesmos possam realizar ações pedagógicas relevantes em sala de aula.

1.4.17.3 Ações de inclusão, acessibilidade e de valorização da diversidade cultural para a acessibilidade deverão ser realizadas:

- A manutenção da adequação da rede física sem barreiras arquitetônicas, do mobiliário e dos equipamentos para atender a nova proposta; A promoção de estudos que visem sistematização e a adequação dos currículos para atender aos diferentes níveis de ensino, modalidades de atendimento e necessidades educativas dos novos alunos. Criação de um núcleo de apoio com sede na Instituição;
- Adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos em função de atender as necessidades educativas do aluno;
- Capacitação permanente para professores e técnicos administrativos para a acessibilidade atitudinal. Sensibilização da comunidade interna acerca dos direitos e deveres das pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Garantia da permanência do aluno com necessidades educacionais especiais nas salas regulares de ensino, com atendimento das necessidades especificas nas salas de apoio e as devidas adaptações curriculares;
- Ofertar serviço de Saúde, de Psicologia, de Psicopedagogia quando necessário, atendimento individualizado;
- Realização de um trabalho conjunto com os professores para encaminhar o educando ao mundo do trabalho através do banco de dados mantido no núcleo;
- Oferta de formação inicial e continuada, visando à inserção dessas pessoas na sociedade e no mundo do trabalho. Acesso a níveis elevados de ensino e pesquisa e atividades artísticas de acordo com a capacidade de cada um.
- Flexibilidade, isto é, a não obrigatoriedade de que todos os alunos atinjam o mesmo grau de abstração ou conhecimento, num tempo determinado;
- Acomodação, ou seja, considerar que o planejamento de atividades para uma turma deve levar em conta a presença de alunos com necessidades especiais e, portanto,

contemplá-los na programação;

- Trabalho simultâneo, cooperativo e participativo, entendido como a participação dos alunos com necessidades especiais nas atividades desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, nem necessariamente com a mesma ação ou grau de abstração.

Para o desenvolvimento de ações no campo da diversidade cultural, pretende:

- Desenvolver um programa de Inclusão e Apoio a Diversidade por meio do planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão desses grupos; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros;
- Democratizar o acesso ao ensino superior por meio da ampliação de vagas para alunos em condição de vulnerabilidade social e econômica e membros de grupos minoritários, a partir da concessão de bolsas de estudo parciais e ou integral.

A implantação de uma IES privada contribuirá via formação de recursos humanos, levando-se em consideração, a expressão regional e o desenvolvimento de todo o Estado. Busca-se atender à demanda pela formação específica, contribuindo para a capacitação de profissionais, aptos a ocupar os postos de trabalho, decorrentes do reflexo da configuração socioeconômica e socioambiental da região, oferecendo respostas mais ágeis e eficazes às necessidades específicas do setor produtivo e da sociedade.

Portanto, a presente proposta de implantação de uma nova IES se justifica não apenas pela necessidade social, que se apresenta nos dados estatísticos do Município, mas também pela importância social que a formação em nível superior tem para toda uma Região.

2. SÍNTESE DA IES

2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA E DA PRIMEIRA MANTIDA

- Mantenedora: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP, cadastrada no CNPJ 24.373.640/0001-05, sede na Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol, Município de Manacapuru do Amazonas. CEP 69402-093, de Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa:

pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, com Atividade Econômica Principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Wellington Lins de Albuquerque Junior

- Mantida: FACULDADE AMAZONAS – FAM Instituição de Ensino Superior Privada-IES, como código de Nº 21592, CADASTRO NO MEC EM: 04/04/2016, a IES está em processo de credenciamento de nº 201602124, ata Regulatório: Credenciamento, com sede no Endereço, Travessa Cristiane Azevedo, nº 2712, - Morado do Sol, Município de Manacapuru. Estado do Amazonas. CEP: 69.402-093 (onde funcionam as salas de aula e as demais dependências administrativas do curso).

2.2 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade Amazonas constitui-se uma empresa nova, com instalação no município de Manacapuru do Estado do Amazonas, com objetivo de possibilitar o acesso ao ensino superior a partir da sua atuação pretende realizar um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) alinhado com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

O projeto surge a partir da experiência que as proprietárias já possuem na área educacional, com a Empresa Centro Metropolitano de Ensino – Cemetro, localizada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, que atua na educação básica abrangendo o ensino fundamental, ensino médio, Eja, e ensino técnico pós-médio.

Não deixa de ser um desafio a implantação de uma Instituição de Ensino Superior Privada, pois nos municípios só estão presentes Instituições públicas, e no caso de Manacapuru o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Manacapuru é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se a sul de Manaus, capital do

estado, distando destes cerca de 84 quilômetros. Ocupa uma área de 7 329,234 km² e sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, era de 94 175 habitantes, sendo assim o quarto município mais populoso do estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara, e o segundo de sua microrregião. Juntamente com outros sete municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus, a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil. Sua área representa 0.4666 % da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo território brasileiro. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como suas festas populares que estão entre as mais visitadas por turistas na Amazônia

A realidade atual do município com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,90% estavam cursando o ensino superior (IBGE).No último censo do IBGE considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 21,21% eram analfabetos, 34,35% tinham o ensino fundamental completo, 22,49% possuíam o ensino médio completo e 3,59%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 34,52% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa, 8,00% na indústria de transformação, 6,05% no setor de construção, 1,09% nos setores de utilidade pública, 16,44% no comércio e 30,85% no setor de serviços.

Desta forma, a criação de uma Faculdade irá contribuir para o desenvolvimento da região e do próprio município, que irá possibilitar mais pessoas terem acesso ao ensino superior, ou seja, a uma profissão.

As atividades de ensino não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista e cidadã, assim no que se refere às Políticas Acadêmicas, a orientação central da Faculdade Amazonas será o ensino de graduação, sem desconsiderar, entretanto, as outras dimensões do ensino superior como a pesquisa e a extensão considerados aqui como indissociáveis. Ensino, pesquisa e extensão articulados constituem no tripé que deve sustentar as práticas pedagógicas na perspectiva de garantir produção de conhecimento com benefícios ao conjunto da sociedade.

Administrativos da Mantenedora/ Faculdade Amazonas

- ESCOLARIDADE QUANTIDADE
- Ensino médio 5
- Graduandos 3
- Graduados 2
- Especialização 3
- Mestre 4
- Doutorado 1
- Total 18

2.2.1 Número de cursos que ascenderam nos seus conceitos nos últimos três anos: não se aplica a atos de credenciamento de instituição. Não há cursos em funcionamento, e sim 2 cursos que passarão por visita in loco e estão em processo de autorização, que são:

2.2.2 Planos de Melhoria Acadêmica, Protocolos de Compromisso, Termos de saneamento de deficiências, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver:
não se aplica em atos de credenciamento da instituição. Não há processos em curso.

2.2.3 Planos de Valorização Profissional abordando Condições de Trabalho:
Na Faculdade Amazonas, a política de recursos humanos prevê como descrita nesta PDI, no Item Plano de Cargos e Capacitação de Docentes, processos de ascensão profissional, considerando, produção acadêmica, titulação, publicação científica e inovação pedagógica. As condições de trabalho estão previstas em termos de acessibilidade, recursos técnicos, apoio ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e todos os demais serviços, projetos e programas previstos no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Destaca-se que a Faculdade Amazonas terá como princípio a valorização do quadro interno para cargos de confiança, possibilitando a ascensão, haja vista que seus valores de comprometimento, como também terá a política de reintegrar seus egressos seja no quadro administrativo ou docentes, já que visa a excelência no ensino superior. Tem previsto a formação continuada e o apoio a formação contínua.

2.2.4 Processos de gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições:

não se aplica em atos de credenciamento da instituição. Mas com a implantação da CPA, que irá realizar as avaliações internas, e cruzar com as avaliações externas será possível por meio de seus planos administrativo de curso e plano de gestão previstos realizar melhorias no processo.

2.2.5 Política de Atendimento a Alunos Estrangeiros:

A Faculdade Amazonas respeitando o princípio da diversidade, da inclusão social e da cooperação acadêmica e científica, terá uma política de acolhimento de alunos estrangeiros, devidamente regulamentada em documento próprio anexo a este.

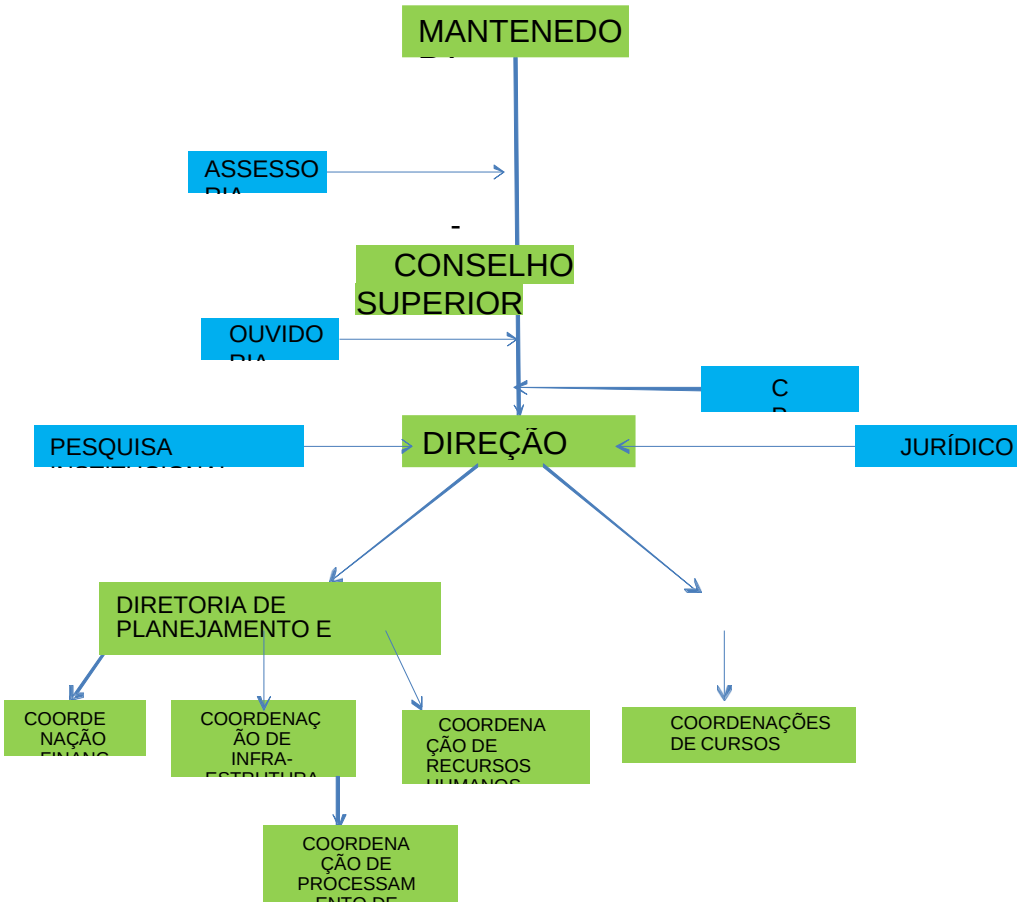
2.2.6 Quantidade de Alunos e Professores Estrangeiros na IES e Disciplinas Ofertadas em Língua Estrangeira:

Por ainda não haver iniciado suas atividades, não possui alunos estrangeiros matriculados e, em seu corpo docente não possui docentes estrangeiros até seu ato de autorização. A Faculdade Amazonas ofertará a todos os seus alunos em todas as suas matrizes como componente curricular optativo, disciplinas de língua estrangeira.

2.2.7 Existência de Projetos e Ações Para a Promoção da Sustentabilidade Socioambiental na Gestão da IES e nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão:

A IES possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável.

2.3 Organograma



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 NOME E ATOS LEGAIS DO CURSO:

a) Curso de Graduação Licenciatura em Pedagogia

b) Ato Regulatório: Em Processo de Autorização

3.2. NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA:

Nome da IES: Faculdade Amazonas – código da mantida: 21592

Ato Regulatório: Autorização

3.3 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Pedagogia, a **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019,** as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da IES bem como as necessidades locais e regionais para formação do pedagogo

A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

3.4 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

TRAVESSA CRISTIANE AZEVEDO, 2712 – MORADA DO SOL – MANACAPURU – CEP 69402-093 – AMAZONAS

3.5 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO)

Curso em Processo de Autorização.

3.6 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE)

Não se aplica

3.7 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS

200 vagas

Sendo: 100 matutino e 100 no noturno

3.8 CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO

a) Carga Horária Total do Curso: 3.456h

b) Tempo Mínimo para integralização = 08 semestres; Tempo Máximo = 16 semestres.

3.9 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO

Não se aplica

3.10 PERFIL DO COORDENADOR

3.10.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério:

a) Nome: Irney da Silva Freitas Marques

b) Formação: Linciatura em Pedagogia

c) Titulação: Mestre

i. Mestra em Ciências da Educação – UNISAL/UFRJ

d) Experiência dentro do magistério superior: 06 anos e 11 meses

e) Experiência fora do magistério superior: 11 anos e 7 meses

f) Tempo de gestão de curso de graduação: 05 meses

3.11 DISCIPLINA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

A matriz do curso possui a disciplina Inglês e Direitos Humanos e a IES, mantêm convênio com Centro de idiomas para descontos aos nossos alunos de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

3.12 CONVÊNIO

Além dos convênios com empresas para Estágios Supervisionados a IES possui também convênios para intercâmbio e mobilidade acadêmica com as universidades de: Évora em Portugal, Bologna na Itália, Nihon Gakko no Paraguai, com o Santander Universidades que mantém convênio com 85 países e com a PUC/Minas para o DINTER

em Direito.

3.13 QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO, PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO

Não se aplica

3.14 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO:

O mundo está em constate transformação, essas mudanças ocorridas nos últimos anos no contexto educacional no país, nos impulsiona a sair da zona de conforto , e nos leva a refletir a respeito na perspectiva do que foi definido pela RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

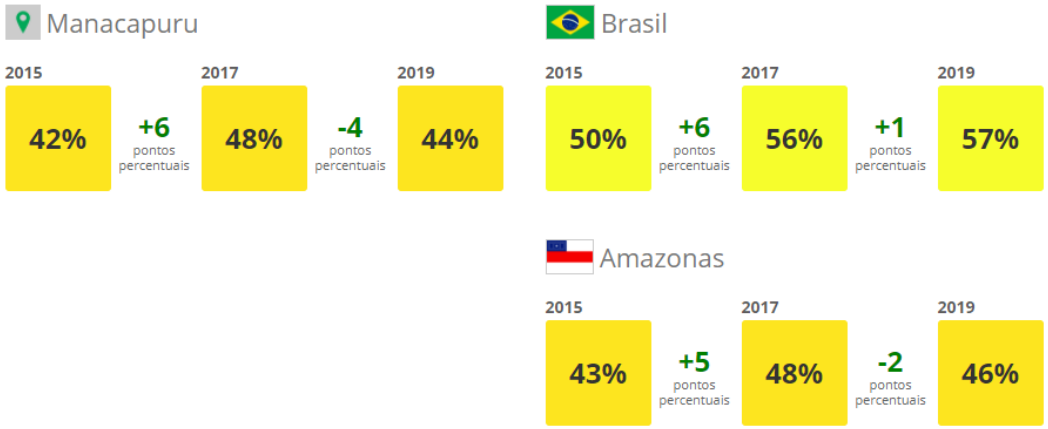
Manacapuru dispõe de escolas em todas as regiões do município. O município em 2009 contava com aproximadamente 22 429 matrículas, 727 docentes e 171 escolas nas redes públicas e particulares, sendo 19 escolas estaduais e 150 municipais. 23 escolas municipais atuavam em atividades pré-escolares.

No ensino superior, o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Em Manacapuru está sediado o Centro Metropolitano de Estudos Superiores da UEA (CMESU -UEA). O Centro Metropolitano, que abriga os cursos de Engenharia Naval, Engenharia de Pesca, Produção de Alimentos, Produção de Fibras e Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, dá ênfase a tais cursos para atender as demandas específicas de Novo Airão, onde se encontra um centro de indústria naval regional, Iranduba, que possui grandes sítios arqueológicos, e Manacapuru, maior produtor brasileiro de fibra vegetal.

Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Com base nos resultados da prova Brasil de 2019, é possível observar o aprendizado dos alunos do Munícipio de Manacapuru, em relação ao Brasil e Amazonas. A evolução dos resultados foi exitosa ao longo dos anos, é perceptível o crescimento de 2017 para 2019, conforme imagem a seguir.

Evolução do aprendizado: Manacapuru



Fonte: Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

O Índice de desempenho da educação básica – Ideb de 2019 nos anos iniciais do município de Manacapuru da rede pública atingiu a meta e cresceu, mas não alcançou 6,0. Contudo é de grande relevância a investidura em cursos de formação para professores que atendam às necessidades do município e que possa contribuir para o crescimento no desempenho do aprendizado dos alunos das escolas públicas e privadas existentes na região.

3.14.1 Demandas de Natureza Econômica

Caracteriza-se especialmente pela coleta de borracha e castanha, exploração de caça, pesca, pecuária extensiva nos campos naturais e incipiente agricultura itinerante nas terras firmes, salientando-se nos últimos anos a cultura da juta e da pimenta-do-reino. Com relação a Manacapuru, observa-se que, embora tenha nas indústrias extrativas animal e vegetal expressiva fonte de riqueza, é a agricultura, em particular a cultura da Juta, a base econômica do município.

Setor primário

O Amazonas é o maior produtor de fibras do Brasil , com participação de 87% da produção nacional (IBGE -PAM/2014). Os maiores produtores da fibra no Amazonas são da região das Calhas dos Rios Negro e Solimões, como Manacapuru, Anamã , Autazes , Careiro , Careiro da Várzea, Vila Rica de

Caviana, Caapiranga , Iranduba, Manaquiri, Novo Airão , Rio Preto da Eva, Manaus, Beruri, Coari, Codajás e Anori . A produção total desses municípios anualmente varia de 20 a 200 toneladas de juta , e de Malva gira em torno de 100 a 744 toneladas. Manacapuru e Beruri se destacam com a produção média de 70 a 100 toneladas de juta.

A agricultura em Manacapuru é uma das principais fontes econômicas. O município é o maior produtor nacional de juta, tendo destaque também para outros produtos como a mandioca, banana, milho, laranja, feijão, café e hortaliças. A pecuária e a pesca também constituem um forte empreendedor econômico do município, com destaque para a criação de bovinos equinos e suínos. Em 2009, foram registradas 20.568 bovinos efetivos no município, além de 639 bubalinos e 294 eqüinos. Na pesca, as espécies mais comuns são o pacu, sardinha, curimatá, branquinha, jaraqui, matrinxã, acari-bodó e outras espécies de peixes oriundos de água doce.

A avicultura também concentra uma representação econômica para a cidade, existindo uma granja com criação de galinhas de postura. O extrativismo vegetal ainda é uma atividade de grande significado para a economia local, através da exploração de produtos como a borracha, pupunha e madeira. Existem diversos viveiros de peixes na localidade, voltados à criação de espécies de peixes da Amazônia. Na fruticultura, produz-se maracujá, cupuaçu, mamão, abacaxi, banana, abacate, laranja, limão e melancia.

Setor secundário

A produção industrial no município está intimamente ligada à agricultura e à indústria extrativa local. Há indústrias voltadas a atividades agropecuárias, produção de minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, materiais elétricos, material de transporte, madeira, mobiliário, papel, borracha, couro, produtos farmacêuticos e veterinários, materiais plásticos, têxtil, vestuário, bebida, fumo, editorial e gráfica, calçados e construção.

Em 2008, havia 918 empresas regularizadas no município, de acordo com o IBGE, gerando cerca de 4.850 empregos diretos.

Setor terciário

O município mantém transações comerciais com as praças de Manaus e Belém. Entre os produtos que importa aparecem em primeiro lugar gêneros alimentícios, tecidos, medicamentos, ferragens e material elétrico. De acordo com dados de 2008, a sede municipal conta com 918 estabelecimentos de comércio, gerando aproximadamente 4 850 empregos diretos com salários de R$ 71.537, uma média de 3,3 salários mínimos.

3.14.2 Demandas de Natureza Social

Educação

O município possui vinte e quatro estabelecimentos de saúde, sendo que todos são públicos e municipais. Não há estabelecimento de saúde particular. Dos vinte e quatro estabelecimentos de saúde, quinze prestam serviços odontológicos e atuam como unidades básicas de saúde.

Manacapuru possui escolas em todas as regiões do município. O município em 2009 contava com aproximadamente 22 429 matrículas, 727 docentes e 171 escolas nas redes públicas e particulares, sendo 19 escolas estaduais e 150 municipais. 23 escolas municipais atuavam em atividades pré-escolares.

No ensino superior, o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Em Manacapuru está sediado o Centro Metropolitano de Estudos Superiores da UEA (CMESU -UEA). O Centro Metropolitano, que abriga os cursos de Engenharia Naval, Engenharia de Pesca, Produção de Alimentos, Produção de Fibras e Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, dá ênfase a tais cursos para atender as demandas específicas de Novo Airão, onde se encontra um centro de indústria naval regional, Iranduba, que possui grandes sítios arqueológicos, e Manacapuru, maior produtor brasileiro de fibra vegetal.

Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Segurança

Manacapuru possui uma infraestrutura razoável. Em 2000 a cidade possuía 13 351 domicílios entre apartamentos, casas, e cômodos. Desse total 11 608 eram imóveis próprios, sendo 11 545 próprios já quitados (86,47%), 63 em aquisição (0,47%) e 678 alugados (5,08%); 1 010 imóveis foram cedidos, sendo 326 por empregador (2,44%) e 684 cedidos de outra maneira (5,12%). 55 foram ocupados de outra forma (0,41%). Parte dessas residências conta com água tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa e telefonia celular. Em 2000, 50,56% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 57,26% das moradias possuíam coleta de lixo e apenas 9,16% das residências possuíam escoadouro sanitário.

No período entre 1991 e 2000 o acesso a bens de consumo era considerado baixo. Em 1991, apenas 34,6% das residências possuíam geladeira; 39,5% televisão; 8,3% telefone e nenhuma das residências possuía computador. Em 2000 o índice se elevou: 57,5% das

residências possuíam geladeira; 62,6% televisão; 8,5 telefones e 0,9% computador.

Por força da Constituição Federal do Brasil, a Guarda Municipal de Manacapuru, juntamente com a Polícia Militar, possui a função de proteger os bens, serviços e instalações públicas. Ainda, atendendo o interesse público e no exercício do seu poder de polícia, atua na prevenção e repressão de alguns crimes, especialmente contra bens e serviços públicos, podendo inclusive prender em flagrante delito os infratores e conduzi-los até a presença de um delegado de polícia, de acordo com o disposto na lei processual penal.

A criminalidade em Manacapuru está em elevado crescimento, como nos demais municípios brasileiros. Em 2006 a taxa de homicídios no município foi de 9,7 para cada 100 mil habitantes, sendo que em 2005 a taxa era de 8,8. O índice de óbitos por arma de fogo, após apresentar grande crescimento entre 2002 e 2005, caiu em 2006, sendo de 4,5 para cada 100 mil habitantes neste ano. A taxa de óbitos por acidentes de trânsito, que era de um em 2002, subiu para 12 por cada 100 mil habitantes em 2006.

Transportes

O município possui muita tradição no transporte hidroviário, tendo em vista a abundância dos rios que cortam a localidade, entretanto com a criação da região metropolitana de Manaus (2007), o transporte rodoviário tem assumido um caráter mais relevante dentro dos seus limites territoriais. Manacapuru, assim como os demais municípios amazonenses, não é cortada por ferrovias em seu território. O transporte público em Manacapuru, assim como em toda a Região Metropolitana de Manaus, é administrado pela Superintendência de Transporte Urbano da Grande Manaus (STU-RMM). O transporte aéreo também é usado, embora em menor escala.

Fluvial

Os rios amazônicos são ainda hoje, como no tempo do Brasil-Colônia, as únicas vias de penetração nessa região. A navegação fluvial é muito intensa no Amazonas, que possui o maior rio em volume de águas do mundo, o Rio Amazonas. Os rios de pequeno porte da região são navegáveis até o alto curso, como acontece nos rios juruá e Purus. Os tipos de embarcação hidroviária utilizadas na região variam desde pequenos barcos até a navios de cruzeiro. São usadas ainda embarcações à vela, geralmente chamadas de "canoas", "geleiras" ou "vigilengas", que realizam grande parte do tráfego à capital, Manaus, e outras localidades rurais do município. O Terminal Hidroviário de Manacapuru, de responsabilidade da SNPH, é um dos maiores do norte brasileiro.

Rodoviário

As únicas rodovias existentes em Manacapuru são a AM-070, que interliga Manacapuru

à Manaus, Iranduba e Manaquiri; e a AM-254, que interliga Manaus à Novo Airão, passando por Manacapuru. Em relação à frota automobilística, em 2009 foram contabilizados 12 492 veículos. Há ainda empresas de transporte público que realizam viagens para comunidades rurais do município. O acesso à Manaus é feito principalmente pela AM-070 onde está a Ponte Jornalista Phelippe Daou , além de outras quatro pontes, duas sobre o rio Ariaú e duas sobre o rio Miriti. A viagem dura mais ou menos uma hora de carro, e existe um serviço de ônibus entre as duas cidades, com treze viagens diárias.

3.14.3 Demandas Culturais

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes e migrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas. Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas". Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais.

Festival de cirandas

Assim como Parintins, Manacapuru também é conhecida por seu festival folclórico, porém, ao invés do característico boi-bumbá de Parintins, a cidade é conhecida por suas cirandas, agremiações que tocam um estilo de música típico local, e apresentam desfiles competitivos. Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá geralmente no último fim de semana do mês de agosto ou início de setembro.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade.

São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional. O Festival de Ciranda de Manacapuru é um dos maiores do estado do Amazonas e da Região Norte do Brasil, recebendo de 50 a 90 mil turistas todos os anos.

3.14.4 Demandas Políticas de Saúde

No CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS 2016), consta que a rede pública de saúde do município de Manacapuru é composta por um hospital geral (Hospital Lázaro Reis e Maternidade Cecília Cabral), uma policlínica (Policlínica Eneida Marques), dois centros de atendimento psicológico especializado (CAP - Centro de Atenção Psicossocial), duas unidades móveis terrestres de urgência (SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), um laboratório de análises clínicas e diagnóstico, uma farmácia popular, 18 postos de saúde (UBS - Unidade Básica de Saúde do Brasil) e um posto de saúde indígena (Casa de Apoio à Saúde do Índio de Manacapuru).

Todas essas unidades de saúde atendem pelo Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) e são gerenciadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Manacapuru (SEMSA). O município conta com uma Central de Regulação - Regional Manacapuru, gerida pela Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM), órgão que implementa o sistema de regulação de atendimentos do SUS. A rede privada do município dispõe de oito estabelecimentos cadastrados, incluindo duas clínicas, um laboratório de análises clínicas e diagnóstico, três consultórios médico e odontológico e dois centros de fisioterapia (DATASUS 2016).

Atendimentos de saúde mais complexos são encaminhados para Manaus devido à falta de estrutura hospitalar, leitos e médicos especializados. Em dezembro de 2015, o município de Manacapuru apresentava apenas 65 leitos de internação hospitalar pelo SUS (clínica, cirúrgica, obstétrica, pediátrica e complementar), enquanto que o município de Manaus contava com 3.106 leitos (DATASUS 2016). Manacapuru, assim como outros municípios do estado, está contemplado em ações de saúde previstas no Plano Estadual de Saúde (PES) referente ao quadriênio 2012-2015, elaborado pela SUSAM em cumprimento à legislação do SUS (Governo do Estado do Amazonas 2013). A infraestrutura de saúde está concentrada na sede municipal. Nos ramais, as unidades de saúde existentes estavam inoperantes, à exceção da comunidade Ubim (km 44 da rodovia AM-070). Por outro lado, todos os entrevistados mencionaram ter recebido visitas de agentes de saúde vinculados ao Programa Estratégia de Saúde da Família do governo federal. Serviços de assistência social também estão concentrados na sede municipal, com instalações como o Centro de Esportes Unificados das Artes e Cultura Washington Luís Régis da Silva, inaugurado em 2015.

A Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social de Manacapuru (SEMAPS) reconheceu, em entrevista, a dificuldade em gerir o Cadastro Único para Programas Sociais vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), principalmente nos ramais e áreas rurais remotas. Em dezembro de 2016, o MDSA registrava 19.846 famílias

(68.580 pessoas) com Cadastro Único no município (SAGI 2016). Dessas famílias, 14% (2.802) apresentavam renda per capita mensal de R$85,01 até R$170,00, e 67% (13.303) de R$0,00 até R$85,00, condições que definem famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, segundo critérios utilizados por programas sociais do governo federal (SAGI 2016).

3.14.5 Demandas de Natureza Ambiental

Os padrões de desmatamento no município de Manacapuru foram analisados utilizando dados do PRODES - Projeto Desmatamento da Floresta Amazônica por Satélite de 1997 até 2014 (INPE 2016a), em conjunto com dados do Global Land Analysis and Discovery Laboratory (GLAD) de 2015 até agosto de 2016 (University of Maryland 2016). Cerca de 16,0% (95.051 hectares) da área do município foi desmatada, considerando o período total analisado de 1997 até agosto de 2016. Até o ano de 1997, essa proporção foi de 10,0% (58.676 hectares), enquanto que no período de 1998-2014 mais 3,5% (20.743 hectares) e no período de 2015-2016 mais 2,6% (15.632 hectares).

A perda de áreas de floresta primária no município foi drasticamente intensificada durante esse último biênio (2015-2016), já que a área desmatada verificada nesse período foi similar aos 16 anos anteriores (1998-2014). Estradas e rios são as principais vias de acesso na região e também funcionam como vetores de degradação ambiental e desmatamento. As áreas desmatadas mais extensas no município estão localizadas próximas à rodovia AM-070 e ramais, às margens dos rios Solimões e Manacapuru e no entorno do Lago Grande. No entorno do município, as maiores áreas desmatadas estão no entorno das rodovias AM-070 no município de Iranduba, AM-354 e BR-319 próximas aos municípios de Manaquiri e Careiro-Castanho, no município de Beruri e no município de Caapiranga.

A degradação ambiental tende a aumentar na região de Manacapuru caso se mantenham as atuais taxas de desmatamento e não sejam adotadas medidas mitigatórias dos impactos de uma ocupação desordenada do território. As melhorias na infraestrutura pela construção e consolidação de grandes obras de infraestrutura, como a Ponte Rio Negro, o Gasoduto Coari-Manaus, a Cidade Universitária e a duplicação da rodovia AM-070, aliadas à oferta de energia elétrica nos ramais contribuem para que os ramais se transformem em eixos de expansão e desmatamento.

Os ramais localizados nessa região em particular apresentam grandes extensões, o que dificulta a fiscalização e a gestão desses territórios. Além disso, vários deles possuem

trechos ou áreas localizadas dentro dos limites dos municípios de Manacapuru e de Novo Airão, além de ramais ou trechos de ramais localizados dentro de Unidades de Conservação.

As maiores áreas de cobertura florestal primária estão localizadas ao sul do município, onde predominam florestas de várzea, e ao norte, onde predominam florestas de terra firme (FIGURA 8). Estas áreas têm potencial estratégico para o município, visando a implementação efetiva de um sistema de UCs que equilibre proteção e uso sustentável da biodiversidade.

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e outros órgãos vêm realizando campanhas mais intensivas de combate a queimadas no estado em ações integradas (Amazonas Atual 2016, G1 Amazonas 2016). Os números de focos de queimada no município aumentam substancialmente nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, período que corresponde ao verão amazônico, em que há elevação de temperatura e diminuição das chuvas (88, 258, 434 e 198 focos do total de 1.102, respectivamente).

Grande parte das queimadas registradas no município ocorreu em áreas de floresta primária (65% do total), sendo que a as áreas mais afetadas foram as de floresta de terra firme com 43,2% do total de focos (476 focos), seguidas de áreas já alteradas por ocupação humana com 23,8% (262 focos) e floresta de várzea com 22,1% (244 focos).

Os focos de queimada apresentaram o mesmo padrão de distribuição do desmatamento no município e entorno, sendo as queimadas uma das principais causas da perda de floresta primária na região. Todavia, as maiores densidades de focos no município estão localizadas no ao norte do Lago Grande e na região da estrada que liga a cidade de Caapiranga e o Rio Manacapuru. Estes resultados são extremamente relevantes para subsidiar ações de combate a queimadas e incêndios florestais no município e entorno.

3.14.6 Número de IES que ofertam o curso no Município

Com base nos dados no E-MEC (2021), o município de Manacapuru conta com 14 Instituições de Ensino Superior com cursos em diversas áreas, como faculdades, e universidades, das quais 2 ofertam Cursos de Pedagogia na modalidade a distância: Universidade Estácio de Sá e Universidade Paulista (UNIP).

4. DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

4.1.1 Política de Ensino

A Política de ensino da IES está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catalogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino da IES considera as diretrizes abaixo:

- Atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;
- Promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - PAPEERI;
- Desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades prevista na DCN, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;
- Promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;
- Promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;
- Atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico

necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;

- Promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;
- Desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo a formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a IES define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

- Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;
- Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;
- Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos;
- Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;
- Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos

da realidade, da vida;

- Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;
- Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;
- Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;
- Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

4.1.1.1 Núcleos de apoio ao ensino

a) NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- Analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- Deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- Estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- Estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor

independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;

- Estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;
- Estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

b) NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade: O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente. O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

c) NADI- Núcleo de Apoio ao Discente: O apoio ao discente do NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

4.1.1.2 Programas de Ensino

Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

- PAPEERI – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;
- PEA – Programa de Educação Ambiental;
- PEDH – Programa de Educação para os Direitos Humanos;
- PQE- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;
- PAD – Programa de Apoio ao Discente.

- Os referidos programas estão disponíveis nos apêndices do PCC.
- Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:
- Projeto de Recepção de Calouros;
- Projeto de Nivelamento;
- Projeto de Monitoria;
- Projeto de Atividades Complementares;
- Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade; Escola de Líderes; Escola de Empreendedores)
- Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;
- Projeto de Monitoramento da Evasão;
- Projeto de Atividade Interdisciplinar;
- Projeto de Atividade Transversal;
- Projeto Artístico Cultural;
- Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Projeto de Responsabilidade Social;
- Projeto de Acompanhamento de Egressos.
- Os referidos projetos estão disponíveis nos apêndices do PCC.

4.1.1.3 Ações de Ensino

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Nesta perspectiva se faz necessário relacionar um dos princípios que regem esta instituição, compreendendo estes como fundamentos das nossas ações de ensino, pesquisa e extensão tendo no horizonte a nossa missão que é formar profissionais para o mercado de trabalho, com princípios humanísticos e éticos. A IES estimula a permanência de seus discentes, mantendo vínculos institucionais, mediante a formação continuada, visando à sua atualização e desenvolvimento científico e profissional, e viabilizando a sua participação em diversas atividades acadêmicas, como:

Ensino -O Ensino na IES é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos a partir de saberes já produzidos mediante conhecimento científicos elaborados pelos docentes da instituição, como com a participação de discentes dos períodos mais avançados do curso, especificamente por meio de produção de artigos e participação em programas de iniciação científicas.

Privilegia-se também outros instrumentos tais como participação em eventos, congressos, seminários específicos de cada curso, culminando em produções acadêmicas. Nesta perspectiva, a política de ensino da IES, propõe que o ensino deve pautar-se nos princípios de:

- Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas;
- Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e
- Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem.

Nossa política de ensino e graduação pensa que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

- Flexibilização - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade de o aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IES, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.
- Curricularização da Extensão - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.
- Problematização - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.

- Contextualização - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extra escolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).
- Competência- capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.
- Interdisciplinaridade e Transversalidade- Processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade pela discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnica Racial por meio da Pedagogia de Projetos.
- Educação para os Direitos Humanos- com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa.
- Por fim, a Política de Ensino do IES pretende realizar os seguintes objetivos:

4.1.1.4 Objetivos do Curso

O objetivo do Curso se propõe pensar na formação de um profissional que na sua dimensão ética, humana, e técnica, seja crítico e capaz de fornecer as respostas adequadas e coerentes com os desafios do seu tempo.

Os objetivos do curso de Licenciatura em Pedagogia, está alicerçado na busca constante de articulação entre realidade social, levando em conta as características locais e regionais, atividade de docência, cultura, extensão universitária e pesquisa. Essa formação estará pautada em uma consistente base teórica articulada à investigação e práticas educacionais.

É importante que está formação potencialize o pedagogo em realizar intervenções no

processo educacional e por conseguinte na realidade do país, tendo como foco a melhoria da qualidade da Educação.

Neste sentido o curso de Licenciatura em Pedagogia considerando os princípios que norteiam a base comum nacional, pretende:

4.1.1.4.1 Objetivo Geral:

Formar profissionais críticos que poderão atuar como professores na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, nas modalidades de educação previstas na LDB (jovens e adultos, educação especial, educação escolar indígena, educação do campo, educação profissional e tecnológica, educação escolar quilombola, e educação à distância), na produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, e em contextos educativos (formais e informais) nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

4.1.1.4.2 Objetivos Específicos:

- Promover a integração e interdisciplinaridade curricular, significando os conhecimentos e vivências da realidade social e cultural, de acordo com as exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação profissional.
- Desenvolver programas de extensão abertos a participação da comunidade, com envolvimento ativo dos discente visando a difusão de conhecimentos científicos dos resultados de pesquisa gerado no curso.
- Fomentar a produção cientifica, compromissada com o diagnóstico das demandas locais e regionais enfrentadas pelo sistema educacional e com as respectivas propostas de intervenção.
- Aproximar a faculdade com a sociedade, estabelecendo convênios com as secretarias estaduais e municipais, conselhos tutelares e organizações não governamentais, tendo como foco a melhoria da qualidade de ensino e a universalização da educação básica.
- Possibilitar aos discentes por meio dos estágios curriculares, dos projetos de pesquisa e extensão, a compreensão do cotidiano do trabalho docente, criando espaço de formação inicial e continuada de professores capacitando-os para atuar no campo educacional em contextos escolares e não escolares.
- Promover a interlocução entre o ensino superior e a educação básica, privilegiando a produção de conhecimento voltadas para os desafios e as transformações da sociedade e do conhecimento.

- Promover uma formação de professores articulada com as diretrizes curriculares da educação básica, em especial tendo um olhar direcionado para as novas tecnologias, e novas formas de ensino (ensino virtual e educação a distância) diversidades culturais e internacionalização, produzindo respostas as mudanças sociais preparando o discente globalmente para as complexidades ao seu entorno.

4.2 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O profissional licenciado em Pedagogia poderá atuar em espaços escolares e não escolares, conjugando esforços para a construção de pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, fundamentados em princípios de interdisciplinaridades, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Inspiradas nas DCN´s da Licenciatura em Pedagogia formação do Pedagogo tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais e específicas:

4.2.1 Competências e Habilidades

Conforme Resolução CNE/CP Nº 2/2019 dentro da BCNN (formação) tendo como competências gerais:

- Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
- Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
- Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
- Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
- Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
- Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

E pretende desenvolver as seguintes competências e habilidades específicas:

De acordo com as Diretrizes do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia em seus de Art. 4º “As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente”. São elas:

I - conhecimento profissional;

- Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los
- Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem
- Reconhecer os contextos
- Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais

II - prática profissional;

- Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem
- Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino
- Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades
- Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens

III - engajamento profissional.

- Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
- Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender
- Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
  - Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade

4.3 ESTRUTURA CURRICULAR

Fundamentado em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global estejam presentes os aspectos flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

Flexibilidade

Todas as matrizes dos cursos superiores da IES possuem disciplinas optativas ofertadas periodicamente, tendo em vista flexibilizar o perfil de formação proporcionando ao aluno a construção de um processo formativo diferenciado. O estudante também pode cursar disciplinas optativas de outros cursos oferecidos pela Instituição.

Interdisciplinaridade

Todos os cursos da IES desenvolvem projetos interdisciplinares promovendo a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Interdisciplinaridade anexo a este documento.

Transversalidade

Todos os cursos da IES desenvolvem projetos transversais promovendo a integração das disciplinas discutindo as temáticas de Educação Étnico Racial e Educação Ambiental em um mesmo período em todo o curso por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Transversalidade anexo a este documento.

Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal

A IES promove a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favorecem o aprendizado e o desenvolvimento de competências, objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que pretendem a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. Estes processos metodológicos encontram-se normatizados em regulamentação própria e no manual de metodologia de ensino e avaliação da Inatituição.

Compatibilidade da Carga Horária Total

A carga horária dos cursos obedece ao descrito nas diretrizes curriculares nacionais no caso dos bacharelados e licenciaturas, e no caso dos tecnológicos o Catalogo Nacional de Cursos e a Resolução dos cursos tecnológicos. E a carga horária dos cursos está calculada em hora-relógio.

Articulação da Teoria com a Prática

Os cursos de graduação da IES prevêem em suas disciplinas carga-horária teórica e prática. A incidência maior da prática ou da teoria pode variar entre as disciplinas, pois dependem da natureza do curso e da especificidade do componente curricular. Consideramos ainda que a Estrutura da Organização Curricular deverá compreender as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado. Portanto, a estrutura curricular do curso é:

1ºPeríodo: Filosofia da Educação (EAD) 66h,, Metodologia do Trabalho Científico (EAD) 88h, História da Pedagogia e a Formação Profissional 66h, Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem 66h, Práticas Pedagógicas I - Educação Infantil 88h.

2º Período: Didática e Práxis Docente 66h , Educação das Populações indígenas, ribeirinho e étnico raciais 66h, Currículo e Ensino na Educação Básica 66h, Ludicidade, Corporeidade e Psicomotricidade 66h, Sociologia e Antropologia (EAD) 88h.

3º Período: Fundamentos e Metodologias para o Ensino Fundamental e Médio Profissional (EAD) 66h, Currículo e Ensino na Educação Básica 66h, Planejamento e Avaliação Educacional 66h, Alfabetização e Letramento 66h, Sociologia e Antropologia (EAD) 88h.

4º Período: Fundamentos e Metodologias para o Ensino da História e Geografia (EAD) 66h, Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Língua Portuguesa 66h, Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Matemática 66h, Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Ciências Naturais e Meio Ambiente 66h, Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD) 88h.

5º Período: Política Educacional e Organização do Ensino no Brasil (EAD)66h, Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Artes e Estética na Educação Infantil e Fundamental (EAD) 66h, Práticas Pedagógicas III – Saúde 88h, Estágio Supervisionado I - Educação Infantil 154h, Pedagogia em Ambientes Não Escolares (EAD) 88h.

6º Período: Metodologia da Pesquisa (EAD) 66h, Optativa (EAD) 66h, Práticas Pedagógicas IV - Empresas 88h, Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental 132h, Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (EAD) 88h.

7º Período: Fundamentos e Metodologias da Educação Especial e Educação Inclusiva 66h, Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos (EAD) 66h, Práticas Pedagógicas V – Comunidades 66h, Estágio Supervisionado III - Educação Básica na Educação Inclusiva 132h

8ºPeríodo: Gestão, Planejamento e Organização do Trabalho (EAD) 66h, Educação, Sexualidade e Gênero (EAD) 66h, Neurociência e Aprendizagem 66h, Trabalho de

Conclusão de Curso 66h.

Optativas: Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência 66h, Pedagogia de Projetos 66h, Tópicos Especiais 66h, Inglês 66h, Pedagogia Jurídica 66h , Direitos Humanos, Educação e Cidadania 66h, Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade 66h

Disciplinas Obrigatórias- 1.232h, Disciplinas Obrigatórias em EAD (34,37%)- 1.188h, Práticas Pedagógicas 418h, Estágio Supervisionado Obrigatório- 418h, Atividades Complementares 200h. CARGA HORÁRIA TOTAL- 3.456H

4.3.1 FORMAÇÃO PARA ATIVIDADE PEDAGÓGICA E DE GESTÃO

9° Período (Gestão): Educação e psicologia Social (EAD) 88h, Educação para a diversidade (EAD) 66h, Tecnologias para a gestão educacional 88h, Gestão Planejamento estratégico de instituições educacionais 88h, Orientação, supervisão escolar 88h.

4.3.2 RESUMO DO CURSO

Disciplinas Obrigatórias- 1.232h, Disciplinas Obrigatórias em EAD (34,37%)- 1.188h, Práticas Pedagógicas 418h, Estágio Supervisionado Obrigatório- 418h, Atividades Complementares 200h. CARGA HORÁRIA TOTAL- 3.874h

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	**Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)**	**Contexto educacional (demandas do curso)**
EIXO I CONHECIMENTO PROFISSIONAL	Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD), Ludicidade, Corporeidade e Psicomotricidade, Alfabetização e Letramento, Filosofia da Educação, História da Pedagogia e a Formação Profissional, Psicologia do Desevolvimento e da Aprendizagem	Conjunto de conhecimentos e compreensão dos conceitos, etapas, componentes da área habilitada ao ensino, direitos da aprendizagem, competências e objetivos estabelecidos na docência estabelecida na BNCC, conhecimentos

	Educação das Populações Indígenas, Ribeirinho e Étnico Raciais, Currículo e Ensino na Educação Básica, Sociologia e Antropologia (EAD), Trabalho de Conclusão de Curso, Metodologia do Trabalho Científico (EAD), Metodologia da Pesquisa, Política Educacional e Organização do Ensino no Brasil,	pedagógicos.
EIXO II PRÁTICA PROFISSIONAL	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Educação Infantil, Fundamentos e Metodologias para o Ensino da História e Geografia, Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Língua Portuguesa, Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Matemática, Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Ciências Naturais e Meio Ambiente, Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Artes e Estética na Educação Infantil e Fundamental, Fundamentos e Metodologias da Educação Especial e Educação Inclusiva, Fundamentos e Metodologias para o Ensino Fundamental e Médio Profissional, Gestão, Planejamento e Organização	Conjunto organizados de todos os conhecimentos de planejamento, estratégias didático-pedagógicas, avaliação, educação inclusiva, interdisciplinaridade.

	do Trabalho, Práticas Pedagógicas I - Ambientes escolares, Práticas Pedagógicas II - Educação Infantil, Práticas Pedagógicas III - Ensino Fundamental, Práticas Pedagógicas IV - Empresas, Práticas Pedagógicas V - Comunidades e saúde, Estágio Supervisionado I - Educação Infantil, Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado III - Educação Básica na Educação Inclusiva, Didática e Práxis Docente, Planejamento e Avaliação Educacional, Libras - Língua Brasileira de Sinais (EAD)	
EIXO III ENGAJAMENTO PROFISSIONAL.	Gestão, Planejamento e Organização do Trabalho, Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos, Educação, sexualidade e gênero (EAD), Pedagogia em Ambientes Não Escolares (EAD), Neurociência e Aprendizagem, Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD), Planejamento profissional, Projeto Político Pedagógico, entender a	Planejamento profissional, Projeto Político Pedagógico, entender a identidade, igualdade e a equidade presentes nas relações escolares, promoção do uso ético, seguro e responsável das mídias digitais.

	identidade, igualdade e a equidade presentes nas relações escolares, promoção do uso ético, seguro e responsável das mídias digitais.	

4.4 MATRIZ DO CURSO

As unidades curriculares da matriz apresentam, em sua maioria, conteúdos que implicam em abordagens metodológicas teóricas e práticas. Visando alcançar os objetivos propostos no Plano de Aprendizagem de cada disciplina, serão utilizados instrumentos pedagógicos diversificados, com o intuito de estreitar a relação entre a teoria e a prática, estimulando o aprendizado. A aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao profissional acontecerá de maneira gradativa e com grau de complexidade progressiva, permitindo o desenvolvimento do perfil profissional desejado.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	
1° Período	**Carga horária Disciplinas**
Filosofia da Educação (EAD)	66
Metodologia do Trabalho Científico (EAD)	88
História da Pedagogia e a Formação Profissional	66
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	66
Práticas Pedagógicas I - Ambientes escolares	88
Sub-Total	**374**
2° Período	**Carga horária Disciplinas**
Didática e Práxis Docente	66
Educação das Populações Indígenas, Ribeirinho e Étnico Raciais	66
Currículo e Ensino na Educação Básica	66

Ludicidade, Corporeidade e Psicomotricidade	66
Sociologia e Antropologia (EAD)	88
Sub-Total	**352**
3° Período	**Carga horária**
	Disciplinas
Fundamentos e Metodologias para o Ensino Fundamental e Médio Profissional	66
Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Educação Infantil (EAD)	66
Planejamento e Avaliação Educacional	66
Práticas Pedagógicas II - Educação Infantil	66
Tecnologia da Informação e Comunicação	88
Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD)	88
Sub-Total	**440**
4° Período	**Carga horária**
	Disciplinas
Fundamentos e Metodologias para o Ensino da História e Geografia	66
Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Língua Portuguesa	66
Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Artes e Estética na Educação Infantil e Fundamental	66
Política Educacional e Organização do Ensino no Brasil	88
Alfabetização e Letramento	66
Sub-Total	**352**
5° Período	**Carga horária**
	Disciplinas
Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Ciências Naturais e Meio Ambiente (EAD)	66
Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Matemática	66
Práticas Pedagógicas III - Ensino Fundamental	88
Estágio Supervisionado I - Educação Infantil	154
Pedagogia em Ambientes Não Escolares (EAD)	88
Sub-Total	**462**
6° Período	**Carga horária**
	Disciplinas
Metodologia da Pesquisa (EAD)	88
Optativa (EAD)	66
Práticas Pedagógicas IV – Empresas	88
Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	132
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (EAD)	88
Sub-Total	**462**
7° Período	**Carga horária**

	Disciplinas
Fundamentos e Metodologias da Educação Especial e Educação Inclusiva (EAD)	66
Braille	66
Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos (EAD)	88
Práticas Pedagógicas V - Comunidades e saúde	88
Estágio Supervisionado III - Educação Básica na Educação Inclusiva	132
Sub-Total	**440**
8° Período	**Carga horária**
	Disciplinas
Gestão, Planejamento e Organização do Trabalho (EAD)	88
Educação, Sexualidade e Gênero (EAD)	88
Pedagogia de Projetos	66
Neurociência e Aprendizagem (EAD)	66
Trabalho de Conclusão de Curso	66
Sub-Total	**374**
Optativas	**Carga horária**
	Disciplinas
Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência	66
Tópicos Especiais	66
Inglis	66
Pedagogia Jurídica	66
Pedagogia do campo	66
Direitos Humanos, Educação e Cidadania	66
Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade	66
Educação Direitos Humanos e Diversidade	66

RESUMO DO CURSO	
Disciplinas Presenciais	**1.232**
Disciplinas em EAD (34,37%)	**1.188**
Práticas Pedagógicas	**418**
Estágio Supervisionado Obrigatório	**418**
Atividades Complementares	**200**
Carga Horária Total	**3.456**

FORMAÇÃO PARA ATIVIDADE PEDAGÓGICA E DE GESTÃO

9° Período (Gestão)	Carga horária
	Disciplinas
Educação e psicologia Social (EAD)	88
Educação para a diversidade (EAD)	66

Tecnologias para a gestão educacional	88
Gestão Planejamento estratégico de instituições educacionais	88
Orientação, supervisão escolar	88
Sub-Total	**418**

RESUMO DO CURSO	
Disciplinas Presenciais	**1.496**
Disciplinas em EAD (34,64%)	**1.342**
Práticas Pedagógicas	**418**
Estágio Supervisionado Obrigatório	**418**
Atividades Complementares	**200**
Carga Horária Total	**3.874**

LICENCIATRURA EM PEDAGOGIA
PRESENCIAL
DIVISÃO POR GRUPO

GRUPO	DISCIPLINAS	PERÍODO	CARGA HORARIA
Grupo I	Filosofia da Educação (EAD)	1º	66
	Metodologia do Trabalho Científico (EAD)	1º	88
	História da Pedagogia e a Formação Profissional	1º	66
	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	1º	66
	Didática e Práxis Docente	2º	66
	Educação das Populações Indígenas, Ribeirinho e Étnico Raciais (EAD)	2º	66
	Currículo e Ensino na Educação Básica	2º	66
	Planejamento e Avaliação Educacional	3º	66
	Política Educacional e Organização do Ensino no Brasil (EAD)	4º	88
	Sociologia e Antropologia (EAD)	2º	88
	Gestão, Planejamento e Organização do Trabalho (EAD)	8º	88
	CARGA HORÁRIA		**814**
GRUPO II	Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD)	3º	88
	Pedagogia de Projetos	8º	66
	Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD)	3º	88
	Alfabetização e Letramento	4º	66
	Ludicidade, Corporeidade e Psicomotricidade	2º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Educação Infantil	3º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino Fundamental e Médio Profissional (EAD)	3º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da História e Geografia (EAD)	4º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Língua Portuguesa	4º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Matemática	4º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Ciências Naturais e Meio Ambiente	5º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Artes e Estética na Educação Infantil e Fundamental (EAD)	5º	66
	Pedagogia em Ambientes Não Escolares (EAD)	5º	88
	Metodologia da Pesquisa (EAD)	6º	88
	Optativa (EAD)	6º	66
	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (EAD)	6º	88
	Fundamentos e Metodologias da Educação Especial e	7º	66

	Educação Inclusiva		
	Braille e Educação	7º	66
	Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos (EAD)	7º	88
	Educação, Sexualidade e Gênero (EAD)	8º	88
	Neurociência e Aprendizagem	8º	66
	Trabalho de Conclusão de Curso	8º	66
	CARGA HORÁRIA		**1606**
GRUPO III	Práticas Pedagógicas I - Ambientes escolares	1º	88
	Práticas Pedagógicas II - Educação Infantil	3º	66
	Práticas Pedagógicas III - Ensino Fundamental	5º	88
	Práticas Pedagógicas IV – Empresas	6º	88
	Práticas Pedagógicas V - Comunidades e saúde	7º	88
	Estágio Supervisionado I - Educação Infantil	5º	154
	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	6º	132
	Estágio Supervisionado III - Educação Básica na Educação Inclusiva	7º	132
	CARGA HORÁRIA		836

LICENCIATRURA EM PEDAGOGIA
PRESENCIAL
FORMAÇÃO EM SEGUNDA LICENCIATURA

GRUPO	DISCIPLINAS	PERÍODO	CARGA HORARIA
GRUPO I	História da Pedagogia e a Formação Profissional	1º	66
	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	1º	66
	Didática e Práxis Docente	2º	66
	Educação das Populações Indígenas, Ribeirinho e Étnico Raciais (EAD)	2º	66
	Currículo e Ensino na Educação Básica	2º	66
	Planejamento e Avaliação Educacional	3º	66
	Política Educacional e Organização do Ensino no Brasil (EAD)	4º	88
	Gestão, Planejamento e Organização do Trabalho (EAD)	8º	88
	CARGA HORÁRIA		**572**
GRUPO II	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da História e Geografia (EAD)	4º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Língua Portuguesa	4º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Matemática	4º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Ciências Naturais e Meio Ambiente	5º	66
	Fundamentos e Metodologias da Educação Especial e	7º	66

	Educação Inclusiva		
	Trabalho de Conclusão de Curso	8º	66
	CARGA HORÁRIA		**396**
GRUPO III	Estágio Supervisionado I - Educação Infantil	5º	102
	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	6º	102
	CARGA HORÁRIA		204

LICENCIATRURA EM PEDAGOGIA
PRESENCIAL
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA GRADUADOS

GRUPO	**DISCIPLINAS**	**PERÍODO**	**CARGA HORARIA**
GRUPO I	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	1º	66
	História da Pedagogia e a Formação Profissional	1º	66
	Didática e Práxis Docente	2º	66
	Currículo e Ensino na Educação Básica	2º	66
	Planejamento e Avaliação Educacional	3º	66
	Política Educacional e Organização do Ensino no Brasil (EAD)	4º	88
	CARGA HORÁRIA		**418**
GRUPO II	Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos (EAD)	7º	88
	Educação, Sexualidade e Gênero (EAD)	8º	88
	Pedagogia de Projetos	8º	66
	Fundamentos e Metodologias da Educação Especial e Educação Inclusiva	7º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Educação Infantil	3º	66
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino Fundamental e Médio Profissional (EAD)	3º	66
	CARGA HORÁRIA		**440**

4.4.1 Ementário

1º PERÍODO

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA:

A filosofia na formação do educador: professores reflexivos. Pressupostos filosóficos da educação: concepção essencialista, naturalista e histórico-social. A epistemologia e a práxis pedagógica: relação entre as teorias do conhecimento e as teorias pedagógicas. Alienação, ideologia e educação. Axiologia e educação: teoria dos valores, educação moral, educação política e educação estética. Educação e inclusão: educação popular. Desafios atuais para a filosofia da educação: educação e diversidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2014.
2. GHIRALDELLI JR., Paulo; CASTRO, Suzana de. A nova filosofia da educação. São Paulo, 2013.
3. LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DALBOSCO, Claudio Almir; CASAGRANDE, Edison A.; MUHL, Eldon Henrique. Filosofia e pedagogia: aspectos históricos e temáticos. São Paulo: Autores Associados, 2008.
2. DALLBOSCO, Claudio A. Filosofia e educação no Emílio de Rousseau: O papel do educador como governante. São Paulo: Alínea, 2011.
3. MEZSAROS. Esteván. Educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Biotempo, 2008.
4. ROUSSEAU, Jean Jaques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: desigualdade entre os homens. São Paulo: Edipro, 2015.
5. SEVERINO, Antônio Joaquim; ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de; LORIERI, Marcos Antônio (Orgs.). Perspectivas da filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 2011.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

EMENTA:

Métodos de Estudo: Tipos de Análise de Texto, Técnicas de Sublinhar e Esquematizar, Resumos, Fichamentos, Mapa Conceitual. Orientação para Avaliação de Desempenho. Ciência e Conhecimento: Tipos de Conhecimento, Métodos Científicos, Iniciação Científica, Fontes de Pesquisa Científica e ética na produção científica. Plágio. O Trabalho Científico: Estrutura, Formatação e Construção de Redação Científica. Orientações para Apresentação Pública de Trabalhos e Comunicações Orais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017
2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017
3. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AQUINO, Ítalo de Souza. Como escrever artigos científicos: sem “arrodeio” e sem medo da ABNT. São Paulo: Saraiva, 2010
2. KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.
3. PEREIRA, Maurício Gomes. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017
4. SANTOS, Selma Cristina dos; CARVALHO, Márcia Alves. Normas e técnicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
5. SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso (TCC): guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2012

HISTÓRIA DA PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

EMENTA:

História da Educação e da Pedagogia - da antiguidade aos dias atuais. Pedagogia e profissionalização no Brasil, implicações políticas, culturais e econômicas Abordagens teóricas que fundamentam a formação docente e a construção do trabalho pedagógico. A práxis docente. O curso de Pedagogia e suas vertentes.

BÁSICA

1. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 2014.

2. LIBÂNEO, José Carlos [et.al.] Pedagogia e pedagogos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
3. MANACORDA, Mário Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COMPLEMENTAR

1. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 42.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018
2. GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação brasileira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
3. ROMANELLI, Otaiza Oliveira. **História da educação no Brasil.** 13.ed. São Paulo: Vozes, 2001. 01 ex
4. ESTÁCIO, Marcos André Pereira; NICIDA, Lúcia Regina de Azevedo. História e educação na Amazônia. Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016. ***(Livro Digital)***
5. PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. História da educação: de Confúcio a Paulo Freire. Rio de Janeiro: Contexto, 2012

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

EMENTA:

Psicologia como ciência: conceitos e evolução histórica. Ciclo vital e desenvolvimento humano: infância, adolescência, vida adulta e velhice. Bases teóricas da psicologia na educação: Behaviorismo, Psicanálise, Teoria piagetiana, Teoria Histórico-Cultural, Aprendizagem significativa, Humanismo e as implicações para o processo de ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARTINEZ, Albertina Mitjans; REY, Fernando Gonzáles. Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição na leitura cultural-histórica. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção Construindo o compromisso social da psicologia).
2. DELVAL, Juan. O desenvolvimento psicológico humano. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
3. PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. Psicologia da aprendizagem: da teoria do conhecimento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. COLL, Cesar Salvador; MARCHESI, Álvaro; Palacios, Jesús [et al.]. Psicologia da Educação escolar**.** 2. ed. v.2. Porto Alegre: Penso, 2004. (Desenvolvimento Psicológico e Educação)
2. QUADROS, Emérico Arnaldo de. Psicologia e desenvolvimento humano. Rio de Janeiro: Vozes, 2017

3. OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos de (Org.) A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012
4. YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de; SATNOS, Annie Rose dos (Orgs.). Psicologia e educação: interfaces com as representações sociais. Curitiba: CRV, 2017.
5. CAMARA, Suzana Aparecida dos Santos (Org.) Psicologia da aprendizagem. São Paulo: Pearson, 2015

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS I- AMBIENTES ESCOLARES

EMENTA:

Reflexão sobre os saberes e práticas de ensino na perspectiva de que são indissociáveis dos sujeitos. Sujeitos do ensino: profissão do professor; problemáticas dos saberes docentes, mediação e experiencias no ambiente escolar; processos de produção do conhecimento dentro do ambiente escolar. Elaboração de portfólio, observação do ambiente escolar, planos de ensino, projetos pedagógicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LUDKE, Mega; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: uma abordagem qualitativa. São Paulo: E.P.U., 2017.
2. SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanchez (Orgs.). Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013 (Coleção Questões da nossa época, v. 46).
3. WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (Orgs.). Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANDRE, Marli Elisa D. A. de. Etnografia da prática escolar. 11. ed. Campinas: Papirus, 2012 (Coleção Prática Pedagógica).
2. ANGROSINO, Mivhael V.; FONSECA, José. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.
3. ARAÚJO, Doracina Aparecida de Castro; SOUZA, José Antonio de. (Orgs.) Pesquisa em educação: indissociabilidade entre ensino e extensão. Curitiba: CRV, 2011.
4. CUNHA, Célio da; SOUZA, José Vieira de; SILVA, Maria Abadia da (Orgs.). Método dialético na pesquisa em educação**.** São Paulo: Autores Associados, 2014.

5. KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação. Curitiba: Intersaberes, 2014.

2º PERÍODO

DIDÁTICA E PRÁXIS DOCENTE

EMENTA:

A evolução histórica da Didática. As concepções didáticas e suas relações com o processo de ensino-aprendizagem. Os elementos que constituem o processo didático. Tendências pedagógicas da prática escolar O papel da Didática na formação do professor. O planejamento do Ensino. Metodologias de Ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GIL, Antonio Carlos. Didática do ensino superior. São Paulo: Atlas, 2015
2. MALHEIROS, Bruno Taranto; RAMAL, Andrea. Didática geral. Rio de Janeiro: LTC, 2017
3. ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia; COLOMBER, Teresa [et.al.] Didática geral. Porto Alegre: Penso, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CANDAU, Vera Maria (Org.). Rumo a uma nova didática**.** 20.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
2. _____. A didática em questão. 36.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017
3. KRAMER, Sonia; OSWALD, Maria Luiza (Orgs) didática da linguagem: ensinar a ensinar ou ler e escrever? São Paulo: Papirus, s.d. (Série Prática Pedagógica)
4. LOPES, Antonia Osima; VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 29.ed. Rio de Janeiro: Papirus, 2012
5. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

EDUCAÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS, RIBEIRINHO E QUILOMBOLAS

EMENTA:

História do Amazonas na perspectiva das modalidades educacionais da diversidade étnica. Cultura, identidade, Multiculturalismo: principais tendências culturais na diversidade intercultural que permeia o Estado do Amazonas. Estratégias pedagógicas. Diferentes metodologias educacionais indígenas e quilombolas. Escola Indígena: processos históricos educacionais e atualidades. Educação do campo e Quilombola, lutas e processos de

construção.

BIBLIOGRAFIA FBÁSICA

1. LEITE, Maria Jorge dos Santos. Movimento social quilombola: processos educativos. Curitiba: Appris, 2016
2. MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
3. CRUZ, Jocilene Gomes. Educação indígena mediada pelas tecnologias de informação e comunicação. 2.ed. Manaus: Valer, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AGUIAR, José Vicente de Souza. Narrativas sobre povos indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2012
2. BARROS, João Luiz da Costa. O brincar e suas relações interculturais na escola indígena. Curitiba: Appris, 2015
3. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.) Índios do Brasil. São Paulo: Global, s.d.
4. LOEWE, Daniel. Multiculturalismo e direitos culturais. São Paulo: EDUCS, 2011 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
5. MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2016

CURRÍCULO E ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

EMENTA:

Conceituação de currículo em diferentes contextos (político, econômico e social) e as influências históricas, de gênero, étnicas e de classe. Ementa; Currículo, conhecimento e diversidade cultural. As Teorias curriculares, tendências e perspectivas emergentes na história do currículo da educação brasileira. Currículo da educação básica na legislação do ensino LDB 9394/96 e na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Elaboração do currículo escolar e planejamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de currículo. São Paulo: Cortez, 2017.

2. MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; TADEU, Tomaz (Orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez. 2011.
3. SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

2.LOPES, Alice Ribeiro Casemiro; MACEDO, Elizabeth Fernandes de (Orgs.). Currículo: debates contemporâneos. 3.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2015 (Coleção Cultura, memória e currículo. V.2)

3. MACEDO, Roberto Sidnei. Currículo: campo, conceito e pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

4.SACRISTÁN, José Gimeno. (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

5.SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

LUDICIDADE, CORPOREIDADE E PSICOMOTRICIDADE

EMENTA:

O homem visto como ser biopsicossocial. O brincar e o desenvolvimento infantil. O desenvolvimento humano e da cultura corporal, numa perspectiva emancipatória. Estudo e vivência de práticas corporais nas suas diferentes manifestações e dimensões. Dinâmicas de jogos e atividades lúdicas, como elemento de solidificação do processo ensino-aprendizagem. O recreio dirigido, como prática pedagógica e educativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Teoria e prática em psicomotricidade: jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis. 7.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014
2. NEIRA, Marcos Garcia. Práticas corporais**:** brincadeiras, danças, lutas, esportes e dança. São Paulo: Melhoramentos, 2014 (Coleção Como eu ensino).
3. TEIXEIRA, Sirlândia. Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento. 3.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014

BIBLIOGRFIA COMPLEMENTAR

1. ARCE, Alessandra (Org.) Interações e brincadeiras na educação infantil. São Paulo: Alínea, 2013
2. DOHME, Vânia D'Angelo. Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011
3. SILVA, Tiago Aquino da Costa e; PINES JUNIOR, Alipio Rodrigues. Jogos e brincadeiras: ações lúdicas nas escolas, ruas, hotéis, festas, parques e em família. Rio de Janeiro: Vozes, 2017
4. LOSIVARO, Martha. A psicomotricidade aplicada na escola: guia prático de prevenção das dificuldades da aprendizagem. 2.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011
5. OLIVEIRA, Gislene de Campos. Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 20.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

EMENTA:

O Diálogo Teórico entre Antropologia e da Sociologia. Seus idealizadores e principais teóricos para a análise das organizações. O homem e a organização da sociedade. Diversidade Cultural e Multiculturalismo; A Cultura e Realidade Social: relações do trabalho, racismo, discriminação, preconceito, as questões de gêneros e étnico raciais. Direitos, cidadania, meio ambiente e movimentos sociais. As perspectivas da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DURKHEIM, Èmile. Lições de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2016
2. KESSING, Roger M.; STRATHERN, Andrew J. Antropologia cultural: uma perspectiva contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
3. SANTOS, Pedro António dos. Fundamentos de sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2004
2. GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015
3. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2018
4. MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2017

5. SANCHES, Cleber. Fundamentos da cultura brasileira. 3.ed. Manaus: Valer, 2009

3º PERÍODO

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFISSIONAL

EMENTA:

Aspectos históricos da educação básica com ênfase ao ensino fundamental e ensino médio. Aspectos do Ensino Fundamental de Nove Anos. Bases legais. Currículo. BNCC: Concepções metodológicas e relação teoria e prática na formação do professor. O ensino médio e a educação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. NOGUEIRA, Ione da Silva Cunha; SANTOS, Valdeci Luiz Fontoura dos (Orgs.) Políticas públicas para a educação no Brasil: infância, Conselhos de Educação e formação de educadores. Curitiba: CRV, 2012
1. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
2. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; FERREIRA, Jacques de Lima. Formação de professores: história, políticas e práticas pedagógicas. Curitiba: Appris, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MILEK, Emanuelle; SABATOVSKI, Emílio; FONTOURA, Iara P. (Orgs.) LDB – Lei 9.394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4.ed. Curitiba: Juruá, 2015
2. MEIRE, Eraldo Leme Batista; Müller, Meire Terezinha. A educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Alínea, 2013
3. MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; BENTES, Arone do Nascimento; ALMEIDA, Carlos Augusto Gomes de; NOGUEIRA, Sílvia Cristina Conde (Orgs.) A educação profissional na região norte: reflexões e críticas. Mnaus: EDUA, 2013
4. LIPPE, Eliza Marcia Oliveira (Org.) Estrutura e funcionamento do ensino fundamental e médio. São Paulo: Pearson, 2016 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
5. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da (orgs.). Ensino fundamental: Da LDB à BNCC. Rio de Janeiro: Papirus, 2019 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA:

A História Social da Infância. Concepções, finalidade, funções sociais e organização da Educação Infantil. Educação Infantil e políticas educacionais. Proposta Curricular e a Organização do Trabalho Pedagógico em Creches e Pré-escolas. Planejamento e avaliação na educação infantil. A Formação do Professor para a Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GONZALEZ-Mena, Janet. Fundamentos da educação infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada. 6. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.
2. ARCE, Alessandra (Org.) Interações e brincadeiras na educação infantil. São Paulo: Alínea, 2013
3. FERNÁNDEZ-RIO, Javier; GIMENO, José Manuel Rodrígues; CALLADO, Carlos V. [et.al.] Atividades e jogos cooperativos. Rio de Janeiro: Vozes, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARBOSA, Maria Carmen; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. BRAGA, Ana Regina Caminha. Educação infantil: prática pedagógica e estratégias metacognitivas. Curitiba: Appris, 2014.
3. LOUZADA, Virgínia. A educação infantil no contexto das avaliações externas em larga escala. Curitiba: Appris, 2017.
4. MOYLES, Janet R. Fundamentos da educação infantil: enfrentando o desafio. Porto Alegre: Artmed, 2010 01 ex
5. OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

EMENTA:

Planejamento: conceitos, características, princípios, critérios e tipos de planejamento educacional para o processo de ensino e aprendizagem. Etapas do Planejamento de ensino e de aprendizagem. Avaliação institucional e da aprendizagem. Tipos de avaliação,

Instrumentos e Técnicas. Avaliação em uma perspectiva construtivista. A avaliação na educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. JEFFREY, Débora Cristina. Política e avaliação educacional: interfaces com a epistemologia. Curitiba: CRV, 2015
2. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2015.
3. CERVI, Rejane de Medeiros. Planejamento e avaliação educacional. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREITAS, Luiz Carlos de [et.al.] Avaliação educacional: caminhando pela contramão. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
2. ESTEBAN, Maria Teresa. Escola, currículo e avaliação. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2015
3. LUCK, Heloísa. Perspectivas da avaliação institucional da escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2012
4. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem: componentes do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011
5. SANTOS, Clóvis Roberto dos. Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre a sua prática. São Paulo: Evercamp, 2005

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS II - EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA:

A Educação Infantil, o lúdico e o desenvolvimento infantil: produção de brinquedos e jogos pedagógicos. A especificidade da sala de aula: planejamento, currículo, didática e avaliação na Educação Infantil. Diferenças de desenvolvimento entre crianças de zero a seis anos. Elaboração de Portfólio, planos de ensino, projetos pedagógicos e execução de oficinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2011
2. LUDKE, Mega; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em educação**:** uma abordagem qualitativa. 2.ed. São Paulo: E.P.U., 2017.

3. SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanchez (Orgs.). Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013 (Coleção Questões da nossa época, v. 46).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANDRE, Marli Elisa D. A. de. Etnografia da prática escolar**.** 11. ed. Campinas: Papirus, 2012 (Coleção Prática Pedagógica).
2. ANGROSINO, Mivhael V.; FONSECA, José. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.
3. ARAÚJO, Doracina Aparecida de Castro; SOUZA, José Antonio de. (Orgs.) Pesquisa em educação: indissociabilidade entre ensino e extensão. Curitiba: CRV, 2011.
4. CUNHA, Célio da; SOUZA, José Vieira de; SILVA, Maria Abadia da (Orgs.). Método dialético na pesquisa em educação**.** São Paulo: Autores Associados, 2014.
5. KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação. Curitiba: Intersaberes, 2016.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

EMENTA:

Conceito e História. As Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC. Uso das TIC na educação. Visão crítico-reflexiva sobre a tecnologia e a cibercultura na sociedade. Metodologias no processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologia no ensino presencial, híbrido e na Educação a Distância. A formação tecnológica do educador. As tecnologias na BNCC. Tecnologias Assistivas e adaptativas. Tendências futuras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: Novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 9.ed. São Paulo: Érica, 2012
2. SANTOS, Edméa (Org.) Mídias e tecnologias na educação presencial e a distância. Rio de Janeiro: LTC, 2016
3. ROSINI, Alessandro Marco. As novas tecnologias da informação e a educação a distância. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Tecnologias na formação e na gestão escolar. São Paulo: Avercamp, 2007
2. BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. Educação e novas tecnologias: um

repensar. 2.ed. Curitiba: Intersaberes, 2015
3. COSTA, Cristina. Educação, imagem e mídias. 2.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2013
4. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
5. LEITE, Lígia Silva. Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula. 8.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS

EMENTA:

Leitura, Diretrizes para leitura. Interpretação: Análise textual, temática interpretativa. Problematização. Análise interpretativa de textos diversos. Semiótica: de gráficos, tabelas, figuras, charges, letras de música e poesia. Produção textual: introdução, desenvolvimento, conclusão. Coesão e Coerência e informatividade. Práticas de produção de textos variados. Revisão e reescrita orientada de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lilian Ghiuro. Leitura e produção de texto. 22.ed. São Paulo: Blucher, 2011
2. HAUY, Amini Boainain. Gramática da língua portuguesa padrão. São Paulo: EDUSP, 2015
3. SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Cláudia Souza. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, José Augusto. Gramática superior da língua portuguesa. 2.ed. São Paulo: Thesaurus, 2014
2. FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. 17.ed. São Paulo: Ática, 2007
3. KOCH, Ingedore g. Villaça. Argumentação e linguagem. 13.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2011
4. MOTTA-ROTH, Desirré. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010
5. SENA, Odenildo. A engenharia do texto: Um caminho rumo à prática da boa redação. 4. ed. Manaus, Valer, 2017.

4º PERÍODO

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA E GEOGRAFIA

EMENTA:

Fundamentos da Geografia e da História: conceitos, concepções e intervenções pedagógicas, relações políticas, sociais e históricas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Metodologia e avaliação. Elaboração de planos de ensino, projetos pedagógicos e execução de oficinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ABUD, Kátia Maria. SILVA, André Chaves de Melo. ALVES, Ronaldo Cardoso. Ensino de História**.** São Paulo: Cengage Learning, 2011 (Coleção Ideias em Ação)
2. MOREIRA, Claudia Maria Baukat Silveira; VASCONCELOS, José Antonio. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino da história. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Metodologia do Ensino de História e Geografia)
3. PIMENTEL, JUnivio da Silva; ROCHA, Gabriela Silveira; COSTA, Glauber Barros. Pesquisa e práticas no ensino de geografia. Curitiba: Appris, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AVELAR, Alexandre de Sá. Os Desafios do Ensino de História problemas teorias e métodos. Curitiba: Intersaberes, 2012 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***

2. BELTHER, Josilda Maria. Metodologia do ensino da geografia. São Paulo: Pearson, 2017 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***

3. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Ensino da geografia: caminhos e encantos. Porto Alegre: EDIPUC, 2016 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***

4. CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Rio de Janeiro: Papirus, 2015 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***

5. PAULINO, Carla Viviane, MOTTA, Romilda Costa, TROVÃO, Flávio Vilas-Bôas, PAZ, Maurício Fonseca da. Perspectivas do ensino da história: teorias, metodologias e desafios para o século XXI. Curitiba: Intersaberes, 2018 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

EMENTA:

A Língua materna e as variantes linguísticas. Noções gerais de Linguística e suas ramificações. Gramática Normativa. Teorias da aquisição da linguagem. Legislação para o Ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental. O processo de oralidade, de leitura e de produção textual nos anos iniciais. Elaboração de planos de ensino,

projetos pedagógicos e execução de oficinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AIUB, Tânia. Português: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.

2. DEMAI, Fernanda Mello. Português Instrumental. São Paulo: Érica, 2014
3. SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Cláudia Souza. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEZERRA, Rodrigo. Nova gramática da língua portuguesa para concursos. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013
2. CARVALHO, José Augusto. Gramática superior da língua portuguesa. 2.ed. São Paulo: Thesaurus, 2014
3. CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lilian Ghiuro. Leitura e produção de texto. 22.ed. São Paulo: Blucher, 2011
4. MARCUSCHI, Luiz Antônio Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008
5. MOYSES, Carlos Alberto. Língua portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2016

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS PARA O ENSINO DAS ARTES E ESTÉTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL

EMENTA:

História da Arte. Movimentos Artísticos no Brasil. A educação estética e artística da criança na educação infantil e nos anos iniciais. Modalidades artísticas na perspectiva interdisciplinar. Elaboração de planos de ensino, projetos pedagógicos e execução de oficinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PROENÇA, Graça. História da arte. 17.ed. São Paulo: Ática, 2018
1. GOMBRICH, E. H. A história da arte. 16.ed. São Paulo: LTC, s.d.
2. CATTANI, Icleia Borsa. Arte moderna no Brasil. Belo Horizonte: C/Arte, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BANDEIRA, Denise. O ensino das artes em diferentes contextos: experiências educativas, culturais e formativas. Curitiba: Intersaberes, 2017 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***

2. HEGEL, G. W. F. O sistema das artes. São Paulo: Martins Fontes, 2016
3. LIPPE, Eliza Márcia Oliveira. Teorias e metodologias do ensino da arte e literatura. São Paulo: Pearson, 2018 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
4. GUZZI, Elisa K. A relação do desenho com o ensino da arte: considerações sobre a teoria e a prática. Curitiba: Intersaberes, 2018 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
5. ZAGONEL, Bernadete. Arte na educação escolar. Curitiba: Intersaberes, 2012 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***

POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL

EMENTA:

Concepções e história sobre política, política pública e política educacional brasileira. As principais reformas educacionais: descentralização e municipalização do ensino. Políticas públicas contemporâneas, de cunho sócio-antropológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MILEK, Emanuelle; SABATOVSKI, Emílio; FONTOURA, Iara P. (Orgs.) LDB – Lei 9.394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4.ed. Curitiba: Juruá, 2015
2. SAVIANI, Dermeval. Política e Educação no Brasil**.** 7.ed. São Paulo: Autores Associados, 2015.
3. VASCONCELOS, Maria Celi; NAJJAR, Jorge. A LDB e as políticas educacionais: perspectivas, possibilidades e desafios 20 anos depois. Curitiba: Appris, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; CUNHA, Elizangela Vale; SILVA, Tânia Roberta da. Avaliação de políticas públicas de educação**:** texturas e tessituras do Programa Mais Educação. Curitiba: CRV, 2014.
2. MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira (Org.) Políticas públicas educacionais: novos contextos e diferentes desafios para educação no Brasil. Curitiba: CRV, 2013
3. MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 – 1946). São Paulo: Autores Associados, 2011. 01ex
4. SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 2018. ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
5. MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José; MALANCHEN, Julia. A

pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular. São Paulo: Autores Associados BVU, 2020. ***(Biblioteca Virtual. E-book)***

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

EMENTA:

Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre a teoria e prática. Representação gráfica da linguagem oral. Promoção da Consciência Fonológica na Educação Infantil e no Ciclo de Alfabetização. Práticas de Alfabetização e Letramento em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 12.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
2. JAKUBOVICZ, Regina; LEME, Mariana Paes. Exercícios de linguagem. Rio de Janeiro: Revinter, 2012

3. BARROS, Isabela do Rêgo; EFKEN, Karl Heinz; ACIOLI, Moab [et.al.] Aquisição, desvios e práticas de linguagem. Curitiba: CRV, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARONE, Leda Maria Codeço; MARTINS, Lilian Cassia Bacich; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira (orgs.) Psicopedagogia: teorias de aprendizagem. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2011 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
2. GONTIJO, Claudia Maria Mendes (Org.) Alfabetização: a criança e a linguagem escrita. São Paulo: Autores Associados BVU, 2017 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
3. HEIN, Ana Catarina Angeloni (Org.) Alfabetização e letramento. São Paulo: Pearson, s.d. ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
4. MORAIS, Artur Gomes de. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização. Rio de Janeiro: Autêntica, 2019 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
5. SCHERER, Ana Paula r.; PEREIRA, Vera W. Alfabetização: estudos e metodologias de ensino em perspectiva cognitiva. Porto Alegre: EDIPUC, 2019 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***

4.4.2 CONTEÚDOS CURRICULARES

Adotando o regime de semestralidade, a estrutura curricular compreendida como uma matriz de conhecimentos, aponta para três eixos articulados entre si:

- Conhecimento profissional;

- Pratica Profissional;
- Engajamento profissional;

Vale ressaltar que esses três eixos e os conteúdos curriculares que os mesmos ensejam estão organizados na perspectiva da formação de uma unidade que se consolida ao final no perfil do egresso.

1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9ªperíodo (Gestão)
Filosofia da Educação (EAD)	Didática e Práxis Docente	Fundamentos e Metodologias para o Ensino Fundamental e Médio Profissional	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da História e Geografia	Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Ciências Naturais e Meio Ambiente (EAD)	Metodologia da Pesquisa (EAD)	Fundamentos e Metodologias da Educação Especial e Educação Inclusiva (EAD)	Gestão, Planejamento e Organização do Trabalho (EAD)	Educação e psicologia Social (EAD)
Metodologia do Trabalho Científico (EAD)	Educação das Populações Indígenas, Ribeirinho e Étnico Raciais	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Educação Infantil (EAD)	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Língua Portuguesa	Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Matemática	Optativa (EAD)	Braille	Educação, Sexualidade e Gênero (EAD)	Educação para a diversidade (EAD)
História da Pedagogia e a Formação Profissional	Currículo e Ensino na Educação Básica	Planejamento e Avaliação Educacional	Fundamentos e Metodologias para o Ensino das Artes e Estética na Educação Infantil e Fundamental	Práticas Pedagógicas III - Ensino Fundamental	Práticas Pedagógicas IV - Empresas	Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos (EAD)	Pedagogia de Projetos	Tecnologias para a gestão educacional
Psicologia do Desenvolvi	Ludicidade, Corporei	Práticas Pedagó	Política Educacional e	Estágio Supervisionado I -	Estágio Supervisionado	Práticas Pedagógicas V -	Neurociência e Aprendiz	Gestão Planejamento

mento e da Aprendizagem	dade e Psicomotricidade	gicas II - Educação Infantil	Organização do Ensino no Brasil	Educação Infantil	II - Ensino Fundamental	Comunidades e saúde	agem (EAD)	estratégico de instituições educacionais
Práticas Pedagógicas I - Ambientes escolares	Sociologia e Antropologia (EAD)	Tecnologia da Informação e Comunicação	Alfabetização e Letramento	Pedagogia em Ambientes Não Escolares (EAD)	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (EAD)	Estágio Supervisionado III - Educação Básica na Educação Inclusiva	Trabalho de Conclusão de Curso	Orientação, supervisão escolar
		Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD)						

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas, observando a pertinência da mesma e a adequada relação com o que indicam as ementas das unidades curriculares, e posteriormente aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental, educação étnico-racial e de pedagogias humanos serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas específicas, atividades complementares e estágio supervisionado), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia.

4.5 **METODOLOGIA**

4.5.1 Metodologia de Ensino

Quando pensamos nos aspectos metodológicos no Ensino Superior, destacamos três importantes pontos: o primeiro diz respeito a relação entre a qualidade de ensino e o trabalho docente que se realiza na sala de aula, uma vez que a essência do que acontece nas instituições superiores deriva do sucesso e da qualidade da aprendizagem dos alunos.

O objetivo final da ação docente é sempre que os alunos aprendam mais e melhor. Este aspecto nos remete a um segundo, que diz respeito a essência da atividade docente. O foco nuclear da prática pedagógica é a aprendizagem do aluno, resultado de uma atividade intelectual e prática, realizada pelo aluno, a partir da mediação do professor, dos livros, do material didático dos colegas de classe. Enfim aprender não é nunca um ato solitário é sempre uma ação coletiva e multifacetada.

O terceiro aspecto se refere aos aspectos específicos da aprendizagem universitária. O ensino universitário, por seu caráter distinto, não pode reduzir seu propósito a apropriação de técnicas e de conceitos para um exercício profissional futuro, a própria dinâmica de um mundo em constante mudança não nos permite pensar assim. Para, além disso, o ensino universitário deve acima de tudo ensinar a pensar, ensinar o aprender a aprender. Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares fechados em si mesmos.

Assim, as metodologias de ensino, entendidas como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois pólos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação. Diante disto, a metodologia não é tão somente o conjunto de técnicas de ensino, mas sim, possíveis caminhos, possíveis maneiras de conceber e construir o conhecimento, possíveis visões do aluno, da aprendizagem, da educação e do mundo.

Nesta perspectiva tal qual preconiza o PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional) e o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) a metodologia adotada pela IES, apóia-se nos seguintes princípios: Alunos e professores formam uma comunidade educativa de aprendentes.A sala de aula é um espaço privilegiado de vivências e experiências de aprendizagem entre sujeitos do processo de construção de conhecimento.

O conhecimento é sempre multideterminado, portanto o ato de ensinar deve apoiar-se na interdisciplinaridade, na transversalidade e na educação para os pedagogias humanos. A prática pedagógica docente deve ser sempre uma ação endereçada e

interessada.Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento, a metodologia de ensino assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas- redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber. Neste sentido a orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem perpassa fundamentalmente pela superação dos modelos centrados essencialmente nas aulas expositivas, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento e a organização de situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

A IES adota como referência a Norma Brasil 9050, Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Atende, ainda, à Portaria MEC nº 3.284 de 07 de novembro de 2003 e o Decreto 5296/2004. Neste sentido, no que se refere aos alunos com deficiência física, a IES apresenta as seguintes condições de acessibilidade:

- Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);
- Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços; Rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;
- Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros; Sinalização de atendimento prioritário.

Em relação aos alunos com deficiência auditiva, a IES está igualmente comprometido ao proporcionar intérpretes de Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado de língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos. E para os deficientes visuais a IES possui, inclusive, software que transforma texto em voz, além de material Braille.

Neste contexto, a IES tem atendido às condições de acesso para as pessoas com necessidades especiais, conforme preconiza o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Outro aspecto relevante no campo metodológico referente à acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão que vale a pena destacar é o da ACESSIBILIDADE. O aumento crescente no número de Estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertados todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Tendo como base um vasto conjunto de leis, orientações e recomendações expressas em documentos publicados pelo Governo Federal e mais especificamente pelo Ministério da Educação, o conceito de acessibilidade vem sendo ampliado, fazendo com que as ações desenvolvidas pelas IES se tornem cada vez mais variadas e, por certo, também mais

complexas. Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão.

Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrantes de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento **REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES),** publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

> (…) a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde não há Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações nem no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde convergem todos os esforços a fim de garantir acesso ao currículo com:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,
- Adequação nos mobiliários e equipamentos, Adequação de objetivos,
- Adequação de conteúdos, Adequação de métodos e didática, Adequação nas avaliações, Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez, encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou

com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade universitária deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a serem consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas Habilidades e superdotação;
- Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;
- Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos Globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando, especificamente no campo da acessibilidade pedagógica, as seguintes ações:

Mapeamento das necessidades dos estudantes:preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados. Orientação aos coordenadores de cursos e professores. Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas. Encaminhamento de adequações de materiais didáticos.

- Promoção de cursos e palestras de capacitação.
- Trabalho colaborativo com outros profissionais.
- Os estudantes e servidores surdos acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS. Empréstimos de materiais para estudantes e docentes de: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala.

4.5.2 Atividades Pedagógicas

Para fazer valer os princípios metodológicos aqui explicitados, indicamos como técnicas de ensino, o uso de:

Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor. Mais do que expor um assunto numa perspectiva

definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido

Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva, esta se diferencia da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Data show com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.

Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertinentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.

Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas.

Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no

estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características,
o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.
Elaboração de Projetos de Ação ou de Investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos às disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.

Visitas Técnicas: visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.

Atividades de Extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação favorecem a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática.

Atividade de Pesquisa: atividades de pesquisa em torno de situações que mereçam aprofundamento de estudos e que possam contribuir para a o desenvolvimento do espírito científico, para a consolidação da aprendizagem e desenvolvimento das competências explicitadas no Projeto Pedagógico do curso.

Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.

Workshops ou Oficinas Pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quanto um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.

Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos. Mini palestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.

Círculo de debates ou discussões: atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos comofundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

XVI- Elaboração de paper/artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerara a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

4.5.3 Metodologia das atividades interdisciplinares e transversais

Neste cenário há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental. Neste sentido é previsto que a abordagem destes temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa Afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplado, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

4.5.4 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de pedagogias; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Pedagogias Humanos são, modernamente, entendidos como aqueles pedagogias fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São pedagogias que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são pedagogias que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Pedagogias Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos pedagogias civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos pedagogias humanos.

Frente à pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Pedagogias Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Pedagogias Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida critica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema pedagogias humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático de Pedagogia.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola.

Os Pedagogias Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais pedagogias eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus pedagogias visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos pedagogias que o tutelam e da afirmação dos Pedagogias Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Pedagogias.

Assim, se o conhecimento dos Pedagogias Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino superior, pois estes, em face de sua posição privilegiam da na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus pedagogias e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Pedagogias Humanos significa não apenas defender os pedagogias próprios, é também buscar a defesa dos pedagogias que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo o chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Pedagogias Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Pedagogias Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Pedagogias Humanos”.

4.5.5 **Aulas Práticas**

O aluno do Curso de Graduação da IES, tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas serão proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitoradas em campo por professores e/ou

supervisores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades. Sendo, portanto, assim definidas:

As Aulas Práticas: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso.

As Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações.

Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

4.5.6 Metodologia de Ensino das Disciplinas Ofertadas à Distância

A metodologia apresentada ao Discente nas disciplinas ofertadas em EAD dos cursos presenciais tem por característica principal a proximidade estrutural das disciplinas ofertadas no cotidiano presencial. Dessa feita, não há diversificação ou diferenças substanciais que possam causar estranheza por parte do discente ao cursar tais disciplinas.

Inicialmente a ementa do curso é dividida em 5 (cinco) temas que irão nortear as atividades, interação e progressão no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Cada Tema é dividido em duas partes no intuito de segmentar a progressão e garantir videoaulas menores e mais eficientes no ponto de vista da aprendizagem. Quanto à composição de cada item, tem-se que cada parte é composta por uma videoaula e livro texto. Portanto, cada tema tem 2 (duas) videoaulas e 2 (dois) livros textos. Para fechar um tema, existem as atividades de exercícios ou outra atividade complementar, quando necessário. Em relação ao conteúdo, após o tema 5 (cinco) ocorre a inserção de um Mapa Mental como referencial a todo o conteúdo estudado, sendo este explicado em uma videoaula em separado, também disponibilizada.

A progressão de estudo consiste no acadêmico realizar os estudos dos Temas 1 (um) e Tema 2 (dois) e logo após realizar a AVALIAÇÃO ONLINE 01, que comporá a nota institucional N1. Continuando a progressão, as atividades e estudos do Tema 3

(três) e Tema (quatro) devem ser realizadas para a execução da AVALIAÇÃO ONLINE 2. Para o fechamento do ciclo de avaliação N1, o estudante deve realizar a ATIVIDADE INSTERDISCIPLINAR E TRANSVERAL. O Ciclo de avaliações N2 é composto por todos os Temas já avaliados, mais o Tema 5 (cinco) e o Mapa conceitual.

A Avaliação N2 é realizada de forma presencial. Caso o aluno não obtenha rendimento ou nota suficiente para aprovação, disponibiliza-se o bloco de EXAME FINAL, conforme estrutura avaliativa.

Os temas e mapa conceitual ficam à disposição do docente durante todo o período em que a disciplina está sendo ofertada. As avaliações são abertas em período pré-estabelecido pela coordenação de ensino. Nas partes, cada videoaula possui duração de até 20 minutos, sendo distribuídas de forma livre para que o aluno possa realizar, se desejar, a aquisição da mídia digital (download).

Quanto ao material didático, são disponibilizados um livro texto com aproximadamente 20 páginas por parte, caderno de slides usados pelo professor na vide aula e caderno de anotações composto por todas as anotações realizadas pelo professor. No cenário da interação, são disponibilizados espaços de comunicação com o professor ou tutor via sistema de mensageria. Todo o conteúdo pode ser acessado via QRCODE na mesma página de acompanhamento.

Em conclusão à estrutura de uma sala de aula no AVA com a finalidade de complemento metodológico, está disponível ao docente fórum de discussão de conteúdo, chat online e sistema de videoconferência. Ademais, outros recursos podem ser encontrados, como controle de progressão, calendário de atividade, gamificação por progressão e listagem de alunos para interação por sistema de mensagens. Caso existam dúvidas quanto à metodologia ou conteúdo, o discente tem disponível o uso do sistema de atendimento e suporte online.

4.5.7 Atividades Presenciais Obrigatórias das Disciplinas Ofertadas à Distância

De acordo com a Portaria Normativa MEC n.22/2017, o PPC deve prever as atividades presenciais obrigatórias capazes de contribuir para a construção do perfil que atenda as competências e habilidades exigidas pelas DCNs do curso, informando quais serão as atividades presenciais obrigatórias, onde ocorrerão com qual carga horária e competências e habilidades a serem desenvolvidas.

O art.8º da Portaria Normativa MEC n. 11 de 20/06/2017, dispõe que as

atividades presenciais são: tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais de laboratório, defesa de trabalhos, realizadas na sede da IES, nos pólos EAD ou em ambiente profissional. A tutoria presencial é: o momento em que o tutor presencial auxilia os alunos no uso dos materiais recebidos para as atividades presenciais, participa de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios, visitas técnicas, estágios supervisionados e defesa de TCC. Assim, descritas conforme tabela a seguir:

Atividades Presenciais obrigatórias referentes às disciplinas ofertadas em EAD	**Competências ou Habilidades do Perfil de Egresso abrangidas com as atividades presenciais**	**Carga Horária destinada à atividade presencial**
Avaliações N1- Atividade Interdisciplinar (De acordo com a Política PAPERI - Projeto de Articulação entre Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional – PAPEERI) ● Abordagem Interdisciplinar dos conteúdos das disciplinas aplicadas no contexto regional; ● Painel Integrado – Apresentações das discussões e apontamentos construídos no âmbito do desenvolvimento do trabalho acompanhado pelo tutor. N2- Atividade Interdisciplinar (De acordo com a Política PAPERI - Projeto de Articulação entre Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional – PAPEERI) ● Os alunos deverão participar de fórum na MODALIDADE PRESENCIAL apresentando as atividades interdiciplinares relacionadas ao conteúdo da disciplina, contexto regional e de acordo com o PAPEERI ● Produção de banner digital para entrega e discussão por intermédio da tutoria nos fóruns das disciplinas.	Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; Reconhecer os contextos; Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais; Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem; Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, das competências e habilidades; Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;	30h (Carga horária distribuída em planejamento, construção, organização e apresentação) 30h - (Carga horária distribuída em planejamento, construção, organização e apresentação)

	Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade;	
Aulas práticas de laboratório do curso Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Visitas Técnicas (descrever as todas as visitas técnicas que são realizadas no curso)	Não se Aplica	Não se Aplica
Tutoria presencial (descrever todas as tutorias presenciais que serão realizadas com os discentes ao longo do curso) O tutor cumpre papel fundamental em todas as atividades do curso EaD, já que suas atribuições não se limitam ao acompanhamento das atividades dos alunos. Como parte da equipe acadêmica dos cursos, o tutor é aquela pessoa que o aluno toma como referência na condução do seu processo de aprendizagem, pois é ele que faz a mediação entre os conteúdos desenvolvidos pelos professores e as atividades realizadas pelos alunos, dando vida às propostas e princípios definidos nos projetos pedagógicos de curso. Elo importante entre a instituição e o aluno, o tutor tem como atribuição principal a orientação do aluno para que se conscientize de que estuda para seu próprio desenvolvimento profissional, por cujo sucesso é o principal responsável para isso, o tutor deve motivá-lo a agir de forma		Cada Atividade de Tutoria Presencial será realizada em 3 encontros de 4h. Tutoria 1 – 3 Encontros de 4h (12h) Tutoria 2 – 3 Encontros de 4h (12h) Tutoria 3 – 3 Encontros de 4h (12h)

responsável quanto às tarefas, prazos e tempo de dedicação ao estudo e pesquisa. A atividade presencial será acompanhada por tutores. O tutor presencial é responsável pela condução, mediação e orientação das atividades desenvolvidas nas oficinas presenciais e também pelo acompanhamento dos alunos nos plantões realizados nos polos de apoio presencial. O trabalho dos tutores presenciais será acompanhado pelo Supervisor dos Tutores, responsável pela orientação e supervisão das atividades: **- Tutoria presencial 1.** Momento tira dúvidas no acompanhamento das disciplinas em cada semestre. Com a presença de tutor de disciplina. **- Tutoria presencial 2.** Alinhamento das atividades interdisciplinares – N1, troca de ideias e momento tira dúvidas **- Tutoria presencial 3.** Alinhamento das atividades interdisciplinares– N2, troca de ideias e momento tira dúvidas		
Estágio supervisionado (Se houver. Descrever as atividades presenciais a serem desenvolvidas)	Não se Aplica	Não se Aplica
Defesa de TCC (Se houver. Descrever a atividade a ocorrer presencialmente)	Não se Aplica	Não se Aplica

Carga horária total de atividades presenciais	**Percentual da carga horária do curso**
96h em atividades presenciais	7,6 % em carga horária de disciplinas EAD conforme matriz do curso

4.6 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

4.6.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado

Tendo em vista a consolidação do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, a teoria e a prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

O Projeto Pedagógico do Curso, pretende com o estágio supervisionado, além de integrar o itinerário formativo do educando, possibilitar o desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional, objetivando, o desenvolvimento do educando para a vida e para o trabalho, a partir da troca de experiência, fazendo com que o novo profissional torne-se mais preparado para atuar em diferentes áreas e lidar com a complexidade da realidade cotidiana.

As diretrizes gerais que regem o Estágio Curricular Supervisionado do curso, estão explicitas no regulamento do estágio supervisionado com o objetivo de orientar as ações de professores e alunos no campo do estágio, contendo metodologias e sistemáticas para o desenvolvimento do mesmo, definindo o papel de todos os envolvidos neste processo. O presente instrumento tem como fundamento as legislações abaixo relacionadas:

I) Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008;

II) Lei 9.394 de 20 de 20 de dezembro de 1996 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82).

III) Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Considera Estágio Curricular como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, conforme Projeto Pedagógico do Curso, podendo ser realizado em duas modalidades, a saber:

- **Curricular obrigatório**: é aquele definido no Projeto Pedagógico dos Cursos, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do certificado ou diploma.
- **Curricular não obrigatório**: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária obrigatória e que não tem validade para a contagem no

curso por não ser supervisionado. Pode ser considerado como Atividade Complementar de acordo com regulamento apropriado da IES.

4.6.2 Áreas de estágio, período forma de integralização da carga horária de estágio e produto do estágio

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”.

A prática profissional é estabelecida para o estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso.Denominada como Prática Profissional é estabelecida para permitir ao estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. No Curso de Pedagogia o Estágio Curricular Supervisionado deverá ser cumprido a partir do 5º. período letivo do curso.

O estágio supervisionado tem um total de carga horária de 418h, dividido em três áreas de atuação. Sendo dividido em Estágio Supervisionado I - Educação Infantil com a carga horária de 154h a ser realizado no 5º período, Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental com a carga horária de 132h a ser realizado no 6º período e Estágio Supervisionado III - Educação Básica na Educação Inclusiva com a carga de 132h a ser realizado no 7º período.

Os convênios existentes estarão firmados com o a Secretaria Estadual e Municipal de Educação, podendo ser também estabelecidos com escolas privadas, neste ultimo tendo que ser estabelecido previamente com termo de cooperação técnica com escola privada.

Deverá ser observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório, firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, de forma obrigatória. A atividade de Estágio, tem como objetivo principal promover o processo educativo de aprendizagem e de formação profissional mediante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizado sob a responsabilidade e coordenação do professor orientador.

A Validação das atividades de prática profissional, desenvolvidas pelo estudante, se dará mediante autorização da Coordenação de Estágio, considerando a obrigatoriedade de orientação do professor orientador e ainda da supervisão do profissional onde irá realizar tais práticas quando do estágio externo. A atividade deve ser realizada dentro do período letivo, respeitando o calendário acadêmico da IES.

O relatório de avaliação específico do estágio curricular deve estar acompanhado dos documentos de atividades regulamentadas a ser entregue pelo estudante ao professor orientador, acompanhado da avaliação do responsável sendo o profissional supervisor e comprovante da carga horária efetivamente cumprida, resultando como critérios de avaliações divididos em quatro etapas, sendo a primeira etapa com a entrega do termo de compromisso; a segunda correspondente a participação semanal, o desenvolvimento de projetos e de tarefas inerentes ao próprio estágio; a terceira etapa exige a entrega das documentações que comprovem a freqüência, declaração contendo as horas realizadas e atividade desenvolvidas pelo estagiário, mais o relatório final de atividades; e a quarta etapa a avaliação do supervisor. O regulamento do estágio curricular supervisionado encontra-se encontra-se nos anexos do Projeto Pedagógico do Curso.

4.6.3 Convênios para estágio supervisionado

O estágio Supervisionado acontecerá em Instituição conveniadas com a IES, e os alunos serão devidamente assegurados como prevê a Lei do estágio. Os termos de convênio estão disponíveis para consulta.

4.6.4Forma de Orientação do Estágio Curricular Supervisionado

As atividades serão orientadas de forma planejada e programada conjuntamente com o(s) professor(es) da disciplina sendo submetidas a aprovação da Coordenação de Curso. Ademais, os estágios obedecem às normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

4.6.5 Forma de Supervisão do Estágio Curricular Supervisionado

A supervisão e a avaliação serão realizadas diretamente pelos dos docentes da própria IES e/ou profissionais contratados como supervisores de Estágio. A corresponsabilidade da IES estará sempre envolvida nesse processo, observando o nível de formação e a etapa do curso em que se encontra o estagiário.

Do Professor Supervisor de Estágio:

a) Elaborar o plano de ensino de estágio e apresentá-lo no início do semestre ao Coordenador de Curso;
b) Fornecer todos os formulários referentes ao estágio supervisionado aos alunos no início do semestre;
c) Elaborar juntamente com o estagiário e a concedente o Plano de Atividades de Estágio, orientar e acompanhar a execução do mesmo;
d) Supervisiona as atividades e frequências dos alunos do estágio supervisionado;
e) Realizar a escala de tarefas dos alunos regularmente;
f) Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;
g) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;
h) Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;
i) Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;
j) Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso;
k) Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a Instituição da Amazônia;
l) Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre.
m) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório final das atividades de estágio;

4.6.6 Forma de Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado

Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso, respeitando normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

São funções da Coordenação do estágio e da Supervisão:

Do Coordenador do curso:

a) Contatar as instituições potencialmente concedentes de estágio, escolhidas pela própria IES ou sugerida pelos alunos;

b) Solicitar os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;

c) A coordenação de curso indicará um docente do Curso, preferencialmente mestre ou doutor para orientação de estágio.

d) Apreciar os planos de estágio propostos pelos Professores Supervisores de Estágio;

e) Realizar reuniões periódicas com o professor supervisor de estágio, com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;

f) Participar de decisões quanto a questões extra-normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;

g) Receber ao final de cada semestre do professor supervisor de estágio os processos individualizados de cada estagiário, que se constituem na documentação comprobatória da realização do estágio curricular;

4.6.7 Práticas do estágio e estratégias para a gestão da integração entre o ensino e o mundo do trabalho considerando as competências do perfil do egresso e interlocução da IES como os ambientes de estágio.

O Curso de Pedagogia possuirá uma estratégia para integrar essas atividades considerando as competências e perfil do egresso preconizado pela DCN.

O Estágio Curricular Não-Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, o qual se constitui em atividade de formação acadêmico-profissional do estudante.

a. A carga horária realizada poderá ser validada para fins de cumprimento das Atividades Complementares que integram a estrutura do curso;
b. A carga horária realizada poderá ser utilizada para validar até 50% da carga horária do estágio curricular desde que as atividades do estágio extracurricular sejam compatíveis com a modalidade na qual o aluno deseja aproveitamento;

Para que a integralização do estágio não-obrigatório ocorra o aluno deve trazer o termo de compromisso ou contrato assinado original para conferência juntamente com uma cópia;

O estudante que realiza atividades profissionais (estágios com ou sem

remuneração) em Organizações, Empresas ou Instituições públicas ou privadas, Programas de Iniciação Científica, pode requerer aproveitamento para validar até 50% da carga horária do estágio curricular desde que as atividades realizadas sejam compatíveis com a modalidade na qual o aluno deseja aproveitamento. Para que a integralização das atividades profissionais ocorra o aluno deve trazer:

- Cópia do contrato ou termo de compromisso mais original para conferência ou;
- Cópia da carteira assinada mais original para conferência;
- Declaração contendo as atividades realizadas durante a atividade profissional assinada pelo empregador/supervisor/orientador

4.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os estágios serão organizados e desenvolvidos de maneira presencial, centrando-se no planejamento, na regência e avaliação de aula, sobre acompanhamento de professores e coordenadores experientes da escola/campo do estágio, de acordo com o PPC do curso.

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”.

Os docentes responsáveis pelo Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura efetuarão o acompanhamento das atividades de campo ao longo do ano letivo, respeitando o calendário em vigor das escolas que servirão de campo de estágio. Está relação com a Rede de Escolas está formalizada por meio de convênio que prevê a acesso dos alunos às rotinas pedagógicas e de gestão das mesmas.

O detalhamento desta forma de acompanhamento e a metodologia do estágio supervisionado está previsto no regulamento e no Manual de Estágio Supervisionado anexo a este documento.

De acordo com a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as regras para a formação de professores da educação básica, se posiciona assim acerca do Estágio Supervisionado, em seu capitulo III art.7º seus diversos incisos:

> VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores

ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;

X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório;

XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;

O estágio supervisionado será obrigatório, assumindo a função de articulador entre teoria e prática, proporcionando vivencias e experiências que permita uma reflexão qualificada do percurso teórico do aluno no curso, levando a compreensão da dinâmica e da complexidade do cotidiano escolar,

Neste projeto Pedagógico o estágio Curricular Supervisionado, deverá ser cumprido a partir do 5º. Período letivo e corresponderá à uma carga horária total de 418 horas conforme art.11. a linha “a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora”(RES. N 2º CNE/CP Nº 2/ 2019) ;, tendo a seguinte forma de operacionalização:

a) Existência de Convênios Firmados com as Secretaria de Educação Estadual e Municipal, conforme determina a legislação vigente.

b. O Estágio será realizado no período que compreende do 5º ao 7º período, sendo realizado em escolas da educação básica.

c. Orientação: O estágio curricular supervisionado, só será validado na existência orientação e supervisão em campo, por meio de acompanhamento de um professor responsável pela disciplina estágio curricular supervisionado e um supervisor de campo a ser designado pela própria escola.

d. A coordenação do estágio curricular supervisionado, dar-se-á inicialmente pela Coordenação do Curso.

4.7.1 Planejamento e acompanhamento da vivência da realidade escolar e

participação em conselhos de classe e reuniões docentes.

O acompanhamento/participação do licenciando em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, terão acesso a todas as atividades da escola, na condição de observador, seguindo o referencial da observação participante, a qual se constitui em uma das referências metodológicas do estágio supervisionado.

4.7.2 Relação com a rede de escolas da Educação Básica

Parceria entre docentes da IES, licenciandos e docentes da Educação Básica, incluindo o supervisor de estágio: os alunos do curso de licenciatura em Pedagogia desenvolverão atividades de Estágio Supervisionado nas escolas da rede municipal e/ou estadual de ensino, em regime de parceria, ou seja, está previsto no regulamento de estágio a troca de experiências e de oportunidades de formação para os parceiros (escola e licenciandos), a partir de atividades de formação promovida pela IES.

4.7.3 Planejamento e acompanhamento pelo docente da IES nas atividades no campo da prática.

O estágio curricular supervisionado, só será validado na existência orientação e supervisão em campo, por meio de acompanhamento de um professor responsável pela disciplina estágio curricular supervisionado e um supervisor de campo a ser designado pela própria escola. As atividades e acompanhamentos serão previamente agendados, bem como as visitas tecnicas de acompanhamento pelo professor da IES.

Está previsto no regulamento do Estágio que os docentes (regentes de sala) das escolas serão corresponsáveis pelos licenciandos no campo de estágio, auxiliando o processo de formação e orientação dos mesmos.

4.7.4 Práticas inovadoras para a gestão da relação entre a IES e a rede de escolas da Educação Básica

A IES irá oportunizar em cada escola conveniada práticas inovadoras , como a brinquedoteca itinerante, onde a instituição leva para o ambiente escolar uma educação mais lúdica para o processo de ensino e aprendizagem, além também de propor para a

escola a parceiria com o PERA Projeto educacional Rumo a Alfabetização.

4.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

A atividade prática não deve ser entendida apenas como estágio que demanda uma supervisão individual do aluno, mas sim, como um conjunto de atividades que entreguem os diferentes componentes curriculares do curso de pedagogia com os desafios e necessidades de formação deste profissional.

As competências deste profissional são ao mesmo tempo, de ordem cognitiva, afetiva, prática e social, tratando-se de um conjunto diversificado de saberes, que situam o professor no âmbito do desenvolvimento histórico da sociedade.

Há uma relação entre teoria e prática que permite a transposição didática dos conteúdos aprendidos, que exige contextualização do que está sendo aprendido na realidade da educação básica e onde há dupla relação entre teoria e prática em que a pesquisa se torna fundamental na formação do futuro professor. Desta forma, o estágio curricular supervisionado está regulamentado/institucionalizado, prevendo a relação teoria e prática, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos:

● **Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica**: durante todo o processo de formação os licenciando terão acesso a atividades práticas inerentes aos diferentes componentes curriculares da matriz, de tal modo, que a prática docente nas diferentes etapas da educação básica não se limite apenas àquelas relativas ao estágio.

● **Embasamento teórico das atividades planejadas/desenvolvidas no campo da prática**: as atividades que serão realizadas no campo de estágio, serão organizadas a partir de um plano de trabalho que será construído com a participação do professor orientados, o licenciando e o professor que receberá e acompanhará o aluno no campo do estágio, este planejamento dar-se-á considerando o embasamento teórico que fundamenta apropriadamente as atividades de ensino.

● **Reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos em contextos de educação formal e não formal:** as atividades práticas realizadas no campo de estágio serão, conforme a metodologia prevê, ressignificadas a luz do

referencial teórico que fundamenta as diversas disciplinas e a própria pedagogia. Um dos principais objetivos do estágio é que o mesmo possibilite ao licenciando ver a teoria em movimento, complexificada pelos intervenientes sociais e humanos que só a teoria isolada não é capaz de demonstrar.

Produção acadêmica que articule a teoria estudada e a prática vivenciada: Os resultados da experiência de estágio deverão dar os elementos necessários para a produção de artigos científicos ou relatos de experiência como trabalho final de curso. Neste sentido a experiência do estágio supervisionado e o referencial teórico construído ao longo da formação aparecem articulados na elaboração de uma produção científica que demonstre a inexorável relação entre teoria e prática, na perspectiva da práxis.

4.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

4.9.1 Carga horária das atividades complementares

Essas atividades complementares devem atender a uma carga horária de 200 horas. As atividades complementares terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

4.9.2 Forma de aproveitamento das atividades complementares

De acordo com o regulamento de atividades complementares da IES, ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades

complementares:

Nº	Atividade	Documento Requerido	Certificação Mínima	Certificação Máxima	Total Acumulado
1	Palestras relacionadas ao Curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
2	Certificado de participação	Certificado de participação	2h	20h	40h
3	Minicursos online ou presenciais relacionados ao curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
4	Monitoria em disciplina do Curso	Certificado de participação	2h	60h	60h
5	Participação em Pesquisas Institucionais	Declaração ou certificado de participação	2h	80h	80h
6	Atividades práticas relacionadas ao Curso	Declaração ou certificado de participação	2h	20h	40h
7	Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros	Artigo ou o capítulo publicado	10h	40h	40h
8	Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso	Certificado de participação	2h	30h	30h

9	Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturaise Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura)	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	4h	4h	8h
10	Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares)).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	8h	8h
11	Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sóciopolíticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc)	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	12h	12h

12	Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC	Declaração da realização ou termo de compromisso ou contrato	20h	100h	60h
13	Atividades realizadas como Agente Cívico	Certificado de participaçã o	30h	30h	30h
14	Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino realizadas de forma complementar	Aprovação na disciplina	40h	80h	80h
15	Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso	Monografia elaborada e aprovada	4h	12h	12h
16	Cursos ou atividades de extensão	Certificado de participação	2h	20h	40h

Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso, deve-se entregar o comprovante de carga horaria de acordo com o colegiado do curso.

Cursos on-line limitados a 40 h.

4.9.3 **Aderência das atividades complementares à formação geral e específica do discente**

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, se alteram também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dá a partir de modelos fixos de formação está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural.

Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula. Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplarão atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

A instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, as quais estão detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso. Trata-se, assim, de um esforço para ofertar as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

4.9.4 Planejamento de mecanismos inovadores na regulação, gestão e aproveitamento das atividades complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Um dos principais objetivos das atividades complementares é incentivar o aluno a entrar em contato com projetos, ações e práticas que enriqueçam os seus conhecimentos e valorizem o crescimento social, profissional, cultural e humano. As experiencias oportunizadas ao acadêmico proporcionam a formação complementar e se constituem em experiencias essenciais para o futuro profissional.

Ressaltamos que mecanismos inovadores como as tecnologias, os projetos sociais desenvolvidos na instituição e a participação em oficinas sociais poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares. Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Ao Coordenador do Curso compete:

I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seu curso;avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;

I. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;

II. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.

III. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da

avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;

IV. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

Com vistas ao fomento no acompanhamento e incorporação de inovações tecnológicas (informática, novos materiais, biotecnologia) no exercício da profissão serão consideradas integralmente as atividades em os alunos estejam vinculados a:

a. Desenvolvimento e/ou registro de patentes;
b. Desenvolvimento de novos materiais para aplicação nas áreas profissionais vinculadas ao curso;
c. Desenvolvimento de novos processos para aplicação nas áreas profissionais vinculadas ao curso;
d. Desenvolvimento de novas metodologias/materiais para o ensino no âmbito do curso ao qual está matriculado visando dinamizar e inovar a sala de aula;
e. Outros, mediante análise da Coordenação do Curso.

4.9.5 **REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiam a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino- aprendizagem, privilegiando:

I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria IES ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contraturno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES SEÇÃO I
DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;
II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II
DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III
DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;

II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;

IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;

V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa

atividade;

VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV
DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da IES, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da IES que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega

da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado. §3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

- atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
- cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;
- participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
- participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
- participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

- participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
- participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
- participação em atividades beneficentes;
- atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
- engajamento como docente não remunerado em curso s preparatórios e
- de reforço escolar;
- participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

- participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
- participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- participação em projetos de iniciação científica e tecnológica,

relacionados com o objetivo do Curso;

- participação como expositor em exposições técnico-científicas;
- participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
- publicações em revistas técnicas;
- publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
- estágio não obrigatório na área do curso;
- trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;
- trabalho como empreendedor na área do curso;
- estágio acadêmico;
- participação em visitas técnicas organizadas pela IES;
- participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
- participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
- participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI

DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão

pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

I. no grupo 1 o
máximo de 30 pontos;

II.no grupo 2 o máximo
de 30 pontos;

III. no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

4.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

4.10.1 Determinação das DCNs para o trabalho de conclusão do curso

De acordo com a DCN do Curso de Pedagogia é recomendável a elaboração do Trabalho de Conclusão decurso (TCC) pelos estudantes, sendo esse realizado sob orientação de docente da IES, em conformidade com sua área de atuação específica, atendendo à regulação por ela definida. Ao optar pelo TCC, a IES deve fazê-lo de forma regulamentada, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação.

4.10.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC

O TCC será ofertado no 8º período, e terá carga horária total de 66 horas para o desenvolvimento dessa atividade, como atividade acadêmica e intelectual o

Trabalho de Conclusão de Curso apresenta como sua maior finalidade promover a iniciação na investigação científica, e o senso de autoria, como um elemento essencial na formação acadêmica e profissional do futuro profissional, tendo entre seus objetivos:

- Oportunizar aos alunos do Curso de Graduação a sintetizarem o conhecimento, e desenvolverem como resultado o processo investigativo;
- Capacitar aos alunos do Curso de Graduação a exercer a pesquisa de maneira crítica e criativa, levando em conta a formação com qualidade;
- Aprofundar os conhecimentos na área de interesse específico;
- Incentivar aos alunos na prática de pesquisa.

No Curso de Graduação em Pedagogia o Estágio Curricular Supervisionado se articula e subsidia a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. O trabalho de conclusão de curso,é resultado-processo de construção de conhecimento a partir da qualificação de uma experiência prática refletida a luz de um referencial teórico que responda aos questionamentos e problemas delimitados como objeto de estudo do qual o licenciando deve se ocupar na elaboração do TCC. Neste sentido o Trabalho de Conclusão de Curso pode gerar um artigo científico comunicando o resultado de uma pesquisa-ação ou ainda pode gerar um relato de experiência que resulta de um olhar hermenêutico-dialético acerca da compreensão da práxis pedagógica. Em certa medida o TCC, deve contribuir para sedimentar as competências referentes aos mecanismos e processos de construção de conhecimento da metodologia científica. Ou seja, o TCC é um espaço privilegiado para o exercício da autoria e da autonomia intelectual, características desejáveis ao pré-egresso do curso.

Assim tendo o aluno passado por todas as etapas do ensino fundamental e vivenciado o cotidiano da escola em suas diferentes dimensões, tendo ocupado o lugar de observador privilegiado, ou seja, tendo sido o licenciando colocado em uma imersão do dia-a-dia da escola, o mesmo deverá eleger uma temática específica a qual será problematizada e receberá a reflexão teórica pertinente, tendo em vista a produção de um texto científico que para além de narrar ou descrever uma experiência pela experiência, os licenciando devem demonstrar a capacidade articuladora e solidez teórica-conceitual na sustentação da argumentação que farão.

4.10.3 Forma de apresentação do TCC

Forma de Apresentação: O Trabalho de Conclusão de Curso consistirá em um artigo científico que relate de maneira articulada os elementos conceituais e teóricos aprendidos, e refletidos em torno de uma problemática identificada no percurso do estágio supervisionado. Este trabalho deverá ser avaliado em apresentação pública e submissão a banca avaliadora. Para a normatização do TCC serão seguidas as normas da ABNT e os critérios de avaliação definidos no regulamento interno, aprovado pelo NDE do curso de Pedagogia. O Trabalho de Curso deverá ser encaminhado em três cópias e uma via em mídia, entregue com quinze dias antes do processo avaliativo a ser marcado pelo professor orientador do trabalho que repassará aos professores da banca avaliativa. A estrutura do TCC será determinada pelo manual do regulamento do TCC. A avaliação do trabalho dar-se-á pelos critérios de avaliação estabelecidos no regulamento do TCC (em anexo), a saber: desenvolvimento cientifico; desenvolvimento projetual.

4.10.4 Forma de orientação do TCC

A orientação do TCC dar-se-á pelo professor da disciplina, que estabelecerá uma carga horária semanal, com o discente para as orientações necessárias, tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho estabelecido a execução do projeto e a elaboração do texto final do trabalho. Para a orientação de TCC poderão ser admitidos professores convidados, membros ou não do corpo docente do curso, como coorientadores. A coordenação de curso acompanhará esse processo de orientação junto com o professor.

4.10.5 Forma de coordenação do TCC

- **Orientação e coordenação do TCC:** A orientação do TCC dar-se-á pelo professor da disciplina, que estabelecerá uma carga horária semanal, com o discente para as orientações necessárias, tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho estabelecido a execução do projeto e a elaboração do texto final do trabalho. Para a orientação de TCC poderão ser admitidos professores convidados, membros ou não do corpo docente do curso, como coorientadores. A coordenação de curso acompanhará esse processo de orientação junto com o professor.

Da coordenação compete:

I - divulgar as normas do TCC para todos os alunos a partir do 8º período do curso bem como avisar aos professores o início do planejamento do TCC;

II - divulgar os nomes dos professores orientadores do TCC, no 8º período do curso, com suas respectivas disponibilidades de vagas para orientação e áreas de conhecimento;

III - divulgar, caso seja pertinente, normas complementares que passarão a compor o TCC;

IV - formalizar a escolha dos orientadores e seus respectivos orientados a partir do 8º período do curso;

V - elaborar o calendário de TCC e da apresentação do trabalho final, compatível com o calendário acadêmico;

VI - cuidar para que o calendário seja rigorosamente cumprido;

VII - convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos;

VIII - mediar se necessário, as relações entre orientador e orientando(s);

IX - avaliar possíveis desistências de orientação;

X – propor a formação das Bancas Examinadoras juntamente com o professor orientador e o aluno orientando;

XI – Excepcionalmente, dada à natureza do trabalho, analisar a indicação e a pertinência da participação, em Banca Examinadora, de profissional externo à IES;

XII - receber as avaliações dos orientandos realizadas pelo orientador e os resultados da avaliação conduzida pela Banca Examinadora;

XIII - receber o TCC em sua forma final e definitiva, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Pedagogia.

4.10.6 Forma de divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos

Os manuais são disponibilizados semestralmente aos alunos com as devidas atualizações. Os docentes das disciplinas são responsáveis em divulgar aos alunos, apresentar e deixar disponível de forma online (portal do aluno) e de forma física para cópia.

4.10.7 Forma de disponibilização dos TCCs em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet

A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca

Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Pedagogia, uma via em formato impresso e encadernado espiral e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento, até 5 dias após a apresentação oral da mesma. A mídia eletrônica é entregue e protocolada na biblioteca que fica responsável em transferir o conteúdo para a bibliotecal virtual, ficando assim acessível a todos os alunos da IES

4.11 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAPÍTULO I - DO CONCEITO

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC será o resultado do desenvolvimento de uma reflexão acadêmica, a partir da problematização da experiência de estágio na educação básica podendo ser no campo da educação infantil, das séries iniciais do ensino fundamental, e ou gestão escolar. Este trabalho será realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e/ou experimental, resultado da observação participante desenvolvida em campo de estágio, exclusivamente em espaços educativos da educação básica

Parágrafo Único - O projeto deverá apresentar um questionamento ou problema, que direcionará a geração e/ou discussão de resultados próprios ou fundamentados na literatura.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O TCC é um trabalho que tem por finalidade propiciar ao aluno:

I. Estímulo à produção científica;

II. Aprofundamento de um tema da Educação Básica – Educação Infantil; Séries iniciais do Ensino Fundamental e/ Gestão Escolar

III. Formação interdisciplinar;

IV. Desenvolvimento da capacidade científica, crítica, reflexiva e criativa na área de interesse;

V. Realização de experiências de pesquisa;

VI. Inter-relação entre teoria e prática;

VII. Interação entre o Corpo Docente e Discente.

CAPÍTULO III DA COMISSÃO DO TCC

Art. 3º - À Comissão do TCC compete:

I. Preparar e apresentar calendário anual com as datas para entrega do tema, do Projeto e do Trabalho Final, bem como da avaliação pela Banca Examinadora e da apresentação pública do TCC, compatível com o calendário acadêmico;

II. Cuidar para que o cronograma seja rigorosamente cumprido;

III. Divulgar as normas do TCC para todos os alunos e professores a partir do 5º período letivo;

IV. Verificar que o tema dos projetos propostos esteja em concordância com os objetivos do TCC apresentados no CAPÍTULO II.

V. Controlar o número de orientandos por professor, bem como fazer o levantamento dos alunos que não indicaram tema e/ou orientador;

VI. Formalizar a escolha do orientador e co-orientador pelo aluno;

VII. Designar os professores que comporão as bancas examinadoras;

VIII. Acompanhar o processo de avaliação do Projeto e do Trabalho Final do TCC;

IX. Receber do orientador os exemplares do TCC e encaminhá-los para Banca Examinadora;

X. Receber do orientador os resultados da avaliação da Banca Examinadora;

XI. Publicar e encaminhar o resultado final;

XII. Receber o TCC em sua forma final e definitiva para arquivamento;

XIII. Mediar, se necessário, as relações entre orientador e aluno.

CAPÍTULO IV DA CARGA HORÁRIA, ÉPOCA DE REALIZAÇÃO E INSCRIÇÃO

Art. 4º - O TCC será desenvolvido por meio da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, sendo o resultado da experiência/pesquisa realizada no Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO V - DO PROJETO, DA ORIENTAÇÃO E DA REGULAMENTAÇÃO.

Art. 5º - O Trabalho Final do TCC poderão ser elaborados em conjunto por até dois discentes.

Parágrafo Único - Excepcionalmente o número de discentes poderá ser maior, desde que expressamente autorizado pela Comissão do TCC e aprovado pelo Colegiado do Curso.

Art. 6º - Poderão ser orientadores do TCC os professores efetivos da instituição com experiência na temática a ser desenvolvida.

Parágrafo 1º - Cada orientador orientará até cinco projetos de TCC. Excepcionalmente o número de projetos poderá ser maior, desde que expressamente autorizado pela Comissão do TCC.

Parágrafo 2º - o orientador deverá firmar um termo de compromisso de orientação mediante o preenchimento de formulário.

Art. 7º - Quando houver participação efetiva de outro docente, poderá haver a figura do co-orientador.

Parágrafo Único - São considerados co-orientadores os professores da INSTITUIÇÃO DA AMAZÔNIA, de outros cursos, professores de outras Instituições de Ensino Superior ou profissional de instituições com comprovada atuação na área de interesse do projeto.

Art. 8º - O trabalho deverá ser elaborado sobre tema relacionado com a área do orientador ou do co-orientador, se for o caso.

Parágrafo Único - O desenvolvimento do TCC, deverá obedecer um plano de trabalho e período de execução que será acompanhado pelo orientador.

Art. 9º - O(s) discente(s) deverá(ão) elaborar um trabalho escrito de acordo com as normas vigentes de elaboração de trabalhos acadêmicos , ou na forma de artigo científico escrito de acordo com as normas de periódico indexado e com corpo editorial, na área de concentração da pesquisa realizada.

Parágrafo 1º - O corpo do trabalho deverá ter no máximo 20 laudas, em tamanho A4.

Parágrafo 2º - A comissão de TCC poderá optar pela apresentação do trabalho escrito na forma impressa, mídia digital ou outra forma, definido em edital.

Parágrafo 3º - No caso de artigo científico, o mesmo deverá ser submetido ao periódico escolhido antes da entrega do TCC na sua versão final.

Art. 10º - Ao Orientador caberá orientar, rever e aprovar a redação final do trabalho e encaminhar os trabalhos para que a Comissão do TCC tome as providências necessárias, observando-se o prazo mínimo de quinze dias anteriores à data definida para a defesa.

CAPÍTULO VI: DA AVALIAÇÃO

Art. 11º - A aprovação na disciplina TCC exigiráfreqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e apresentação do projeto, que será avaliado pelo professor da disciplina ou por professor por ele designado. O projeto deverá alcançar o escore mínimo exigido, de acordo com o regulamento geral acadêmico, para ser aprovado.

Art. 12º - A banca examinadora para a avaliação do TCC será composta pelo orientador e dois professores da IES ou de outra instituição.

Art. 13º - A Avaliação do TCC pela Banca Examinadora envolverá a apreciação:

I - Do trabalho escrito;

II - Da apresentação pública;

III - Da Relevância e contribuição do estudo do tema

Art. 14º - A apresentação em sessão pública poderá ser na forma oral ou pôster, comunicada pelo orientador à comissão do TCC na entrega do trabalho escrito.

Art. 15º - No caso de apresentação oral a duração máxima será de 20 (vinte) minutos. Cada membro da banca terá 5 (cinco) minutos para argüição;

Parágrafo Único - O aluno que obtiver nota final inferior a média vigente na avaliação, será reprovado.

Art. 16º - Após a correção e aprovação pela banca examinadora, deverá ser entregue a versão final do trabalho escrito à Comissão do TCC, em mídia digital, no prazo máximo de 7 dias.

Parágrafo Único - O orientador deverá verificar o atendimento da correção sugerida pela banca examinadora e encaminhar a versão final à Comissão do TCC.

Art. 17º - O discente e o orientador deverão firmar um termo autorizando a disponibilização pública do texto escrito e definir uma data, com prazo, não superior a 12 meses a partir da defesa, para a publicação.

Art. 18º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do TCC.

4.11 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

POLÍTICA:

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de

acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA:

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

PAD – Programa de Apoio ao Discente,

PROACESSO – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

4.11.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

4.11.2 Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de controlar a evasão. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e

encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

4.11.3 Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica:A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e

apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

b. Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

d. Programas de Financiamento Estudantil: FIES E PROUNI.

e. Participação no Programa Bolsa Universidade, Programa Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

4.11.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI- é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da IES. O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

4.11.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógico- administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos

com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este.

4.11.6 Monitoria:

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados e os selecionados realizam a monitoria semestral tutoriados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

4.11.7 Atividades de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

4.11.8 Representatividade discente e diretório acadêmico

4.11.8.1 Representatividade Discente

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com pedagogia a voz e voto.

4.11.8.2 Diretório Acadêmico

A IES oferta infraestrutura para o funcionamento de seu diretório acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

4.11.9 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores

4.11.9.1 Escola de Líderes:

Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente.

4.11.9.2 Formação de Empreendedores:

Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

4.11.10 Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A IES, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise critica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

4.12 OUVIDORIA

Sistema aberto de acolhimento de duvidas, reclamações e elogios, disponível no site institucional, com atendimento presencial de alunos e funcionários da IES, em horário comercial.

4.12.1 NIT- Núcleo de Inovação Tecnológica

A IES também disponibiliza uma assessoria aos projetos de inovação tecnológica

e processo de registro de patentes e pedagogias autorais.

4.12.2 Internacionalização e mobilidade acadêmica:

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

4.12.3 Portal Acadêmico:

A IES disponibiliza aos alunos um portal acadêmico, no qual os alunos têm acesso às notas, ao acompanhamento das freqüências, informações sobre calendário de provas, calendário acadêmico, emissão de boletos, informações sobre o acervo da biblioteca; e demais informações pertinentes a vida acadêmica e financeira do aluno

4.12.4 Acessibilidade

Outro aspecto relevante do apoio ao discente está no campo metodológico da acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013.

Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[…] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos, Adequação nos mobiliários e equipamentos, Adequação de objetivos,

Adequação de conteúdos, Adequação de métodos e didática, Adequação nas avaliações, Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as

necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

Altas Habilidades e superdotação;

Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;

Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;

Transtornos Globais;

Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior.

Ações de acessibilidade pedagógica, previstas para este PDI:

1) Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados.

2) Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores.

3) Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas.

5) Encaminhamento de adequações de materiais didáticos.

6) Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes

7) Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade.

8) Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS.

9) Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala.

10) Formação em Libras para funcionários e professores.

4.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram

para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

a) conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;

b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimentos de todos os seus colaboradores;

c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;

d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;

contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;

flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;

incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;

sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de

conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

4.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso Objetivo Geral:

Promover a cultura da autoavaliação entendendo-a vendo seus resultados como instrumento de gestão acadêmica e administrativa.

Objetivos Específicos:

realizar autoavaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos/sociedade civil organizada;

realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos/sociedade civil organizada;

analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico-administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

4.13.1 Planejamento/Processo da avaliação institucional e de curso

O processo de auto avaliação é assumido dentro de duas dimensões:

a primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;

a segunda se define como avaliação interna, está dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam os determinantes macro-institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

Avaliação Interna são duas:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

4.13.1.1 missão institucional;

4.13.1.2 política de ensino/ pesquisa e extensão;

4.13.1.3 responsabilidade social;

4.13.1.4 a comunicação com a sociedade;

4.13.1.5 política de pessoal;

4.13.1.6 gestão institucional;

4.13.1.7 infraestrutura;

4.13.1.8 planejamento e avaliação;

4.13.1.9 atendimento ao estudante;

4.13.1.10 sustentabilidade financeira.

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizadas pela CPA, a

avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta Avaliação é gerado o Plano de Gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal;

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição;

1.1.3 Sustentabi

lidade Financeira. Eixo

2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas;

2.1.1 Equipamentos; Máquinas;

2.1.2 Plan

o de Manutenção.

Eixo 3. Políticas

Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;

3.2 Ações de Estímulo a Extensão;

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;

3.4 Ações de Apoio ao Discente;

3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussões dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as

questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos

considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria

institucional: As avaliações prevêem as seguintes

etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa.

Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas

páginas oficiais das redes sociais e nos blog´s dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

4.13.3 Relatório analítico do resultado da avaliação de curso a ser realizado pelo coordenador de curso

O coordenador de curso receberá o resultado da autoavaliação de curso realizada pela CPA e elabora um relatório analisando os principais pontos

positivos e negativos do curso com base na avaliação.

O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

introdução - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral. metodologia - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.

desenvolvimento - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.

análise dos dados e das informações - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.

ações previstas com base na análise dos dados - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

4.13.4 Plano acadêmico administrativo do curso

O plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;

organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;

propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;

elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria continua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e

pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividade extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de

avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares;

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias;

Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do

curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho;

Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso;

Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc;

Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais;

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas;

Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos;

Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos.

Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

4.13.5 Plano de ação de melhoria de gestão

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da IES, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso. Após receber os resultados da auto avaliação institucional

a direção da IES elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

1. Políticas de Pessoal
1.1 Organização e Gestão da Instituição
1.2 Sustentabilidade Financeira
2. Infraestrutura Física:
2.1 Melhorias das Instalações Físicas
2.2. Equipamentos; Máquinas
2.3 Plano de Manutenção
3. Políticas Acadêmicas
3.1 Ações de Estímulo ao Ensino
3.2 Ações de Estimulo a Extensão
3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica
3.4 Ações de Apoio ao Discente
3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

4.13.6Previsão da divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica

A divulgação dos resultados da auto avaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista

a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

4.14 ATIVIDADES DE TUTORIA

4.14.1 Formas de atendimento das demandas didático pedagógicas pelos tutores

A atividade de tutoria é desenvolvida por profissional com especialização ou mestrado, que atua como mediador entre o professor da disciplina e os discentes, tirando dúvidas, acompanhando a participação dos alunos nas atividades, orientando em relação aos

estudos, verificando o tempo de acesso do aluno ao AVA regularmente e fazendo comunicação com àqueles que não estejam acessando, buscando entender suas dificuldades para então buscar atuar na compreensão e esclarecimento a fim de que esse acesso ocorra de maneira natural, responsável e disciplinada. Fazer com que a comunicação flua entre todos os alunos, de forma a trabalhar com a construção do conhecimento, é uma dos papeis principais do tutor. Cabe ainda ao tutor, orientar quanto ao processo avaliativo, atuar na motivação e engajamento do aluno na modalidade em EAD. Possui um papel de orientador pedagógico, que proporcione o desenvolvimento de capacidades básicas e habilidades que possam desenvolver a autonomia intelectual do aprendiz.

Entende-se que a prática formativa do tutor deve ser um processo continuado sempre aliando a prática de tutoria e o aperfeiçoamento constante por via da diversidade de modalidades de estudos e reflexões. O cenário da tutoria a ser praticado em ambiente relacionados ao EAD deve, em sua maioria, estar relacionado ou apoiado no conhecimento e uso eficiente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O uso da tecnologia aliado às práticas ativas pedagógicas deve permear as atitudes e acompanhamentos realizados pelos tutores, principalmente no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Na perspectiva da formação dos tutores a IES busca a implementação de transformações que possibilitem, no uso das atribuições do tutor, atitudes mais reflexivas e dinâmicas. Nesta percepção entende-se que o tutor deva ser um construtor de “redes” de e não um construtor de estruturas rígidas. Percepção que contempla o dinamismo das atitudes e uso frequente de ferramentas tecnológicas de apoio.

Este cenário de formação de redes de interação, que se pode compreender como comunidade de aprendizagem tem por base a interdisciplinaridade e na cooperação da construção do conhecimento. Como resultado direto tem-se a formação de uma forte interação entre teoria e processos ou práticas. No entanto, para que se obtenha êxito, a atividade de tutoria deve ser capaz de agir ativamente no processo ensino-aprendizagem de forma construtiva na figura do tutor como moderador e não como apenas um líder de processo.

Para a construção da formação do tutor deve-se entender qual seu papel no contexto do processo de aprendizagem proposto pela IES, conforme descrito abaixo:

Fazer a ligação entre a instituição e o aluno;

Enriquecer o processo de aprendizagem com seu conhecimento e experiência; Facilitar a construção do saber através da reflexão e do intercâmbio de informações; Estabelecer relações empáticas com o aluno;

Conhecer o ambiente tecnológico e acadêmico de atuação de tutoria;

Auxiliar nos processos de gestão e coordenação de atividades junto ao aluno;

Propor melhorias e sugestões na melhoria contínua dos processos e materiais utilizados no NEAD;

Constituir uma forte instância de personalização.

4.14.2 Formas de mediação pedagógica à distância, presencialmente e materiais didáticos e recursos utilizados junto aos alunos pelos tutores

A mediação pedagógica na EAD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. A distância, essa mediação são feitas com o uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de ferramentas de interação online fora do AVA apropriadas para chats. São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional.

Presencialmente a interação é feita por meio de atendimentos pelo tutor e pelo professor da disciplina. São momentos de interatividade, onde é possível o contato e o trabalho de compreensão por meio de exemplos práticos. Para ambos os tipos de atendimentos é necessário que haja o conhecimento dos materiais didáticos e conteúdo que servem como base de estudo para os alunos e que haja habilidade na utilização de todas as ferramentas disponibilizadas por meio da modalidade de EAD.

4.14.3 Formas de acompanhamento dos discentes no processo formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, à participação nos fóruns de debates, participação às vídeo conferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem como anda seu desenvolvimento em relação à sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

4.14.4 Formas de planejamento, avaliação periódica por estudantes e equipe pedagógica do curso e ações corretivas e de aperfeiçoamento das atividades

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EAD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que irá fazer parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências.

Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e com isso fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica. Os tutores fazem o acompanhamento individual dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas

vezes são expressas por meio dos chats, verificando o rendimento desses alunos de forma a detectar os níveis de aprovação e reprovação e assim ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma. Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades, com novas ferramentas se for o caso, mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada.

4.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES

4.15.1 Adequação dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos tutores para as ações alinhados ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias previstas no curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulações em programas de Pós-graduação. É necessário conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de

planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da

educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevista, testes no ambiente virtual e dinâmicas de grupo. É pré-requisito para a contratação ter participado e ter sido aprovado na Oficina de Tutores oferecida e coordenada pelo NEAD.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Os tutores serão incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e poderão receber bolsa parcial em curso ou programa de pós-graduação na área de EaD. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

4.15.2 Planejamento de avaliações periódicas de identificação de necessidade de capacitação de tutores

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as

atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a define algumas características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES políticas para a formação continuada de tutores são estas que fomentam as políticas de capacitação e formação continuada para tutores.

São elas:

POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES			
Meta	Ações	2021	2022
	Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.	X	X
	Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.	X	X
Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação; formação e capacitação docente.	Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;	X	X
	Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.	X	X
	Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.	X	X
	Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.	X	X

	Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.	X	X
	Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.	X	X
Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	Disponibilizar BLOGS e outras ferramentas sociais para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso. Criação de fanpage (FACEBOOK) por disciplina.	X	X
	Promover Formação específica para criação de vide e audioaulas por meio digital.	X	X
	Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.	X	X

4.15.3 Apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para permanência e êxito dos discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à

pesquisa e à inovação.

4.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

4.16.1 TICs planejadas para o processo de ensino aprendizagem

Entende-se por tecnologia da Informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e mediar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a EAD pela Instituição, tem uma característica, recursos voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer. São ferramentas que possuem uma característica intuitiva, de fácil manuseio, que permitem aos discentes utilizar sem dificuldade por meio do Ambiente Virtual Moodle, de todos os materiais didáticos disponibilizados para estudo assim como interagir com atividades, com professores e com tutores.

Por meio dessas ferramentas, o aluno tem acesso aos seus materiais didáticos e às suas atividades de fixação da aprendizagem. Todos os recursos utilizados por meio do AVA foram pensados com o objetivo de viabilizar aos alunos que o estudo por meio da modalidade de EAD ocorra de maneira tranquila e seja eficiente, que o aluno sinta segurança ao acessar seu ambiente de estudo.

4.16.2 Acessibilidade digital e comunicacional com uso das TICs

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vem preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o cesso a todas a pessoas, com ou sem deficiência. O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela Instituição de Ensino, o Moodle possibilita aos discentes acessos a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

4.16.3 Interatividades entre discente, docentes e tutores com o uso das TICs

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitado, tornado possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de

experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região Amazônica que tem problemas de logística entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim, novas possibilidades a seus educandos, ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

4.16.4 Forma de acesso a materiais ou recursos didáticos com uso das TICs

O aluno que estuda por meio da modalidade de EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio AVA assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adeque ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um login e senha. Após esse acesso, o aluno passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, vídeo aulas, slides e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados aos alunos com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

4.16.5 Experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas no uso das TICs

As ferramentas de Tecnologia da Informação e do Comunicação, possibilita aos alunos da IES, a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, dentre os diversos polos que a Instituição possui e os diversos cursos. Para a aprendizagem do aluno, é uma forma de fazer a relação entre o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e à sua formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela IES por meio das TICs temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvida e trocar informações e experiências.

4.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA

4.17.1 Materiais, recursos e tecnologia disponíveis no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), que é utilizado pela IES, foi preparado para receber materiais didáticos e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados, escritos, de áudio, de vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);

Adequado para aulas 100% on-line assim como complementando a aprendizagem face-a- face;

Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;

Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);

Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);

A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;

Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;

Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados, etc;

A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML WYSIWYG incorporado.

4.17.2 Forma de cooperação entre docentes, tutores e discentes via uso do AVA

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre docentes, discentes e tutores o que possibilita um trabalho em equipe,

com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.
Com relação à Administração do site pode-se relacionar a possibilidade de:

O site é administrado por um usuário administrador, definido durante a instalação;
A extensão (plug-in) Temas permite que o administrador ajuste as cores, fontes, aparência, etc. do site, para atender as preferências personalização;
Extensões (plug-in) com módulos de atividade podem ser adicionadas a instalações existentes do Moodle;
Extensões (plug-in) com pacotes de idioma permitem total compatibilidade com qualquer idioma. Estes podem ser editados usando um editor embutido baseado em web. Atualmente existem pacotes de idioma para mais de 60 idiomas;
O código é PHP escrito de forma clara sob licença GNU General Public License (Licença Pública Geral GNU) – fácil de modificar para se ajustar às suas necessidades.
O administrador do ambiente pode dentro de suas permissões e necessidade realizar os procedimentos de:
Os objetivos são de reduzir o envolvimento do administrador ao mínimo, ao mesmo tempo em que assegura alta segurança;
Suporta uma variedade de mecanismos de autenticação através de extensões (plug-in) com módulos de autenticação, permitindo fácil integração com sistemas existentes;
Método padrão de email: os alunos podem criar suas próprias contas de acesso. Os endereços de email são verificados por confirmação;
Cada pessoa necessita apenas de uma conta para todo o servidor – cada conta pode ter diferentes acessos.
Uma conta de administrador controla a criação de cursos e cria professores através da inscrição de usuários aos cursos.
A uma conta de criador de cursos somente é permitida criar e dar aula nos cursos.

Os professores podem ter os privilégios de edição removidos de modo que não possam modificar o curso (por exemplo os tutores de tempo parcial).
Segurança – os professores podem acrescentar uma “chave de inscrição” a seus cursos para manter fora os não inscritos. Eles podem fornecer essa chave diretamente ou através do e- mail particular de cada um, etc..
Os alunos são encorajados a colocar um perfil on-line incluindo fotos e descrição. Os endereços de e-mail podem ser protegidos contra exposição, se solicitados.

Cada usuário pode especificar faixas de horário, e cada compromisso no Moodle é ajustado a esses horários (por exemplo, datas de postagem, datas de cumprimento de tarefas, etc.

4.17.3 Forma de reflexão sobre o conteúdo das disciplinas proporcionado no AVA

Os conteúdos instrucionais desenvolvidos pelos docentes, tem como base além da ementa da disciplina, um perfil reflexivo e crítico, por levar em conta o modelo de aprendizagem que embasa os cursos, o público alvo para o qual o material é desenvolvido, as habilidades e competências a ser desenvolvidas e os recursos motivacionais que esse material vai proporcionar.

4.17.4 Acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é uma ferramenta de aprendizagem utilizado por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada pela IES, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.
Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.
FERRAMENTAS SÍNCRONAS

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da IES as ferramentas síncronas disponibilizadas são:
Chat HAT de suporte; CHAT de tutoria;
VIDEOAULA Live com canal de
retorno; Avaliação online.
Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS
Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do

estudante. No AVA da IES as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:
FÓRUNS DE CURSO; FÓRUNS DE TEMAS; QUESTIONÁRIOS ONLINE; VIDEOAULA.

4.17.5 Ações de melhoria contínua oriundas das avaliações do AVA

O Ambiente Virtual Moodle, é um software que passa por constantes atualizações, trazendo sempre inovações que facilitam cada vez mais o processo educacional. A Instituição, sistematicamente, atua na atualização de seus recursos didáticos e ferramentas para AVA que possibilitem ao educando uma visão sempre atualizada de todos os mecanismos de aprendizagem. Um dos critérios utilizados como fonte dessas atualizações, é o resultado das pesquisas de satisfação que são aplicadas no decorrer do semestre letivo que possibilitam à IES entender as necessidades e dificuldades dos alunos e buscar então a solução e as atualizações e os pontos positivos apontados por eles em relação ao AVA.

4.17.6 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

4.17.6.1 Critérios para elaboração e validação pela equipe multidisciplinar do material didático disponibilizado para as disciplinas EAD

A elaboração de materiais é feita por professor da área de conhecimento, selecionado pela coordenação do curso, com título de mestre. É feita uma orientação em relação a todo o processo da parte escrita dos materiais e da gravação das vídeo aulas. Os materiais são elaborados dentro de 5 temas e cada tema em duas partes, para facilitar a organização dos alunos nos momentos de estudo. Para cada parte existe uma videoaula com as respectivas explicações. O professor além da parte escrita dos conteúdos e das vídeo aulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que serão utilizadas como exercícios e avaliações. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

4.17.7 Coerência do material didático com a formação definida no PPC

Os materiais didáticos elaborados para as disciplinas/cursos em EAD são elaborados com base na Ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCNs e os objetivos de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o Projeto do curso.

4.17.8 Acessibilidade metodológica e instrumental do material didático para as disciplinas EAD

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo, vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, onde o aluno tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

4.17.9 Adequação da bibliografia do material didático das disciplinas EAD às exigências de formação

O professor conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe. O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade EAD. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem especificas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quando à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES. E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da IES.

Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e

para os alunos.
Quando ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores. Após aprovação os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

4.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecer uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina.
Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um “acerto de contas” entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua. Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino. Outro fator que deve ainda ser considerado, reside na idéia de que a avaliação não pode mais ser tomada como um momento estanque do processo ensino-aprendizagem. Dito de outro modo o processo de avaliação deve assumir o caráter dinâmico típico da construção do conhecimento.
Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensional idade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesmo. Está nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter

dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências.

Therrien e Loiola (2001) afirmam que “[...] ser competente é ser capaz de utilizar e de aplicar procedimentos práticos apropriados em uma situação de trabalho concreta”. Na visão de Brandão (2009), os processos cognitivos ou a aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes são oriundos da inserção e interação do indivíduo no meio social. Desta forma, a competência pode ser definida como desempenho profissional ou social expressa pelo sujeito, de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, em um contexto específico (Brandão, 2009). Segundo Desaulniers (1997), a competência é inseparável da ação, e os conhecimentos teóricos são utilizados de acordo com a capacidade de executar as decisões que ela (a ação) sugere.

A competência se constrói, portanto, na articulação entre um saber e um contexto; além disso, o profissional é capaz de transpor a aprendizagem para outros contextos. Assim, ser competente é:

a) saber agir com competência;

b) saber mobilizar saberes e conhecimentos em um contexto profissional;

c) saber integrar ou combinar saberes múltiplos e heterogêneos;

d) saber transpor;

e) saber aprender e aprender, a saber; e

f) saber envolver-se.

O profissionalismo e a competência resultam não somente de um saber agir, mas de um querer agir e de um poder agir; e, associados à competência, estão os aspectos cognitivos, afetivos e sociais inerentes à motivação humana (Le Boterf, 2000).

Avaliar competência “[...] não se trata de avaliar o indivíduo, mas seu agir profissional em um determinado contexto” (Rosa, Cortivo & Godoi, 2006, p. 82). Com base nesta proposta, o processo avaliativo da disciplina deve ser estruturado para que conhecimentos, habilidade e atitudes sejam avaliadas em equilíbrio evidenciando as competências desenvolvidas no interior de cada disciplina, no período letivo e por fim o conjunto das mesmas previstas no perfil do egresso.

Neste sentido, os cursos devem utilizar a tabela abaixo para identificar que conhecimentos, quais habilidades e quais atitudes previamente definidas serão objeto de avaliação sistemática dos professores. Esta matriz de competências deve guardar observância com os conteúdos previstos, o objetivo da disciplina e por fim o objetivo do próprio curso, devendo ainda estabelecer os instrumentos avaliativos alinhados ao que se deseja de fato avaliar, tendo em vista que a avaliação de um conhecimento de

natureza conceitual é deveras distinta da avaliação de uma habilidade (ainda que reconheçamos que estes conteúdos se dão articuladamente) há de se considerar algumas distinções e especificidades para as quais os instrumentos avaliativos devem observar.

A matriz de competências para fins de avaliação é parte integrante do planejamento da disciplina.

E como podemos promover uma avaliação das competências? Primeiro é preciso retomar alguns conceitos que já indicamos na metodologia de ensino. Por competência consideramos a capacidade do aluno de mobilizar conceitos, atitudes e procedimentos para a solução ou superação de uma determinada situação. Dizemos que o sujeito é uma pessoa competente quando reconhecemos nele a capacidade de resolver situações complexas e estas soluções serão tão mais eficazes, quando for à capacidade de articulação de conhecimentos de diferentes ordens e fontes.

É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de avaliação, como veremos a seguir.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, freqüentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido assumidas por professores, uma dela é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes.

Assim, o portfólio permite uma avaliação mais concreta e fiel das competências

desenvolvidas pelo aluno, ao longo de um determinado processo, porque inclui para além de testes aos seus conhecimentos de fatos, de conceitos, de teorias e de regras, outros elementos, nomeadamente, aqueles que revelam o próprio desenrolar do processo. Por outro lado, como o portfólio deve incluir um conjunto variado de realizações dos alunos, permite evidenciar que competências foram efetivamente desenvolvidas pelo aluno e os respectivos níveis de desempenho por ele alcançados.

Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, permite, ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver. Assim como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Pensando desta maneira, asa avaliações formativas e somativas devem propor avaliar a aprendizagem e o conhecimento construído a partir de uma visão interdisciplinar e transversal.

Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das TIC's as atividades de simulações, os protocolos de observação, a auto avaliação, a resolução de problemas são poderosos aliados para avaliar

procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos atitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais.

A auto avaliação deve ser sempre considerada como uma via pela qual o aluno possa ir gradativamente avançando na autonomia intelectual e no próprio gerenciamento de suas aprendizagens, e até mesmo os instrumentos tradicionais da avaliação como provas e trabalhos podem se converter em um momento privilegiado de aprendizagem, quando alteramos a nossa concepção de avaliação e modificamos nossa percepção sobre o lugar desta no trabalho pedagógico.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no

processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

4.18.1 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo a realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

4.18.2 Avaliação Formativa

A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

4.18.3 Avaliação Somativa

Avaliação Somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:apuração de frequência às atividades escolares; avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica.

A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver: frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático- pedagógicas programadas em cada componente curricular;

média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco).

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas, as duas primeiras

são no mínimo 2 atividades de avaliação e a última é uma atividade de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (CINCO) estará reprovado.
A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

M(N1 +N2) + PF =

≥ 5 2

Onde:
M = Média
N1 e N2 =
nota PF =
Prova Final

N1 = média da N1 e AV1 (média de 2 atividades avaliativas)
N2 = média da N2 e AV2 (média de 2 atividades avaliativas)

4.18.4 Disponibilização aos resultados das avaliações com mecanismos que garantam sua natureza formativa

Fica assegurado ao aluno o pedagogia de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá pedagogia a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

4.18.5 Planejamento de ações para melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas

O rendimento acadêmico será monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente

Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CPA.
Por outro lado, a cultura da IES será a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.
Em caso mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.
O curso solicitará o quantitativo de 200 vagas.

4.18.6 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pela IES se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.
O ingresso em um curso de graduação se dará através de:
Processo Seletivo;
Transferência;
Transferência ex officio
Portador de Diploma de Curso
Superior; Reopção;
ENEM.

4.18.7 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.
A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

Do Processo Seletivo Contínuo

o processo seletivo contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação;
o processo seletivo contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio;
a média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior;
a classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior;
o processo seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

4.18.8 Da Transferência

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Superior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.
A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
regime ou critério de aprovação. Transferência ex officio

A Transferência ex officio a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser

concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.
O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:
a – Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. original);
b – Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. original)
c – Programas das disciplinas cursadas; (doc. original)
d – Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. original)
e – Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;
f – Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)
g – Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.
Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da Instituição já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada.
A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a)
A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

4.18.9 Portador de Diploma de Curso Superior

O Portador de Diploma de Curso Superior poderá ser admitido em curso de graduação da IES em vagas remanescentes do Processo Seletivo. O Conselho Maior estabelecerá os critérios para o processo seletivo dos candidatos em normas complementares.

4.18.10 Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da IES, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

Existência de vaga no curso pretendido;

Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e
Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

4.18.11 Enem
Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

4.18.12 Da Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao curso da IES.
Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.
A matrícula institucional é feita pela Secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.
A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do pedagogia a vaga.
A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:
certificado de conclusão do ensino médio ou
equivalente; histórico escolar do ensino médio;
diploma do ensino superior; título de eleitor;
comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens; uma foto ¾.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.
A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior. A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

4.19 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Não se aplica

4.19.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino

Não se aplica

4.19.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento,testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas

Não se aplica

4.19.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino

Não se aplica

4.19.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica

4.19.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica

4.19.6 INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS)

Obrigatório somente para os cursos da saúde.

4.19.7 Convênios e ações para integração do curso com o sistema de saúde locorregional

Não se aplica

4.19.8 Critérios e etapas para visualizar a formação discente em serviço na rede do SUS e sua inserção em equipes multidisciplinares e multiprofissionais em nível crescente de complexidade e nos diferentes cenários do sistema

Não se aplica

4.19.9 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE

(Somente para os cursos da saúde)

4.19.10 Relação das atividades práticas de ensino com as DCNs do curso, competências da profissão e contexto regional de saúde

(Somente para os cursos da saúde)

4.19.11 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

4.19.12 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura Obrigatório para somente para as licenciaturas

4.19.13 As atividades práticas estão previstas nas Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da educação Básica, conforme definida no art.15º da Resolução CNE/CP nº2 de 20 de dezembro de 2019, nos respectivos parágrafos:

§ 2º A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por docente da instituição formadora e por 1 (um) professor experiente da escola onde o estudante a realiza, com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação.

§ 3º A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa.

§ 4º As práticas devem ser registradas em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.

§ 5º As práticas mencionadas no parágrafo anterior consistem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor.

No Art. 15º da referida Resolução as práticas pedagógicas terão uma carga horária de 400 horas distribuídas ao longo do processo formativo desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares. Essas práticas poderão ocorrer nas escolas conveniadas, comunidades, empresas, laboratórios e ambientes de saúde, que possibilitem a atuação profissional do pedagogo.

4.20 FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA A LICENCIATURA RELACIONANDO TEORIA E PRÁTICA DE FORMA REFLEXIVA AO LONGO DE TODO O CURSO

Obrigatório para somente para as licenciaturas

Disciplina	Período	Nível de complexidade	Cenários Envolvidos	Profissionais envolvidos
Práticas Pedagógicas I - Ambientes escolares	1º	Baixo	Prática na atuação primária, observação e práticas dos ambientes onde o pedagogo pode atuar.	Pedagogo Psicólogos Assistentes sociais Psicopedagogo
Práticas Pedagógicas II - Educação Infantil	3º		Prática na atuação primária, observação e práticas dos na educação infantil.	Pedagogo Gestores escolares
Práticas Pedagógicas III - Ensino Fundamental	5º		Prática na atuação primária, observação e práticas dos na educação Fundamental.	Pedagogo Gestores escolares.
Estágio Supervisionado I - Educação Infantil	5º		Estágio na Educação Básica nem Educação infantil. Desenvolvimento das atividades de práticas pedagógicas através de acompanhamento de pacientes de professores deste nível de ensino. Realizando Observações, planos de aula e relatórios.	Pedagogo e professor da Educação Infantil. Psicólogo.
Práticas Pedagógicas IV - Empresas	6º	Médio	Prática na atuação, observação e práticas dos de pedagogos no ambiente empresarial.	Pedagogos e demais profissionais do ramo profissional da empresa.
Práticas Pedagógicas V - Comunidades e saúde	7º		Prática na atuação, observação e práticas dos de pedagogos na área da saúde ambiente empresarial.	Enfermeiros Pedagogos; Médicos; Fisioterapeutas; Nutricionistas; Psicólogos;
Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	6º		Atenção Pedagógica na atenção a educação Básica. Estágio na Educação Básica no Ensino fundamental do 1º ao 5º ano. Desenvolvimento das atividades de práticas pedagógicas através de acompanhamento dos professores deste nível de ensino. Realizando Observações, planos de aula e relatórios.	Pedagogo e professor do Ensino Fundamental I; Psicólogos
Estágio Supervisionado III - Educação Básica na Educação Inclusiva	7º		Atenção Pedagógica na atenção a educação Básica. Estágio na em toda a Educação Básica	Enfermeiros Pedagogos; Médicos; Fisioterapeutas; Nutricionistas;

		Alto	voltando o olhar ao processo de inclusão. Desenvolvimento das atividades de práticas pedagógicas através de acompanhamento dos professores deste nível de ensino. Realizando Observações, planos de aula e relatórios.	Psicólogos;

4.21 AÇÕES ACADÊMICAS ADMINISTRATIVAS

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares. Dentre as ações:

Sistemática de Atualização Curricular- A IES mantém como um dos elementos essenciais de sua política de ensino a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso pautados nos critérios e padrões de qualidade, nas diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como Diretrizes Curriculares Nacionais, Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, Normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Também busca o direcionamento de sua política institucional para o ensino e nas aspirações, convicções e necessidades da comunidade interna e externa.

A IES mantém como princípio que os projetos pedagógicos facilitam os processos de articulação e orientação para as ações institucionais; possibilitam definições, quanto às prioridades para a gestão acadêmica; e contribuem para o alcance de maior nível de coesão interinstitucional.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos estão sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, com isso garante-se uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem

como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade. Os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo ENADE ou sempre que a legislação concernente tiver alteração.

As ações acadêmicas administrativas propostas para a sistemática de atualização curricular são:

a) Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, onde:

Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

b) Participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos. Os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e consequentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas, serão ações prioritárias dos NDE´s e Colegiados:

A revisão contínua dos currículos;

A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente;

A criação de novos cursos;

A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;

A auto avaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

c) Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é

condição primordial para a IES, uma vez que estará proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.

d) Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo.

e) Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.

f) Realizar de ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

g) Currículo voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Assim um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento adquire uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado

E por fim, a aprendizagem de um conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O estudante deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativas daquele conteúdo. Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc.

Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;

Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;

Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;

Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES, considera que:

A seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, considerando a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos

diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;

II. As dimensões:

Sócio antropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, consequentemente, a democracia plena;

Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;

Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;

Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

A Política de Atualização Curricular da IES, prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

Coerência do currículo com os objetivos do curso;

Coerência do currículo com o perfil do egresso;

Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;

Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;

Inter-relação e integração entre as disciplinas;

Dimensionamento correta e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;

Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;

Adequação, atualização e relevância da bibliografia;

Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;

h) As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;

i) A realidade local/nacional e global.

Desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, onde material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática. Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino. De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir

em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade e amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos na IES, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

Cadernos de Textos

Cadernos de Exercícios

Blogs e sites interativos

Livros

Manuais

Revistas Científicas

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição.

A IES, compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional).

Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da IES:

a) Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;

b) Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;

c) Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;

d) Fornecer ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;

e) Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;

f) Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados etc.;

g) Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;

h) Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdos do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;

i) Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;

Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);

Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;

Mapa Referencial da Unidade – vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.

Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e,

nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.

Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitio, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;

Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;

Formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;

Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fontes, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

Editor de texto – Word

Fonte – Times New Roman,corpo 11

Parágrafo – justificado

Entrelinhas – 1,5

Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,

Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização.

j) Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das

competências identificadas;
l) A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;
As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;
O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;
As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

4.22 PROGRAMA DE MONITORIA

Na IES, o Programa de Monitoria visa favorecer a participação dos alunos na execução de projetos de ensino e na vida acadêmica universitária, além de incentivar a melhoria no processo de ensino e aprendizagem tanto do aluno monitor quanto dos alunos da disciplina. Vários são os compromissos de um Programa de Monitoria Acadêmica, dentre eles o desenvolvimento de autonomia do aluno monitor, o aumento do senso de responsabilidade e a ampliação do vínculo do professor, monitor, alunado.
Como parte da política de Ensino, o Programa de Monitoria na IES, tem os seguintes objetivos:
Fomentar no aluno o interesse pela carreira docente e pelas rotinas do trabalho de pesquisa.
Intensificar a cooperação do corpo discente e a interação entre estudantes de diferentes períodos letivos.
Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor (a), por meio do treinamento para transmissão do conhecimento acumulado.
Servir de campo de estágio, apenas aos alunos que estiverem sobre a tutela dos professores da sua área de ensino, tendo acompanhamento dos supervisores de estágio.
São competências atribuídas aos docentes participantes do Programa de Monitoria:
Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;
Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;
Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;

Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;

Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;

Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes;

Apresentar à Coordenação de Curso, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

São atribuições do aluno monitor:

Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes;

Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas;

Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador;

Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações;

Entregar mensalmente frequência e relatório assinados pelo professor-orientador à coordenação responsável pela monitoria;

Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, podendo ser renovado por mais 06 (seis) meses.

Para a seleção de monitores é lançado, na periodicidade semestral, o Edital de Monitoria, dispondo das regras e critérios para seleção de pretensos monitores. No edital constam também as disciplinas disponíveis e ou as atividades educativas e projetos especiais que necessitam de monitores. Ao ser selecionado o monitor estará submetido às normas e protocolos dispostos no Manual de Monitoria que se encontra em anexo a este documento.

4.23 POLÍTICA DE PESQUISA

A Política de pesquisa da IES visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseada nas DIRETRIZES.

A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da IES, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes diretrizes:

Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão - visando a responsabilidade social;

Interação dialógica - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e
Setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e
Exclusão;

Transformação social - estando voltada aos interesses e necessidades das comunidades e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;

Pesquisa como processo educativo - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS DA SAÚDE

Grupo de Pesquisa 1: Saúde e Qualidade de Vida

Linhas de Pesquisa:

– Saúde, Prevenção, Qualidade de Vida e Abordagem Multidisciplinar

4.23.1 Programas da pesquisa

4.23.2PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação cientifica de docentes e discentes da IES.

Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação Especialista R$ 500,00 (quinhentos reais) Mestre R$ 800,00 (oitocentos reais). Doutor R$ 1.000,00 (mil reais) mediante o atendimento dos seguintes critérios:

Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados as áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;

Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;

Deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;

Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o

setor de Recursos Humanos da IES.

O incentivo às publicações cientificas, tecnológicas, artístico e culturais serão estimuladas da seguinte forma aos discentes:

O discente receberá uma ajuda de custo de R$ 500,00 (quinhentos reais) que sairá da arrecadação do CONCIFA- Congresso de Iniciação Científica, mediante os seguintes critérios:

Submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento cientifico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;

Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

4.23.3 PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

4.23.4 PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a IES publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano.

Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da IES com o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC, no valor de R$ 400,00 mensais (12 x 400,00 = 4.800,00 anual).

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, podendo se estender por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de mestrado), recebe bolsas do CNPq.

4.23.5 PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

4.23.6 PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

4.24 AÇÕES ACADÊMICO ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos

Promovidos por outras instituições ou organizações;

Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais

Didático pedagógicos;

Realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;

Eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;

Realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;

Portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;

Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.

Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa). O curso estimula a iniciação científica por meio de:

Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;

Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;

Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;

Estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;

Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;

As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também

de natureza extracurricular.

Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da IES tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa.

Desta maneira, busca-se promover a pesquisa cientifica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

4.25 POLÍTICA DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Extensão da IES é definida, como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

Assim extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;

A Política de Extensão da IES visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas diretrizes:

- A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;
- A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas

públicas;

- Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;
- Extensão como processo interdisciplinar;
- Extensão como processo solidário.
- A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
- Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.
- Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.
- Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.
- A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade.
- Compromisso social da IES na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população.
- Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico.
- As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma

indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;

- Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.

O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades impares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

4.25.1 Programas de Extensão

A política de extensão da IES se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

- PAPEERI Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;
- PAPREV Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos Internos e Externos e à produção Discente e Docente e da Publicação das revistas científicas da FA;
- PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada de docentes, discentes e técnicos administrativos.

4.25.2 Projetos de extensão

Poderão ser encaminhados a coordenação de extensão da IES, propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão.

Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos, além de outros que julgar relevantes:

- Coerência com a missão e valores institucionais;
- Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;
- Relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;

- Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);
- Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;
- Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;
- Caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;
- Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

4.25.3 Tramitação das Propostas de Extensão

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

- Em tramitação (TR);
- Não iniciado (NI);
- Em andamento (AN);
- Interrompido temporariamente (IT);
- Interrompido definitivamente (ID);
- Encerrado (EN);
- Concluído (CO);
- Cancelado (CA).

4.26 POLÍTICA AMBIENTAL

A Política Ambiental da IES, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia

qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade como alvo.
- Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:
- Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
- Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;
- Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;
- Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Serão Instrumentos da Política Ambiental da IES:

- O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- A Semana da Responsabilidade Social;
- Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;

- Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
- Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- Uso racional da impressão em papel;
- Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- A coleta seletiva dos resíduos;
- A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

A preocupação da sociedade com o meio ambiente passou a ser uma questão de sobrevivência para as empresas que estão inseridas nesse ambiente e depende dele para se manterem competitiva no mercado em que atual.Com isso a IES por meio do curso irá desenvolver os seguintes projetos transversais de educação ambiental.

Tabela - Projetos Transversais de Educação Ambiental previstos para os primeiros anos do curso

Semestre	ATIVIDADE TRANSVERSAL	Ações Desenvolvidas
2021/1	O papel do Pedagogo na educação ambiental em locais sem saneamento básico.	Nas atividades transversais voltadas a educação ambiental sempre será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os

2021/2	Pesquisa: A poluição nos igarapés de Manacapuru.	principais problemas relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de dados epidemiológicos e artigos científicos. Farão a discussão e, por fim, retornarão à comunidade para palestras de educação ambiental voltada para o tema do semestre

4.27 POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual que apresenta indicadores alarmantes de violência e violação de direitos. Os Mapas da Violência (2013, 2015 e 2016) apresentam dados de evolução dos homicídios por armas de fogo no país, dos homicídios de mulheres e revela indicadores gravíssimos de assassinatos de jovens negros.

Vários estudos brasileiros vêm sistematicamente denunciando essa situação, onde alguns elementos são persistentes: além das elevadas taxas de homicídios por armas de fogo e por violência de gênero (quase sempre doméstica, intrafamiliar e sexual) e racial, temos ainda elevadíssimos índices de mortes por acidentes de trânsito e as ocorrências continuadas de abusos, violências e maus tratos de crianças, jovens e idosos, travestis e transexuais, a violência agrária e contra indígenas, entre outras. Essa situação dramática, todavia, ocorre a partir de padrões históricos de opressão que revela a efetiva concentração destes eventos: na população jovem, negra e do sexo masculino, nas mulheres e nos pobres.

Sabemos também da complexidade e multideterminada que envolve esses fenômenos. Entre os principais fatores que caracterizam a violação de direitos no Brasil encontramos aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, a fraqueza e descrédito das instituições e a carência do Estado (que deveria ser o maior protetor da vida das pessoas e de seus direitos, mas é com frequência um dos maiores violadores e promotores de mais violência) para administrar a repressão e propiciar a prevenção.

Na dimensão microssocial e da vida cotidiana, é importante destacar a presença de uma cultura naturalizada da violação de direitos em nosso país que se reproduz por meio das formas arraigadas de opressão de populações e segmentos socialmente e historicamente

estigmatizados.
Uma forma de intervir nessa situação se encontra nas políticas educacionais, no investimento ostensivo e efetivo em educação, o que exige a restauração da autoridade do Estado para, no mínimo, atenuar essa realidade.
O Estado, além de se constituir como protetor legítimo e como árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados tem a competência de fomentar e construir um sistema educacional capaz de disseminar uma cultura dos direitos humanos, dessa forma, fará parte da matriz curricular do curso a disciplina de Direitos Humanos, assim como o tema será trabalhado em Projetos Transversais previstos para os primeiros anos do curso.

4.28 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora em Portugal, com a Universidade de Bologna na Itália e com a Universidade NihonnGakko para intercâmbio docente e discente.
O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.
A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.
As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários nos apêndices do PDI no regulamento de Internacionalização.
E compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica a responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

a) Programa

A Política de Internacionalização e Mobilização Acadêmica da IES ocorre por meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA IES tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do

exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES.

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos “Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades”, devidamente registrados sob nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que se regerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições.

Liberar a realização no (s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento:

O SANTANDER enviará comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada;

A IES terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto a realização da ação de divulgação no (s) campus (i).

Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua homepage, durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático (link) ao sitewww.santanderuniversidades.com.br.

Cumprir, rigorosamente, com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e consequente cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES deverá indicar em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa que será responsável pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados a pessoa indicada receberá via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa.

O valor total do presente instrumento é de até R$ 20.065,80 (vinte mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), que corresponde ao fornecimento de 02 (duas) bolsas-auxílio no valor em Reais equivalente a €3.000 (três mil euros), no valor unitário de R$ 10.032,90 (dez mil, trinta e dois reais e noventa centavos), cada bolsa.

4.29 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO RELACIONADAS À DIFUSÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: CIENTÍFICA, DIDÁTICO-PEDAGÓGICO, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL

A Política Institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve ações que serão executadas por meio de ações, o qual prevê auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docente dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivo desta é: Ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: as produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos e à produção discente e docente, no qual prevê em ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

A Política de estímulo à difusão das produções acadêmicas será divulgada para a comunidade acadêmica.

4.30 POLÍTICAS DE ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A IES prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Distrito Federal, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas. O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem.

A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada.

- A abrangência do evento, duração e público estimado.
- A relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

4.31 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Política de acompanhamento de egressos consiste numa pesquisa de acompanhamento de egressos dividida em duas etapas: a primeira levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

O PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para a própria IES que terá dados para avaliar seus cursos; para o mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do

mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Afinal a IES entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

4.32 ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DA IES NO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é Requerida ao Egresso a Capacidade de:

- Dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- Desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;
- Exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;
- Ter atitudes inovadoras e criativas;
- Utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- Saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- Integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- Atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;
- Compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;

- Compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- Desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- Atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

4.33 PAPEERI – PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO, ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária:

ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala de aula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

4.34 PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO

A proposta do Curso em promover as atividades de Extensão e Responsabilidade social é de integrar as atividades acadêmicas com a comunidade nas adjacências da Instituição na qual o aluno recebe orientações do docente para realizar as atividades extra institucionais e os atendimentos a comunidade.

Tabela - Ações de Responsabilidade Social Previstas para os Primeiros Anos do Curso

Ano	ATIVIDADE RESPONSABILIDADE SOCIAL	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas

2021	O uso de material reciclado na construção de brinquedo	Todas as ações de responsabilidade social são realizadas em conjunto com os outros cursos da IES. Seleciona-se uma comunidade semestralmente e então os alunos realizam atividade pedagógicas voltados a temática escolhida. Esse serviço pode ser palestras, distribuição de informes, atividades lúdicas para as crianças, oficinas, dentre outros	Todos os períodos vigentes
2022	A importância do ser humano, lutando em favor da vida.		

a) Objetivos do PAPEERI

Objetivo Geral

Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão).

b) Metodologia do PAPEERI

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI atendem a um edital anual específico e devem ter como princípio:

Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;

Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando

suporte às mudanças necessárias ao processo.

c) Projeto do PAPEERI do Curso de Pedagogia:

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da IES, o curso desenvolverá seus projetos da seguinte forma:

Projeto do PAPPERI do Curso:

NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO:	PERA Projeto Educacional Rumo a Alfabetização Nas escolas municipais ao entorno da IES.

d) Metodologia de Desenvolvimento do PAPEERI

Utilizará metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico sócio construtivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

Etapas:

- Etapa 1 Ensino - diagnóstico da situação da comunidade a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;
- Etapa 2 Extensão - intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;
- Etapa 3 Pesquisa - resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordará inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental.

Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394/96 nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido.

Participando ativamente dos problemas ambientais em busca soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações a Coordenação e os professores do curso desenvolverá atividades que contemplem o espaço para o desenvolvimento das temáticas transversais nos dois temas em EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

Estes projetos terão como objetivos gerais desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto irá proporcionar inclusive aos acadêmicos do Curso, atividades interdisciplinares que promovam o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática.

e) Projetos Interdisciplinares previstos para os primeiros anos do curso (1º ano tecnológicos/ 1º e 2º ano bacharelados/licenciaturas)

   O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotará a metodologia ativa.

   Metodologia Ativa com base na pedagogia de projetos - Requisitos de leituras e interpretação de livros clássicos e atividades integrando todas as disciplinas do período.

   Requisitos: leitura individual e participação em oficinas de leitura e interpretação.

   O processo de ensino e aprendizagem se dará por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao livro designado para leitura.

   Na tabela a seguir constam as atividades interdisciplinares previstas para os primeiros anos do curso.

Tabela 10 – Atividades Interdisciplinares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

Semestre	ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021/1	O feminismo: Sejamos todos feministas.	Cada período irá fazer a leitura do Livro “Sejamos todos feministas” de Chimamanda Ngozi Arichiecontará, com	Todos os períodos vigentes

		professores orientadores irão fazer um debate em torno da temática Feminismo relação de gênero. A atividade concluirá em comunidades e escolas com oficinas sobre a temática e apresentações como cordel, dramatização, jogral, pinturas envolvendo a temática.	
2021/2	Feminicídio em Cena-a dimensão simbólica à política	Cada período fará a leitura do Artigo Feminicídio em Cena: a dimensão simbólica à política, em seguida o debate sobre a temática na turma e farão em sala uma produção textual, a partir do que será estudado cada turma deverá propor uma intervenção em uma comunidade e/ou escola trabalhando a temática.	Todos os períodos vigentes
2022/1	Transformando o futuro: “Educação e Inclusão: o sapato perdido”.	A atividade ocorrerá em sala de aula com a discussão do texto Educação e Inclusão: o sapato perdido, com o intuito de trazer os alunos a uma reflexão sobre os eixos da exclusão étnica, gênero, escolar entre outras	Todos os períodos vigentes
2022/2	Questões ambientais prementes aos humanos em sua relação com a vida/saúde	Será realizado em cada turma uma reflexão sobre a temática em voga, após a discussão seguremos para a explanação da importância do pedagogo neste contexto, os alunos finalizarão com a produção de natureza	Todos os períodos vigentes

			poética. Posteriormente será exposto em varal de poesias.	

4.35 PROJETOS TRANSVERSAIS PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO

A IES quer proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental e Educação Étnico racial como parte importante da formação do acadêmico.

O desenvolvimento dos projetos transversais adotará a metodologia ativa.

Metodologia: Ativa com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras de artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, as seguintes disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores. Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para os primeiros anos do curso:

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Educação Ambiental

Semestre	ATIVIDADE TRANSVERSAL	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021/1	O papel do Pedagogo na educação ambiental em locais sem saneamento básico.	Nas atividades transversais voltadas a educação ambiental sempre será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os principais	Todas as turmas envolvidas
2021/2	A importância do brincar no desenvolvimento infantil: do lixo ao brinquedo.		Todas as turmas envolvidas

2022/1	Da informação a conscientização, a educação ambiental na formação das crianças.	problemas relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de dados epidemiológicos e artigos científicos. Farão a discussão e, por fim, retornarão à comunidade para palestras de educação ambiental voltada para o tema do semestre	Todas as turmas envolvidas
2022/2	O impacto da educação ambiental no cotidiano dos ribeirinhos.		Todas as turmas envolvidas

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Educação Étnico-Racial

Semestre	ATIVIDADE TRANSVERSAL	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021/1	Racismo e etnocentrismo: qual a função do Pedagogo para criar um bom ambiente escolar?	Nas atividades transversais étnico-raciais sempre discutido o tema dentro das salas de aula. O respeito entre as diferenças, o conhecimento da cultura, costumes e histórica de cada comunidade selecionada para o semestre. Além disso, o de dados epidemiológicos e artigos científicos para embasar a discussão. Por fim, visitarão, uma comunidade para troca de experiências e serviços.	Todos os alunos
2021/2	Classe contra classe: economia, política e ideologia		Todos os alunos
2022/1	Educação digital transformação e entraves: uma reflexão sobre a desigualdade social		Todos os alunos
2021/2	Desafio de mulheres Afro-ameríndias e caribenhas		Todos os alunos

4.36 PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO.

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

Tabela - Atividades de I.C/I.T. Previstas para os Primeiros Anos do Curso

Ano	ATIVIDADE DE I.C./I.T.	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021 2022	Identificar o quantitativo de crianças nas redes municipais de ensino que tenham AH/SD, depois busca de estratégias pedagógicas que enriqueçam o desenvolvimento integral dessas crianças.	Identificar o quantitativo de crianças nas redes municipais de ensino que tenham AH/SD, depois busca de estratégias pedagógicas que enriqueçam o desenvolvimento integral dessas crianças.	Todas as turmas 6 alunos por turma

4.37 PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Tabela – Atividades de Inovação Pedagógica do Curso

Ano	INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021 2022	Brinquedoteca Itinerante	Elaboração de uma brinquedoteca itinerante que possa visitar comunidades e escolas	Todas as turmas

4.38 PROJETOS DE EXTENSÃO PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO

A coordenação do curso junto com professores e alunos deverão apresentar e desenvolver projetos de Extensão baseados nas premissas da Política de Extensão e Responsabilidade

Social.

Tabela - Atividades de Extensão Previstas para os Primeiros Anos do Curso

Ano	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021	PERA: Projeto educacional rumo a Alfabetização.	Por meio da atividade interdisciplinar, os alunos visitarão diversas comunidades para identificar e mapear os moradores da comunidade que são analfabetos e/ou as crianças que tem dificuldade com a leitura e a escrita. Também realizarão atividades lúdicas com as crianças da comunidade.	Todos os períodos
2022			

4.39 PROJETOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO

A atividade complementar visa proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas, conteúdo obrigatório e complementador do perfil de egresso pretendido. Para isso, integrar conteúdos através de uma atitude que leve a postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento é que se procura com estas atividades.

Atividades dinâmicas e voltadas a realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso. Percebe-se que são excelentes estimulantes para colocar em prática aquilo que aprendem com a teoria, dentro da sala de aula.

Tabela - Atividades Complementares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

Ano	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021/2022	Meet pedagogico	Serão abordados temas emergentes e atuais por meio de palestras, minicursos e oficinas	Todos os períodos

		durante cinco dias	vigentes
2021/2022	Jornada Pedagógica	Serão abordados temas emergentes e atuais por meio de palestras, minicursos e oficinas durante três dias.	Todos os períodos vigentes

* demais atividades constam no Regulamento de Atividades Complementares

4.40 PROJETOS DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO

Tabela – Projetos de atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

SEMESTRE	ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/1	- Workshop de Empregabilidade - Palestras do NAPA - Natal Solidário - Escola de Líderes e Empreendedores	Serão desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente:	
2021/2		- Workshop de empregabilidade: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado;	Todos
2022/1			

2022/2		- Palestras NAPA: por meio da equipe pedagógica e professores psicólogos diversos temas serão abordados como acessibilidade, depressão, ansiedade, dentre outros; - Natal Solidário: por meio de uma palestra de um tema atual, os alimentos arrecadados serão doados para uma Instituição de Caridade selecionada semestralmente, com a entrega por meio dos alunos e coordenadores. - A escola de Lideres e Empreendedores vista preparar lideranças e empreendedores na área.	os períodos vigentes

4.41 PROJETO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS DO CURSO

Tabela – Projetos de Atividades Artísticas Culturais do Curso

Ano	ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021		Serão realizadas atividades com apresentações de danças, contação de história, músicas, teatro,	Todos os períodos vigentes

2022	Sarau Pedagógico	poesia que contém as histórias regionais da cidade.	

4.42 PRÁTICAS EXITOSAS OU INOVADORAS DO CURSO

Tabela – Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

Ano	INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2021	Brinquedoteca Itinerante	Elaboração de uma brinquedoteca itinerante que possa visitar comunidades e escolas	Todas as turmas
2022			

5.DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE- NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:
NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;
NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso; são atribuições do NDE:
contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação; a IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico;

- Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias;
- As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros;
- O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação;
- O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

5.1.1 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Direção da IES designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

5.1.2 Atribuições do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação stricto sensu e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

5.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NEaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino. O NEaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa.

O NEaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com status de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

5.2.1 Coordenação Pedagógica

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

5.2.2 Composição:

01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;

01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão:

Tutores (20 h) presencial (de polo): com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por acompanhar os alunos no polo, preparar a sala de aula, passar as dúvidas dos alunos para os professores, via chat, aplicar as provas e as encaminhar ao Núcleo de Educação a Distância e auxiliar o aluno na utilização do AVA; Tutores (20 h) a distância: com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por dar suporte às atividades dos docentes;

01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos:

01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

5.2.3 Supervisor de Tutores

Tem como atribuições:

Receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP da IES;

Exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NEaD; Supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;

Revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); Acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;

Quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

5.2.4 Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atividades a escolha das tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NEaD e a operacionalização da construção do material didático. Composição:

01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;

01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;

02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações das videoaulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.

Tem como atribuições:

Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;

Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

5.2.5 Coordenação de Produção

Setor responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.

Tem como atribuições:

Produzir recursos para as videoaulas; Gerenciar demandas relativas às videoaulas; Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;

Produzir locais para gravações externas e entrevistas;

Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.

Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas; Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;

Acompanhar gravações;

Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;

Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas; Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

5.2.6 Secretaria Acadêmica (SEaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.
Sua composição inclui:
04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
Assistente administrativo acadêmico para logística: controle materiais didáticos e documentos;
Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

5.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

O coordenador tem regime integral (40h) com carga horária dividida:
34h de Coordenação
03h de Núcleo Docente Estruturante
03h de sala de aula

5.3.1 Atribuições do coordenador de curso

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.
O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

5.3.2 A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- reconhecer as necessidades da área em que atua;
- tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- operar novas tecnologias;
- avaliar o trabalho dos docentes;
- estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança.
Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivos e cognitivos.
No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Superior da Instituição, sendo ainda, Presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

5.3.3 Relação do coordenador com docentes, discentes, tutores

O coordenador de curso, dentro das suas atribuições e de acordo com o regime de trabalho no qual atua, possui dentro da sua organização de trabalho, a disponibilidade necessária para dar suporte e atendimento aos seus discentes. Sua atuação é voltada para a formação dos discentes em relação a importância da modalidade em EAD relacionada à sua formação profissional e acadêmica, quanto aos conhecimentos do Ambiente Virtual de Aprendizagem, para o esclarecimento de dúvidas voltadas ao componente curricular em estudo.

Para que sua atuação seja eficaz, possui amplo conhecimento sobre a modalidade de EAD e conta com a participação dos docentes em momentos destinados à sua atuação. Essa

parceria é de grande importância, uma vez que estes são os especialistas nos componentes curriculares e após também ter passado por formação, estão aptos a junto com os tutores, atuar como construtores e mediadores da aprendizagem. Esse elo entre a coordenação do curso e seu corpo de professores e de tutores é o que permite que o aluno por meio da modalidade e do componente curricular em estudo, tenha segurança em relação à sua aprendizagem e veja no seu coordenador, o suporte necessário para que seu desenvolvimento e sua relação com o corpo docente e de tutores, ocorra sem dificuldades.

Toda a atuação da coordenação está pautada no PCC do curso e nas suas atribuições enquanto coordenador.

5.3.4 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

5.3.5 Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos

processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da INSTITUIÇÃO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos

projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo na documentação anexa.
Indicadores de desempenho do coordenador de curso disponíveis e públicos

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilite a clara avaliação do desempenho do coordenador.
A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 – ACADÊMICA		
ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		

Possui boa relação com seu corpo discente?		
É pontual?		
Possui umalto índice de resolubilidade de protocolos?		
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?		
ESFERA 2 - AVALIAÇÃO INTERNA		
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert: PARECER LEGENDA Discordo totalmente Discordo parcialmente Não concordo, nem discordo Concordo parcialmente		

5 Concordo totalmente		
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO
Média do curso de satisfação por disciplina básica;		
Média do curso satisfação por disciplina específica;		
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		
Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 - AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		
Publicações do corpo docente emrevistas científicas indexadas.		

5.3.6 Corpo Docente

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

Doutores;
Mestres;
Especialistas
Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho.
O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:
Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
Entrevista com o candidato;
Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

5.3.6.1 Relação do corpo docente com a respectiva titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:
análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
entrevista com o candidato;
argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.
A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

Os professores previstos para os dois primeiros semestres do curso em acordo com o quadro anexo.

Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica

RELATÓRIO ANEXO.

5.3.6.2 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE Será informado nos anexos

Relação do corpo docente com o respectivo regime de trabalho Planilha de regime de trabalho dos docentes segue no anexo

Atribuição dos docentes
Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. E os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior

5.3.6.3 PLANILHA DE EXPERIENCIA PROFISSIONAL SEGUE NO ANEXO

Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior
Planilha da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior segue no anexo

5.3.6.4 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Planilha da experiência do corpo docente na educação básica segue no anexo.

5.3.6.5 Relação do corpo docente com as respectivas experiências no magistério superior Planilha da Relação do corpo docente com as respectivas experiências no magistério superior segue no anexo

5.3.6.6 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula RELATÓRIO ANEXO.

5.3.6.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA RELATÓRIO ANEXO.

5.3.6.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA RELATÓRIO ANEXO.

Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares
RELATÓRIO ANEXO.

5.3.6.9 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.
O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:
coordenador, que o preside;
corpo docente do curso;
um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:
aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo

NDE;
acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico- administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.
O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico- administrativas pertinentes as demandas do curso.

5.3.6.10 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES RELACAO EM ANEXO

5.3.6.11 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES RELACAO EM ANEXO

5.3.6.12 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO

O docente é responsável pelo desenvolvimento do Plano de Aprendizagem da disciplina, pela elaboração das avaliações que serão aplicadas presencialmente aos estudantes quando do período institucional de avaliação e por ministrar aulas e planejar atividades que serão disponibilizadas no AVA. Nesse processo ele conta com o apoio de toda a estrutura operacional e logística do NeaD.
Coordenador do NeaD
O Coordenador do NeaD é responsável por garantir que a estrutura operacional funcione e atenda às demandas pedagógicas e tecnológicas necessárias ao andamento das atividades das disciplinas oferecidas na modalidade Ead. É o responsável por acompanhar e garantir o cumprimento dos prazos institucionais de lançamento de notas no sistema acadêmico.
Tutor a Distância
O tutor a distância atenderá aos alunos no AVA, podendo interagir com eles tanto por meio dos fóruns, chats (conforme datas estipuladas no calendário acadêmico para o

plantão de dúvidas), como também por e-mail, para dar o devido suporte, especialmente quanto ao acompanhamento contínuo, respostas a dúvidas e proposição e correção das atividades desenvolvidas.

É responsável pela condução das dinâmicas de integração, pela organização, mediação e orientação dos alunos na produção de textos coletivos e de projetos integradores, complementares às disciplinas em desenvolvimento. Nos fóruns temáticos, participa na elaboração das atividades e dos debates sobre questões pertinentes aos conteúdos e temáticas de discussão, colaborando para que o aluno esclareça dúvidas, organize e sistematize informações e conhecimentos acerca do tema em estudo.

Para questões relativas aos conteúdos dos temas abordados em aulas, o tutor contará com o apoio dos professores das respectivas disciplinas, mediado pelo Supervisor dos Tutores. Tutor presencial

O tutor presencial é responsável pela condução, mediação e orientação das atividades desenvolvidas nas oficinas presenciais e também pelo acompanhamento dos alunos nos plantões realizados nos polos de apoio presencial. O trabalho dos tutores presenciais será acompanhado pelo Supervisor dos Tutores, responsável pela orientação e supervisão das atividades.

Supervisor de tutores

É papel e atribuição do Supervisor dos Tutores orientar e acompanhar a elaboração e desenvolvimento das atividades semanais dos tutores a distância, relativas aos conteúdos trabalhados nas vídeo-aulas. Cabe a ele também a supervisão e acompanhamento das atividades e/ou projetos interdisciplinares propostos nas oficinas presenciais.

5.3.6.13 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Será apresentado na visita in loco

Relação do corpo docente previsto e suas respectivas produções

RELACAO EM ANEXO

6. DIMENSÃO 3. INFRAESTRUTURA

6.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor.

6.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta.

6.4 SALAS DE AULA

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professore recursos pedagógicos à disposição.

6.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A IES possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Laboratório de Informática

LABORATÓRIO INFORMÁTICA MÓVEL		
Relação de Equipamentos		
Equipamento	**Quant.**	**Local**
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1	UNIDADE III
Carrinho de transporte	1	UNIDADE III
Notebook Positivo Master N170I	48	UNIDADE III
Suporte para notebook em madeira	48	UNIDADE III
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	UNIDADE III

6.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES.

6.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponíveis, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da IES e ao sistema da biblioteca.

Periódicos impressos do curso

Cadernos Cedes
Educação
Educação e Realidade
Educação e Sociedade
Patio Educação infantil
Revista Presença Pedagógica

Ensino Superior
Patio ensino médio profissional e tecnológico
Educação Brasileira
Journal of educational research
Teaching exceptional childrn

6.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios
estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa. Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.
Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Laboratórios didáticos de formação básica do curso
Brinquedoteca, laboratório de informatica

6.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Os laboratórios didáticos para a formação específica estão ligados as unidades curriculares do ciclo clínico, da mesma maneira esses laboratórios atenderão às necessidades do curso, de acordo com o PPC, e terão seus Regulamentos, Manuais de Procedimento Padrão e Normas de Segurança, Mapas de Risco, para a respectiva utilização com padrões mínimos de risco.

Para o desenvolvimento das atividades práticas e didáticas nos laboratórios específicos da Pedagogia, serão designados técnicos responsáveis com formação adequada para a organização dos insumos, orientação dos alunos e futuramente realização de pesquisas nas áreas do curso.

Os referidos laboratórios atenderão em quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar as atividades de ensino-aprendizagem das habilidades previstas no Projeto Pedagógico do Curso.

6.9.1 Laboratórios didáticos de formação específica do curso

Para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, estará disponível uma Brinquedoteca para realização de experimentos, vivencias e projetos de pesquisa, visando o conhecimento dos processos lúdicos e da utilização do mesmo como mecanismo de ensino. A utilização da Brinquedoteca se dará a partir do 1º período do curso.

BRINQUEDOTECA: Práticas Pedagógicas I- ambientes escolares; Fundamentos e Metodologias para o Ensino da Educação Infantil; Psicologia do desenvolvimento e da Aprendizagem (1º Período); Ludicidade, corporeidade e psicomotricidade; Didática e Práxis Docentes; Práticas Pedagógicas II- Educação infantil; Alfabetização e Letramento

6.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE

Obrigatório para a área cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCNs.

Não se aplica

6.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES

Obrigatório para a área cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCNs.

Não se aplica

6.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS

Obrigatório para a área cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCNs.

Não se aplica

6.13 BIOTÉRIOS

Obrigatório para a área cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas

DCNs.

Não se aplica

6.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

O processo de produção de conteúdo e seu controle é realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais:

- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DE MÍDIAS;
- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE ARMAZENAGEM DE CONTEÚDO;
- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE CONSTRUÇÃO DE DISCIPLINAS.

O processo de produção segue quatro fases distintas para seu desenvolvimento:

1) Planejamento;

2) Produção;

3) Validação;

4) Conclusão.

Em um total de 21 etapas entre a concepção da ideia até sua conclusão.

Fase	Etapa	Processo
PLANEJAMENTO	1	Demanda para desenvolvimento de uma nova disciplina
	2	A DIREÇÃO ACADÊMICA EÇÃO ACADÊMICA recebe a demanda e discute com a COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e NEAD o desenvolvimento do projeto.
	3	A DIREÇÃO ACADÊMICA e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA selecionam o professor para a produção do conteúdo.
	4	A DIREÇÃO ACADÊMICA solicita ao NEAD o início da produção do conteúdo.
	5	A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA se reúne com a COORDENAÇÃO DE CURSO, PROFESSOR e GESTOR DO NEAD para um breafing sobre o novo produto.
	6	O PROFESSOR recebe a capacitação necessária para a produção do material do NEAD.
	7	O EQUIPE DE APOIO DO NEAD libera acesso ao SYSEAD para acompanhamento da produção.
	8	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza o agendamento das gravações em estúdio junto à EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD.
	9	O GESTOR DO NEAD reúne EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD e PROFESSOR para iniciar processo AGILE.
PRODUÇÃO	10	O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com apoio do COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
	11	O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
	12	Se houver a necessidade de adicionar objeto pedagógico complementar audiovisual.
	13	Validação do material pelo REVISOR.

	14	Finalizando o processo, a EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD encaminha o material para a diagramação.
	15	Finalizada a diagramação, o material é enviado para o programador web trabalha-lo e inseri-lo no AVA.
	16	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza testes e validação do material (qualidade final)
VALIDAÇÃO	17	Um teste piloto funcional é realizado no AVA e no conteúdo.
	18	Após conclusão dos testes relatórios são apresentados ao NEAD.
	19	Última validação é realizada pela COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e DIREÇÃO ACADÊMICA.
CONCLUSÃO	20	Agendamento e liberação da sala de aula no AVA.
	21	Disponibilização do AVA para acesso dos TUTORES e ALUNOS.

Todo o processo é controlado de forma eletrônica pelo SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DO NEAD – SYSEAD. Esta ferramenta foi desenvolvida para realizar o acompanhamento de produção e manutenção do processo de produção de mídias e conteúdo acadêmico para a modalidade EAD.

6.15.1DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A distribuição do material didático se dará em duas modalidades: impressa e digital.

Na modalidade impressa o aluno deverá solicitar junto ao NEAD, via sistema de suporte, a produção do “kit” didático da disciplina em curso. Neste material o aluno receberá o livro-texto, caderno de exercícios, apresentações (slides) e as anotações da disciplina de forma impressa. Além das impressões haverá um pen-drive personalizado com todo o material em mídia digital, 5 DVD´s com a vídeo aulas gravadas e 1 CD com a áudio aulas gravadas. Esta modalidade tem por finalidade garantir o acesso ao material didático ao aluno mesmo que este esteja impossibilitado de ter acesso ao ambiente virtual de aprendizagem por motivos técnicos ou por não cobertura momentânea de redes de acesso.

A modalidade digital consiste na disponibilização do material didático em nuvem para acesso restrito aos discentes. A nuvem utilizada é a disponibilizada pelo GSUITE da GOOGLE. Todo o material é disposto em pastas organizadas com a possibilidade de leitura online ou para download. Devido à forte integração entre as soluções disponibilizadas e os equipamentos móveis, o discente poderá dispor de forma rápida e segura todo o seu curso em qualquer dispositivo eletrônico com capacidade de acesso digital a estas redes sem a necessidade de instalação de aplicativos ou recursos além dos já disponíveis em seus equipamentos. Desta forma garante-se a disponibilidade sem custos adicionais ou preocupações com versões ou atualizações.

Sob o mesmo conceito de distribuição na modalidade digital a vídeo aulas são

disponibilizadas utilizando as ferramentas em nuvem do pacote GSUITE, garantindo acessibilidade e segurança, assim como adaptabilidade e acessibilidade ao aluno. Disponibilizando o conteúdo em ferramentas comuns e de fácil acesso evita-se a necessidade de capacitação para uso ou equipamentos específicos, melhorando a experiência e usabilidade.

Os alunos terão total acesso ao conteúdo para uso acadêmico com permissões de download e compartilhamento. O objetivo desta garantia é que o conteúdo se torne de fácil acesso e uso sem barreiras digitais que possam dificultar sua compreensão ou manipulação.

6.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS

Não se aplica

6.15.1 Regulamento do NPJ destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas buscando interdisciplinaridade das matérias legais.

Não se aplica

6.16 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

A IES possui plataforma EAD que é um sistema de gestão de aprendizagem desenvolvido a partir de uma metodologia pedagógica para promover o ensino online de forma eficiente e bem estruturada, foi desenvolvida para oferecer toda uma estrutura necessária para a criação de cursos online. Esta plataforma EAD é possível criar cursos ou disciplinas on line, para cursos 100% ou com até 40% em EaD, personalizados de acordo com o interesse da IES em potencial, além de fazer uma gestão pedagógica, acadêmica, financeira completa e eficiente do ensino da instituição.
Na IES contamos com a plataforma do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) um software que proporciona o desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e

progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de

aprendizagem como um todo. Além disso, é em um plataforma EAD que o discente será apresentado a toda a estrutura de cursos, bem como os conteúdos, aulas, módulos e avaliações.

O AVA será usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementar aulas presenciais com conteúdos virtuais.

Nesta modalidade o discente terá seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na IES iremos utilizar o formato modular carrossel que consistira na oferta e componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré- definida.

Na modalidade EaD 100% online, o discente terá obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

Avaliações de estudantes;

Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão.

Neste formato existirão as aulas on line em cursos presenciais cujo discentes poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

ANEXOS

PROGRAMA DE MONITORIA
MANUAL DE MONITORIA

INTRODUÇÃO

O presente Programa visa proporcionar aos professores orientadores e alunos-monitores da INSTITUIÇÃO - informações sobre a MONITORIA, entendida como possibilidade de aprofundamento da formação acadêmica do aluno de graduação.

1- O QUE É MONITORIA

A Monitoria é a modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos alunos regularmente matriculados. Objetiva despertar o interesse pela docência, mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente.

2- DEFINIÇÕES

Monitoria - é o treinamento para a docência e/ou a pesquisa.
Monitor - é o aluno regularmente matriculado no curso de graduação, admitido para auxiliar trabalhos de ensino, devendo estar ligado à disciplina e ao orientador.
Orientador – é o professor responsável pela disciplina, objeto da monitoria, orientando o monitor no aprofundamento dos conhecimentos específicos, consolidando estes conhecimentos à identificação do aluno com a disciplina, e a melhoria do rendimento acadêmico escolar dos envolvidos.
Função – a função da monitoria é exclusivamente auxiliadora, sendo proibido que o monitor, mesmo eventualmente, substitua o professor em atividade de magistério. Em hipótese alguma dar aulas, até porque ele ainda não tem a necessária formação para isto. Monitor é admitido para auxiliar trabalhos de ensino e pesquisa.
3 - MONITORIA: FORMA ALTERNATIVA DE TRABALHO PEDAGÓGICO
A prática da Monitoria no contexto educativo data de longo tempo e se define como processo pelo qual alunos auxiliam alunos na situação ensino-aprendizagem. Nos últimos anos, com o desenvolvimento do pensamento pedagógico de orientação crítico-

progressista, procedimentos monitorais vêm ganhando espaço no contexto da realidade educacional das instituições de educação superior. A monitoria, como procedimento pedagógico, tem demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões "política, técnica e humana da prática pedagógica" (CANDAU:1986, p.12-22).

4 - QUEM É O MONITOR DA INSTITUIÇÃO?

É o aluno de graduação concursado para exercer, juntamente com o professor, atividades técnico-didáticas condizentes com o seu grau de conhecimento junto à determinada disciplina, já por ele cursada.

O MONITOR NÃO SUBSTITUI O PROFESSOR NA DISCIPLINA.

5 - COMPETÊNCIAS E DEVERES DO PROFESSOR – ORIENTADOR

a) Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e
seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;

b) Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;

c) Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;

d) Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;

e) Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;

f) Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes.

g) Apresentar à Coordenação do Programa, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

É VETADO AO MONITOR MINISTRAR AULAS TEÓRICAS, BEM COMO, EXECUTAR TAREFAS DE AULAS PRÁTICAS E SEMELHANTES, SEM A SUPERVISÃO DO PROFESSOR DA DISCIPLINA.

6 – INSCRIÇÕES

Poderá inscrever-se a uma vaga na monitoria, o aluno que atenda aos seguintes requisitos:

- ter cursado a disciplina objeto da seleção;
- ter sido aprovado com nota igual ou superior a oito (5.0) na disciplina em que esteja se candidatando;
- não ter sofrido qualquer tipo de penalidade, e estar quites com as obrigações financeiras perante a INSTITUIÇÃO.

7 - SELEÇÃO

A seleção é realizada anualmente, em época estabelecida em Calendário.

8 - ATRIBUIÇÕES DO ALUNO MONITOR

a) Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes.

b) Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas.

c) Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador.

d) Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações.

e) Entregar mensalmente frequência e relatório assinada pelo professor-orientador a coordenação responsável pela monitoria;

f) Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, podendo ser renovado por mais 06 (seis) meses;

9 - ORIENTAÇÃO

O monitor exerce suas atividades sob a supervisão do professor orientador, responsável pela disciplina. Cabe ao professor orientador pronunciar-se sobre o desempenho do monitor, ao final do semestre letivo.

10 - CONTROLE

Ao término do ano letivo o professor orientador apresenta em um único relatório a avaliação da monitoria, avaliação do monitor e atividades desenvolvidas por ambos.

11 - JORNADA E EXERCÍCIO DA MONITORIA

O monitor exercerá suas atividades sem qualquer vínculo empregatício com a INSTITUIÇÃO. Cumprirá a sua jornada em horário não conflitante com o de suas aulas, 66 horas semestrais, distribuídas entre suas diversas atividades, e dentro de suas conveniências.

Ao professor orientador compete encontrar-se com o aluno monitor 1 hora por semana, dentro de suas conveniências.

12 - CANCELAMENTO DA MONITORIA

O monitor poderá ser suspenso da monitoria quando:

I- Sofrer suspensão de caráter disciplinar;

II- Revelar conduta incompatível com a ordem interna;

III- Trancar a matrícula, abandonar ou solicitar transferência de Curso;

IV- Ficar inadimplente por mais de 90 dias.

O monitor poderá solicitar dispensa da Monitoria a qualquer momento, para tanto, comunicará seu afastamento com antecedência de 30 dias, por escrito à coordenação do curso a que pertence, e este, comunicará à coordenação do Programa para as providências cabíveis.

O monitor fica ciente que, uma vez dispenso das atividades da monitoria, não receberá nenhum tipo de certificado e/ou horas contabilizadas como monitoria.

13- CERTIFICAÇÃO DA MONITORIA

O aluno receberá, após o seu tempo de monitor, um certificado de monitoria contendo a

disciplina e a carga horária da mesma, assinado pela Coordenador do Programa e pelo Diretor Geral da Instituição.

A certificação é outorgada aos discentes que possuírem avaliação de desempenho positiva.

REGULAMENTO DE MONITORIA

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º. São objetivos da Monitoria:
I – oportunidade ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão;
II – assegurar cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções universitárias.
Art. 2º. Cabe ao Monitor auxiliar o corpo docente nas seguintes atividades:
I – tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas, trabalhos didáticos e atendimento a alunos;
II – atividades de pesquisa e extensão;
III – trabalhos práticos e experimentais.
Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Monitor, auxiliar o corpo discente, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.
Art. 3º. É vedado ao Monitor ministrar aulas sem acompanhamento do professor da disciplina.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO SELETIVO

Art. 4º. O processo de seleção aos candidatos às vagas de Monitoria, tem como base nos seguintes critérios:
I – terão oportunidade de inscrever-se, no exame de seleção, o aluno que comprove aprovação na disciplina ou atividade em que pretenda atuar, com coeficiente superior a 5 (sete);
II – a inscrição dar-se-á através das orientações publicadas no edital da Diretoria, onde será fixado o número de vagas;
III – o processo de seleção será organizado e aplicado por uma comissão composta de, no mínimo, três professores, designada pelo Diretor.
Parágrafo único. Cabe ao Diretor homologar a classificação indicada pela comissão.

CAPÍTULO III – DO REGIME DE TRABALHO

Art. 5º. O Monitor exerce suas atividades sem qualquer vínculo empregatício, cabendo à Mantenedora aplicar, ao exercício da Monitoria, os mesmos critérios adotados para os

estagiários.

§1º. O Monitor exercerá suas atividades sob orientação de professor responsável pela disciplina ou atividade.

§2º. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes.

§3º. As atividades de Monitor obedecem, em cada semestre, ao plano estabelecido pelo professor, aprovado pela Coordenação respectiva.

CAPÍTULO IV – DA COMPETÊNCIA DAS COORDENAÇÕES

Art. 7º. Compete às Coordenações:

I – recrutar e selecionar monitores, obedecidas as normas fixadas pela INSTITUIÇÃO;

II – aprovar os planos de trabalho dos monitores, elaborado pelos professores orientadores;

III – supervisionar o desempenho dos monitores e promover sua avaliação, ao final de cada semestre letivo;

IV – controlar e encaminhar a freqüência dos monitores ao setor competente;

V – promover a substituição dos monitores que deixarem o programa; e

VI – expedir e registrar o Certificado de Monitoria aos que integralizarem, no mínimo, um semestre de efetivo trabalho.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. O programa de monitoria tem a duração de um semestre letivo, podendo ser renovada.

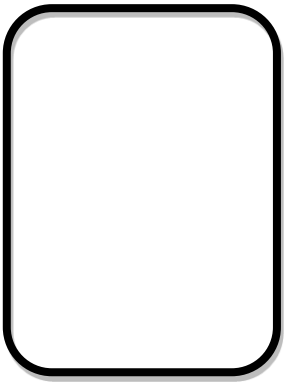
Art. 9º. A Instituição adotará as providências necessárias, para assegurar aos monitores, seguro contra acidentes pessoais.

Art. 10. Este regulamento entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

FACULDADE AMAZONAS
PROGRAMA DE MONITORIA
MANACAPURU - AM

CURSO DE .....

CADASTRO DO(A) MONITOR(A)



Ano do programa:
DADOS GERAIS
Curso:
Disciplina:
Nome do Aluno(a) Monitor(a):
No da matrícula:
Telefone:
E-mail:
Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):
E-mail:
Telefone para contato:

Manacapuru – AM

FACULDADE AMAZONAS

PROGRAMA DE MONITORIA

MANACAPURU - AM

TERMO DE COMPROMISSO

Nome completo do(a) Aluno(a):
Nº de Matrícula:
Curso:
Período:
Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):
Disciplina objeto de monitoria:
Período da disciplina objeto de monitoria:

Conhecendo as normas que regem o Sistema de Monitoria da FACULDADE AMAZONAS, de acordo com o edital ou outro documento normatizador emitido pela instituição, comprometo-me a cumpri-los, e declaro-me ciente de que a participação no programa de monitoria voluntária não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a minha pessoa e a FACULDADE AMAZONAS.

Manacapuru, ____ /____ / _____

_____

Assinatura do(a) Monitor(a)

FACULDADE AMAZONAS

RELATORIO MENSAL DE MONITORIA

Monitor (a)	
Orientador (a)	
Disciplina	

MÊS	ATIVIDADE/TEM DESENVOLVIDO NA MONITORIA	CH	CURSO/ TURNO

Manacapuru, em ____ /____ / _____

_____ _____

Monitor Orientador

FACULDADE AMAZONAS

FREQUENCIA MENSAL DO MONITOR

Monitor (a)	
Orientado (a)	
Disciplina	
Mês	

Dia	Horário	Assinatura Monitor	Assinatura Orientador

Manacapuru, em ____ /____ / _____

MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APRESENTAÇÃO

O Trabalho de Conclusão do Curso – TCC é uma atividade curricular obrigatória para o(a) estudante concluinte, estabelecida em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Consiste na formulação e apresentação de um estudo de natureza cientifica ou técnica da área educacional, sob a orientação de professores(as), elaborado individualmente ou em grupo pelo(os) acadêmico(os) do Curso de Licenciatura em Pedagogia, como condição parcial, se aprovado(a), para a obtenção do título de Pedagogo(a).

Configura-se como mais uma oportunidade do estudante refletir, avaliar, propor, discutir, revisar e/ou apresentar soluções para um problema de relevância para a Educação Brasileira. Apesar de ser um projeto pessoal, o TCC deve dialogar com o campo de conhecimento da Pedagogia, qualquer que seja o "recorte". O acadêmico deve apresentá-lo como um autor que mantém diálogo com a produção de sua área, um(a) autor(a) que sabe extrair dessa produção contribuições, sabe tecer críticas e apontar caminhos para as questões debatidas.

A FACULDADE AMAZONAS comprometida com o desenvolvimento do saber científico e com a formação de cidadãos imersos no espírito crítico-reflexivo, apresenta, por meio deste manual, sua preocupação em oferecer informações necessárias para delimitar, sob o enfoque metodológico e normativo, a produção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além de contemplar e estimular o interesse científico dos acadêmicos que cursam os últimos períodos de seu respectivo curso de graduação. Para auxiliar o acadêmico em sua trajetória investigativa, o presente Manual estabelece as normas e os procedimentos regulamentadores da elaboração do TCC.

Desta maneira, visando a subsidiar o aluno quanto a sistemática do Trabalho de Conclusão de Curso, a coordenação do curso de Pedagogia coloca à disposição este Manual para orientação dos docentes e discentes, a fim de que possa produzir reflexões em sua práxis e, com essa intenção, acompanhando a missão, a visão e os valores do Curso, venha contribuir de forma significativa com a academia e com os anseios dos acadêmicos que encerram uma etapa singular da formação profissional.

A proposta que se apresenta durante o curso, expressada pelos componentes curriculares e respectivos temas estudados em nosso projeto interdisciplinar e transdisciplinar, prevê o estabelecimento de uma sólida relação entre teoria e prática, pela possibilidade do desenvolvimento do TCC que perpassa por todo o curso.

O TCC do Curso de Pedagogia da FACULDADE AMAZONAS, consiste em um trabalho de artigo científico, sob a forma de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo ou relato de pesquisa em consonância com o Estágio Curricular desenvolvido pelo aluno(a), sob orientação do docente com a titulação de Mestre.

Os objetivos são os de propiciar aos acadêmicos a oportunidade de compreender e apreender os elementos envolvidos no processo de pesquisa, estimulando a produção de conhecimento na área da Educação.

O TCC será apresentado em forma de artigo científico e defesa diante de banca avaliadora, individual ou em grupo de (4) quatro componentes, e obedecerá o regulamento a seguir.

CONCEPÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

A produção do conhecimento encerra sempre uma relação entre o singular particular e o universal, se constituindo como um fenômeno histórico, posto que as propriedades humanas subjetivas e objetivas que a comportam resultam de amplas e complexas relações do homem com a natureza. É na unidade articuladora entre a idéia e a ação ou entre a teoria e a prática que se efetiva a historicidade humana, concretizada no movimento de construção do real.

Assim tomados os dois pólos da construção do conhecimento sujeito e objeto, entendemos que o sujeito cognoscitivo que é o ser humano, também aqui como um sujeito histórico e social, já por objeto do conhecimento entendemos os elementos da realidade na qual estão contidas as atividades humanas e as contradições internas essenciais que lhe determinam o movimento histórico.

Portanto, embora o objeto possa se apresentar ao pensamento como dado e acabado, nele estão contidas as relações sociais de produção expressas na contradição existente entre a aparência e a essência. O esforço de construção de um trabalho acadêmico para a conclusão do curso se manifesta a partir da relação contraditória entre aparência e essência, entre aquilo que sabemos e aquilo que podemos conhecer a partir das mediações possíveis de serem feitas com os aportes teóricos construídos ao longo da formação.

Sendo assim, entendemos a construção do conhecimento como um processo dialético e desta forma pensamos que o trabalho de conclusão de curso deve exprimir o esforço intelectual

empreendido ao longo da formação acadêmica, e que ao fim, contribuirá para consolidar um perfil profissional que considere a dimensão investigativa e reflexiva do trabalho docente.

O professor em formação deverá ser capaz de progressivamente compreender a realidade educacional contemporânea, atuando no sentido de propor novas alternativas pedagógicas, construindo-se como sujeito pesquisador da própria prática, para que o trabalho de investigação e de reflexão de um suporte teórico consistente em sua pratica pedagógica .

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Compete ao Professor Orientador:

Acompanhar e orientar os orientandos de acordo com as linhas de pesquisa do curso de Pedagogia;

Acompanhar o orientando dentro da temática escolhida, ao longo das etapas do desenvolvimento do trabalho;

Freqüentar as reuniões convocadas pela coordenação de TCC do Curso de Pedagogia;

Registrar a frequência e as atividades desenvolvidas junto ao orientando, em formulário próprio, a ser fornecido pela coordenação;

Entregar à coordenação do TCC, semestralmente, as fichas de frequência e avaliação devidamente preenchidas e assinadas;

Analisar e avaliar os relatórios parciais mensais que lhe forem entregues pelos orientandos;

Participar da comissão de avaliação do TCC;

Deliberar aos orientandos as datas finais de defesa pública de suas pesquisas;

Assinar, juntamente com os demais membros da comissão de avaliação, as fichas e as atas finais de avaliação dos artigos científicos.

Compete aos alunos em fase de realização do TCC:

Estar matriculado regularmente no curso, sem pendências de disciplinas em outros períodos;

Elaborar o projeto de pesquisa e apresentar ao Orientador para serem discutido o desdobramento de sua exequibilidade do Trabalho de Conclusão de Curso;

Freqüentar as reuniões convocadas pelo seu orientador ou pela coordenação do TCC, devendo justificar eventuais faltas;
Cumprir o calendário divulgado pela coordenação para entrega dos relatórios parciais e versão final do Trabalho de Conclusão de Curso;
Elaborar o artigo científico conforme orientação do professor orientador;
Elaborar o artigo científico como resultado final da pesquisa, que deverá ser entregue a comissão de avaliação do TCC;
Comparecer em dia e hora e local determinado para defesa pública do TCC;
Apresentar em 20 minutos a sua pesquisa e se colocar a disposição para a discussão do seu trabalho pelos professores avaliadores.

LINHAS DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA

Linha de Pesquisa 1: A DOCÊNCIA NA EDUCACAO BÁSICA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES:

O professor e sua Identidade Profissional.
Os Saberes da Docência.
O trabalho Docente na Educação Básica.
Processos de formação inicial e continuada de professores.

Linha de Pesquisa 2: NOVAS TECNOLOGIAS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O uso de tecnologias educacionais nos processos de ensino-aprendizagem da educação básica.
Experiências pedagógicas e curriculares na educação básica.
A utilização de multimídias na educação, Ensino a distância.

Linha de Pesquisa 3: PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
Ensinar e Aprender na Educação Básica.

Técnicas de Ensino no processo de ensino e aprendizagem.
Currículo na Educação Básica.
Processos de Ensino e Aprendizagem.
Práticas pedagógicas em contextos interculturais.

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO ARTIGO CIENTIFICO

Resumo: Texto, com uma quantidade predeterminada de palavras, onde se expõe o objetivo do artigo, a metodologia utilizada para solucionar o problema e os resultados alcançados.
Todo artigo deve ser acompanhado de um resumo e de um abstract com 100-150 palavras (em português e inglês). Ao final de ambos, devem ser indicadas, no máximo, quatro palavras-chaves (descritores) do conteúdo do texto, igualmente em português e inglês (Key words).
Palavras-Chave: artigo, metodologia, elaboração. (no mínimo 3 e no máximo 6)

INTRODUÇÃO

Apresenta o assunto e delimita o tema, analisando devendo constas:
o tema;
a problemática que será investigada, definindo conceitos e especificando os termos adotados a fim de esclarecer o assunto;
os objetivos da pesquisa;
o problema;
as hipóteses de trabalho ou questões norteadoras (quando for o caso);
a justificativa da sua escolha e;
a metodologia utilizada, com base no referencial teórico pesquisado.

DESENVOLVIMENTO

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

METODOLOGIA

É a parte principal do artigo e divide-se em seções e subseções, contendo a exposição ordenada do assunto.

No desenvolvimento, o autor:
descreve, explica e argumenta sobre a abordagem do tema e o que deseja demonstrar e defender.
é elaborado na forma de uma revisão da literatura, apresentando um debate entre os autores pesquisados, extraídos das mais diversas fontes de informação atualizadas.

Quando pertinente ao texto, o autor pode acrescentar ilustrações como mapas, fotos, quadros, gráficos e tabelas, desde que retratem uma situação estudada.

- Citações literais curtas (até três linhas) são integradas ao texto, entre aspas; longas (transcrições com mais de três linhas) vão em parágrafo próprio, sem aspas, com espaço simples de entrelinha.

- Toda e qualquer citação, seja formal (transcrições), seja conceptual obedecer ao Sistema Alfabético (conforme da ABNT), pelas quais as citações são indicadas pelo sobrenome do autor seguindo da data de publicação, separa dados por vírgula, e entre parênteses. Quando for necessário especificar a página da obra consultada, esta deverá seguir a data, separada por vírgula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte final do artigo, na qual são apresentadas as conclusões alcançadas com a pesquisa. Corresponde aos objetivos propostos e comprova ou refuta as hipóteses de trabalho, ou ainda, confirma as respostas dadas às questões norteadoras (quando for o caso). Nela o autor manifesta o seu ponto de vista. Pode apresentar recomendações e sugestões para trabalhos futuros.

Destaca-se aos autores a conveniência de: não usar abreviações, jargões ou neologismos desnecessários; apresentar por extenso o significado de qualquer sigla na primeira vez que surge no texto; utilizar títulos concisos, que expressem adequadamente os conteúdos correspondentes.

REFERÊNCIAS

Referências são um conjunto de elementos que permitem a identificação, no todo ou em parte, de documentos impressos ou registrados em diferentes tipos de materiais. As publicações devem ter sido mencionadas no texto do trabalho e devem obedecer as Normas da ABNT 6023. Trata-se de uma listagem dos livros, artigos e outros elementos de autores efetivamente utilizados e referenciados

As referências listadas no final do trabalho devem ser separadas entre si por um espaço duplo organizadas por aordem alfabética..

COMPETE AOS ALUNOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TCC

Estar matriculado regularmente no curso, sem pendências de disciplinas em outros períodos;

Apresentar o projeto de pesquisa e/ou relatório dos estágios ao Orientador para serem discutidos quanto ao desdobramento de sua exequibilidade do Trabalho de Conclusão de Curso;

Frequentar as reuniões convocadas pelo seu orientador ou pela coordenação do TCC, devendo justificar eventuais faltas;

Cumprir o calendário divulgado pela coordenação e/ou professor orientador para entrega dos relatórios parciais e versão final do Trabalho de Conclusão de Curso;

Elaborar o artigo científico conforme orientação do professor orientador;

Elaborar o artigo científico como resultado final da pesquisa, que deverá ser entregue a comissão de avaliação do TCC;

Comparecer em dia e hora e local determinado para defesa pública do TCC;

Apresentar em 20 minutos a sua pesquisa e se colocar à disposição para a discussão do seu trabalho pelos professores avaliadores.

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I - DO CONCEITO

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC será o resultado do desenvolvimento de uma reflexão acadêmica, a partir da problematização da experiência de estágio na educação básica podendo ser no campo da educação infantil, das séries iniciais do ensino fundamental, e ou gestão escolar. Este trabalho será realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e/ou experimental, resultado da observação participante desenvolvida em campo de estágio, exclusivamente em espaços educativos da educação básica

Parágrafo Único - O projeto deverá apresentar um questionamento ou problema, que direcionará a geração e/ou discussão de resultados próprios ou fundamentados na literatura.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O TCC é um trabalho que tem por finalidade propiciar ao aluno:

I. Estímulo à produção científica;

II. Aprofundamento de um tema da Educação Básica – Educação Infantil; Séries iniciais do Ensino Fundamental, educação inclusiva e/ Gestão Escolar de acordo com as linhas de pesquisas sugeridas no manual de TCC.

III. Formação interdisciplinar;

IV. Desenvolvimento da capacidade científica, crítica, reflexiva e criativa na área de interesse;

V. Realização de experiências de pesquisa;

VI. Inter-relação entre teoria e prática;

VII. Interação entre o Corpo Docente e Discente.

CAPÍTULO III DA COMISSÃO DO TCC

Art. 3º - À Comissão do TCC compete:

I. Preparar e apresentar calendário anual com as datas para entrega do tema, do Projeto e do Trabalho Final, bem como da avaliação pela Banca Examinadora e da apresentação pública do TCC, compatível com o calendário acadêmico;

II. Cuidar para que o cronograma seja rigorosamente cumprido;

III. Divulgar as normas do TCC para todos os alunos e professores a partir do 5º período letivo;

IV. Verificar que o tema dos projetos propostos esteja em concordância com os objetivos do TCC apresentados no CAPÍTULO II.

V. Controlar o número de orientandos por professor, bem como fazer o levantamento dos alunos que não indicaram tema e/ou orientador;
VI. Formalizar a escolha do orientador e co-orientador pelo aluno;
VII. Designar os professores que comporão as bancas examinadoras;
VIII. Acompanhar o processo de avaliação do Projeto e do Trabalho Final do TCC;
IX. Receber do orientador os exemplares do TCC e encaminhá-los para Banca Examinadora;
X. Receber do orientador os resultados da avaliação da Banca Examinadora;
XI. Publicar e encaminhar o resultado final;
XII. Receber o TCC em sua forma final e definitiva para arquivamento;
XIII. Mediar, se necessário, as relações entre orientador e aluno.

CAPÍTULO IV DA CARGA HORÁRIA, ÉPOCA DE REALIZAÇÃO E INSCRIÇÃO
Art. 4º - O TCC será desenvolvido por meio da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, sendo o resultado da experiência/pesquisa realizada no Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO V - DO PROJETO, DA ORIENTAÇÃO E DA REGULAMENTAÇÃO.
Art. 5º - O Trabalho Final do TCC poderão ser elaborados em conjunto por até dois discentes.
Parágrafo Único - Excepcionalmente o número de discentes poderá ser maior, desde que expressamente autorizado pela Comissão do TCC e aprovado pelo Colegiado do Curso.
Art. 6º - Poderão ser orientadores do TCC os professores efetivos da instituição com experiência na temática a ser desenvolvida.
Parágrafo 1º - Cada orientador orientará até cinco projetos de TCC. Excepcionalmente o número de projetos poderá ser maior, desde que expressamente autorizado pela Comissão do TCC.
Parágrafo 2º - o orientador deverá firmar um termo de compromisso de orientação mediante o preenchimento de formulário.
Art. 7º - Quando houver participação efetiva de outro docente, poderá haver a figura do co-orientador.
Parágrafo Único - São considerados co-orientadores os professores da INSTITUIÇÃO, de outros cursos, professores de outras Instituições de Ensino Superior ou profissional de instituições com comprovada atuação na área de interesse do projeto.
Art. 8º - O trabalho deverá ser elaborado sobre tema relacionado com a área do orientador ou do co-orientador, se for o caso.

Parágrafo Único - O desenvolvimento do TCC, deverá obedecer um plano de trabalho e período de execução que será acompanhado pelo orientador.

Art. 9º - O(s) discente(s) deverá(ão) elaborar um trabalho escrito de acordo com as normas vigentes de elaboração de trabalhos acadêmicos , ou na forma de artigo científico escrito de acordo com as normas de periódico indexado e com corpo editorial, na área de concentração da pesquisa realizada.

Parágrafo 1º - O corpo do trabalho deverá ter no máximo 20 laudas, em tamanho A4.

Parágrafo 2º - A comissão de TCC poderá optar pela apresentação do trabalho escrito na forma impressa, mídia digital ou outra forma, definido em edital.

Parágrafo 3º - No caso de artigo científico, o mesmo deverá ser submetido ao periódico escolhido antes da entrega do TCC na sua versão final.

Art. 10º - Ao Orientador caberá orientar, rever e aprovar a redação final do trabalho e encaminhar os trabalhos para que a Comissão do TCC tome as providências necessárias, observando-se o prazo mínimo de quinze dias anteriores à data definida para a defesa.

CAPÍTULO VI: DA AVALIAÇÃO

Art. 11º - A aprovação na disciplina TCC exigiráfreqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e apresentação do projeto, que será avaliado pelo professor da disciplina ou por professor por ele designado. O projeto deverá alcançar o escore mínimo exigido, de acordo com o regulamento geral acadêmico, para ser aprovado.

Art. 12º - A banca examinadora para a avaliação do TCC será composta pelo orientador e dois professores da INSTITUIÇÃO ou de outra instituição.

Art. 13º - A Avaliação do TCC pela Banca Examinadora envolverá a apreciação:

I - Do trabalho escrito;

II - Da apresentação pública;

III - Da Relevância e contribuição do estudo do tema

Art. 14º - A apresentação em sessão pública poderá ser na forma oral ou pôster, comunicada pelo orientador à comissão do TCC na entrega do trabalho escrito.

Art. 15º - No caso de apresentação oral a duração máxima será de 20 (vinte) minutos. Cada membro da banca terá 5 (cinco) minutos para argüição;

Parágrafo Único - O aluno que obtiver nota final inferior a média vigente na avaliação, será reprovado.

Art. 16º - Após a correção e aprovação pela banca examinadora, deverá ser entregue a versão final do trabalho escrito à Comissão do TCC, em mídia digital, no prazo máximo de 7 dias.

Parágrafo Único - O orientador deverá verificar o atendimento da correção sugerida pela banca examinadora e encaminhar a versão final à Comissão do TCC.

Art. 17º - O discente e o orientador deverão firmar um termo autorizando a disponibilização pública do texto escrito e definir uma data, com prazo, não superior a 12 meses a partir da defesa, para a publicação.

Art. 18º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do TCC.

FACULDADE AMAZONAS

FICHA DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CURSO DE PEDAGOGIA

FICHA DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CURSO DE PEDAGOGIA		
Nome dos alunos:		
Tema:		
Linha de pesquisa:		
DAT A	ORIENTAÇÃO	ASSINATURA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO,
NA MODALIDADE DE ARTIGO CIENTÍFICO

Às_____horas do dia_____ do mês de _____do ano de _____, na sala _____, compareceu para defesa pública do trabalho de conclusão de curso, como requisito obrigatório à Colação de Grau no Curso de Pedagogia , os aluno(s):_____, _____, _____, tendo o artigo o seguinte título:_____.
Constituíram a Comissão Avaliadora os professores abaixo indicados. Após a apresentação e as observações dos membros da comissão avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado _____ com nota _____, de acordo com os itens avaliados constantes de formulário anexo, que integra a presente ata para todos os feitos legais.
Eu,_____(Presidente da Comissão Avaliadora), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Avaliadora.

Membros da Comissão Avaliadora:

assinatura:_____
Nome completo - Orientador(a)

assinatura:_____
Nome completo - Avaliador(a) I

assinatura:_____
Nome completo - Avaliador(a) II

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO TCC.

Equipe:

Título do trabalho:

Avaliador:

Critérios de pontuação : 0 a 1 por cada item avaliado.

Avaliação da apresentação:

Critérios	Pontuação
O(s) autor(es) estava(m) presente(s) no horário estabelecido para a avaliação do banner?	0,25
Apresentação visual, postura e capacidade de arguição	0,5
Quanto ao domínio do conteúdo (argumentação de forma clara, objetiva e coerente)	1,25
O tema do Artigo é relevante para área da Educação	0,5
Capacidade de falar em público, com boa fluência oral e dentro do tempo previsto	0,5
Subtotal (1)	3,0

Avaliação do banner\slide:

Critérios	Pontuação
Adequação do banner\slide ás normas em relação a formatação, estrutura e a estética	0,25
O título do resumo expressa seu conteúdo, apresentado de forma clara e concisa?	0,5
O tipo de estudo proposto foi desenvolvido de forma adequada e os referenciais teóricos foram	0,5

apresentados?	
Os resultados observados retratam de forma clara os objetivos enunciados?	0,5
O artigo esta dentro os parâmetro previstos na ABNT.	0,25
Subtotal (2)	2,0

Avaliação do Trabalho escrito:

O trabalho escrito deve estar de acordo com as normas da ABNT, contemplando a fundamentação teórica coerente com o tema do projeto, resumo, metodologia, apresentação dos resultados e considerações finais	0 À 5,0	

Critérios	Sim	Não
Demonstração dos resultados é coerente com os objetivos pretendidos?		

Pontuação total do trabalho:_____ Data: _____ Hora: _____

Média final: _____

_____

Assinatura do avaliador:

PROTOCOLO DE ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC

A(o)
Ilmo. Sr. Prof(a):
MD. Colaborador do Estágio Supervisionado

Senhor Prof.:

Pela presente, estou encaminhando a esta Coordenação a Versão Final do Trabalho de Conclusão de Curso dos(as) orientandos(as):

Nome 01:_____

Nome
02: _____

Nome
03: _____

Nome
TEMA: _____
_____
_____

já defendido e aprovado.

O material entregue fora todo revisado por mim, de acordo com o padrão estabelecido no Manual de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Desta forma, responsabilizo-me pelo conteúdo que estou entregando a esta Coordenação.

As cópias acima citadas são compostas por:

a) Uma cópia em Capa Dura do TCC

b) Uma cópia em CD-ROM no formato PDF com capa personalizada, conforme capa do TCC impresso.

Atenciosamente,

Manacapuru, _____ / _____ / _____

Aluno(a) Nome Legível: _____

Assinatura do(a) Orientador(a):_____

FACULDADE AMAZONAS
MANUAL DE ESTÁGIO

APRESENTAÇÂO

Um dos objetivos centrais do Estágio Curricular é ser um espaço de construção de aprendizagens significativas, relativas à docência, no processo de formação dos professores. Ou seja, junto com as disciplinas teóricas desenvolvidas nos cursos de formação, o estágio também, apresenta-se como responsável pela construção de conhecimentos na perspectiva de diálogo constante entre teoria e prática.

Sendo assim, a compreensão do estágio como elemento facilitador da articulação teoria-prática sempre foi assumida como um das funções elementares desse componente curricular, obrigatório no processo de formação de professores, uma vez que, por intermédio dele, os alunos têm a oportunidade de, participando da formação oferecida pelas instituições de formação de professores, ao mesmo tempo, ter um contato com a realidade educacional desenvolvida nas escolas (PIMENTA, 2001).

A importância desse processo na formação de futuros professores, demanda daqueles que se ocupam dessa formação de um esforço intelectual de organização desses processos, mas não só isso, é preciso que se reflita em que bases conceituais este será constituído. Dentro desta perspectiva, o manual que elaboramos pretende ser um instrumento orientador dos princípios metodológicos do estágio, fornecendo ao aluno e ao orientador todas as informações necessárias para que este processo ocorra de maneira a garantir o alcance dos objetivos propostos.

1 CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA

A formação de professores para a educação básica supõe o cumprimento de determinadas normas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. O estágio curricular e o estágio profissional constituem um tema recorrente e dos mais relevantes para se pensar, desenvolver e concretizar a formação de professores no contexto da valorização do magistério.

Para além da regulação definida em sucessivos Pareceres e Resoluções, de caráter nacional e interno às instituições de ensino, há de se destacar a necessidade de desenvolver uma compreensão sobre o papel que o estágio tem na formação de docentes, o que implica na discussão de sua concepção, organização e operacionalização para garantir que este seja um instrumento qualificado de inserção do professor em formação no complexo mundo da escola e da educação.

Neste cenário há ainda que se destacar a necessidade de superação de

algumas dificuldades inerentes aos processos de formação de professores pertinentes ao aprendizado e desenvolvimento de competências e habilidades próprias ao exercício efetivo da profissão do magistério.

Nos estudos realizados por Carvalho (1985), encontramos a definição do estágio como uma “Grandeza Vetorial”, uma vez que este se apresenta como um elemento de ligação, um “canal” entre o Ensino Superior e a Educação Básica, no caso específico da formação de professores. Esse vínculo entre a Universidade e a Escola de Ensino Fundamental e/ou Infantil, que é articulado por intermédio do Estágio, é muito importante quando se reconhece, por um lado, a distância existente entre esses dois níveis de escolaridade; e, por outro, a não supremacia de uma instituição sobre a outra, evidenciando e acolhendo a contribuição que cada uma das instituições.(KULCSAR, 1994).

Essa reciprocidade demonstra a necessidade da articulação entre a teoria e a prática, em função da formação de professores, a fim de que o ensino na graduação não seja descontextualizado, mas enriquecido com a problemática do cotidiano escolar, e nem a prática da escola seja, somente, fruto do senso comum, ou uma prática pautada pelo saber tácito, construído pela rotina, reprodução ou repetição das ações, mas fruto de uma ação crítica e reflexiva sustentada por um consistente referencial teórico (BEHRENS, 1991).

Confirmando a relevância do estágio como “lócus de formação, aprendizagem, partilha de saberes e experiências” (CASTRO, 2000, p. 16) entre os professores e os alunos que realizam os estágios, a autora afirma a necessidade de estabelecer uma parceria produtiva entre o estudante e os profissionais experientes.

Contudo, estabelecer tal parceria com os profissionais das escolas-campo é uma situação delicada e conflituosa na realização dos estágios, uma vez que a relação entre professores e estagiários ainda não é vista como uma situação de complementaridade, de interdependência entre os indivíduos envolvidos no processo para construção de conhecimento. Ao contrário, essa relação ainda é marcada por inúmeras situações constrangedoras em que o estagiário é visto como aquele que está para “julgar” uma prática pedagógica profissional alheia. Sobretudo, porque a escola, principalmente a pública, apresenta-se tão vulnerável, fragilizada, insegura, que qualquer aproximação externa pode desencadear situações “mal entendidas”.

A compreensão do estágio como elemento facilitador da articulação teoria-prática sempre foi assumida como um das funções elementares desse componente curricular, obrigatório no processo de formação de professores, uma vez que, por intermédio dele, os alunos têm a oportunidade de, participando da formação oferecida pela graduação, ao mesmo tempo, ter um contato com a realidade educacional

desenvolvida nas escolas PIMENTA, 2001).

Ser identificado como uma aproximação da realidade, o estágio não é a prática, como afirma Pimenta (2001), uma vez que os alunos, por não fazerem parte, integralmente, da realidade da qual se aproximam, também permanecem ali por um período de tempo limitado, sem conquistar um espaço considerável de autonomia. Logo, não realizam a prática, mas se aproximam dela para efetuar algum tipo de atividade considerada pertinente ao seu processo de formação.

É interessante pensar nessa aproximação da realidade desenvolvida pelo estagiário na dimensão de um “olhar estrangeiro”, ou seja, de alguém que está de fora, que veio de um outro contexto, que não está condicionado ao cotidiano daquela prática, tendo, por assim dizer, condições diferenciadas para refletir sobre aquela realidade.

Na verdade, a inserção na realidade deve proporcionar a possibilidade de um olhar mais centrado e profundo sobre a complexidade que se instaura em torno do processo de ensino e de aprendizagem que se desenvolve na realidade educacional, impelindo os alunos a estabelecerem, em torno dessa “prática”, um exercício de reflexão que contribua, por um lado, para a compreensão de tal realidade, e, por outro, para a construção de novos conhecimentos a partir da realidade da escola.

O convite feito aos estagiários é que desenvolvam um olhar crítico sobre a realidade que vivenciam no cotidiano escolar. Ou seja, que façam, em seu processo de formação, o exercício da práxis a partir da realidade do trabalho educativo contextualizado, a fim de que essa prática se torne constante por ocasião do seu exercício profissional (LIMA, 1995).

O desenvolvimento deste olhar crítico, enquanto contribuição da experiência do estágio, longe de se instaurar na dimensão dos relatos que permeiam aspectos comportamentais dos profissionais que atuam em sala de aula, deve se estabelecer como tentativa de favorecer um olhar mais amplo sobre a realidade escolar, com o intuito de compreendê-la, não só a partir de uma determinada teoria, mas a partir de relações possíveis de serem estabelecidas entre a teoria e a prática, tendo em vista a sua futura atuação profissional (DONATONI, 1991).

É somente nesse movimento de transitar por entre o saber e o saber fazer, de idas e vindas, por entre a teoria estudada nas diferentes disciplinas do curso e a prática observada e/ou participada no ambiente escolar, em que os professores exercem, realmente, a sua prática profissional, que é possível construir uma prática de Estágio Curricular que seja significativa para o processo de formação inicial de professores.

2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Trata-se de um entendimento hoje consolidado pelos educadores de que a teoria sem prática é incompleta. Visando superar este problema entendendo o estágio como o lugar da práxis. Entendemos Práxis como atitude (teórico e prática) humana de transformação da natureza e da sociedade. Conforme Vasquez “A relação teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria como guia de ação molda a atividade do homem, particularmente atividade revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente.”

Nesse sentido, o que buscamos é construir no espaço do estágio uma possibilidade de dialogo efetivo entre essas duas dimensões do trabalho educativo. A concepção assumida de estágio implica em compreendê-lo como espaço de articulação entre um saber fazer, um saber, mediados pela reflexão e pela teoria. Pensamos que desta forma o estágio pode contribuir para a formação de professores que não só sabem o que fazer, mas que fundamentalmente busquem a unidade teoria e prática para compreender o que fazem.

A perspectiva metodológica admitida como fundamento das atividades de estágio encontra na observação participante o seu principal referente.A literatura científica conceitua a observação como uma técnica de pesquisa que permite a coleta de dados a partir da utilização dos sentidos para a obtenção de determinados aspectos da realidade. Assim, observar vai além de ver, ouvir ou sentir, quando observamos devemos ir além, devemos buscar a constante reflexão e análise dos fatos e ou fenômenos que se pretende estudar ou conhecer.

Desta maneira, a observação se constitui não como um movimento dos sentidos, assumindo um lugar de destaque na pesquisa em educação, pois, está se constitui como um “exercício do pensamento” sendo antes de tudo um “ato de criação” do próprio sujeito que olha, para tanto lançamos mão do registro dessa experiência no caderno de campo, onde os estagiários deverão registrar o conteúdo das suas observações. Entendemos assim, nesse projeto de estágio que o aluno/estagiário é antes de tudo um pesquisador e o universo escolar é o ponto de partida de onde se pode observar e construir saberes. Olhando, vendo e percebendo, e refletindo vai pouco a pouco avançando na compreensão acerca do complexo mundo da escola.

2.1 CARGA HORÁRIA, PERÍODOS, ÁREAS, CONVÊNIOS

O estágio supervisionado tem um total de carga horária de 418h, dividido em três áreas de atuação. Sendo dividido em Estágio Supervisionado I - Educação Infantil com a carga horária de 154h a ser realizado no 5º período, Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental com a carga horária de 132h a ser realizado no 6º período e Estágio

Supervisionado III - Educação Básica na Educação Inclusiva com a carga de 132h a ser realizado no 7º período.

Os convênios existentes estarão firmados com o a Secretaria Municipal de Educação SEMED/AM, podendo ser também estabelecidos com escolas privadas, neste ultimo tendo que ser estabelecido previamente com termo de cooperação técnica com escola privada.

2.2 O USO DO CADERNO DE CAMPO COMO FONTE DE REGISTRO – O ESTÁGIO COMO UMA ETNOGRAFIA ESCOLAR.

Para realizar o propósito metodológico pensado para o estágio curricular, apostamos no caderno de campo como um instrumento privilegiado de pesquisa e de registro da experiência de estágio. O que se pretende com o uso dessa ferramenta é avançar na possibilidade de compreensão da realidade escolar tendo em vista a realização de uma descrição densa dos elementos que a compõem.

Entendendo o estudo etnográfico como o esforço de reflexão sobre o objeto a partir da imersão no campo de estudo, o estágio curricular se estrutura como uma observação participante, nos termos de Lapassade, ou seja, a observação participante designa o trabalho de campo no seu conjunto desde a chegada do investigador ao campo da investigação, quando inicia as negociações que lhe darão acesso a ele, até o momento em que o abandona, depois de uma longa estada.

Durante essa estada no campo, os dados recolhidos, as impressões e reflexões do investigador que serão provenientes de fontes diversas, como nos indica Genzuk, para quem a etnografia é um olhar bem de perto, atento e cuidadoso, que se baseia tanto na experiência pessoal e em participação, e que envolve três formas de recolher dados: entrevistas, observação e documentos.

O caderno de campo será, portanto, o lugar do registro para os dados recolhidos nestas diferentes fontes. É assim que no processo de observação o aluno poderá processualmente construir uma compreensão da escola como um campo de conhecimentos e práticas que expressam os componentes da própria cultura escolar e suas contradições.

No diálogo com a escola e com sujeitos que lá transitam reside a possibilidade mesma de avançar no desenvolvimento das competências necessárias não só à docência, mas também aquelas necessárias para o transito pelas diversas dimensões do fazer educativo.

2.3 IDENTIFICAÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA

No transcurso das atividades de observação e com o uso continuo do caderno

de campo no registro dos dados coletados e das reflexões realizadas a partir de então, o aluno/estagiário será estimulado a identificar uma problemática a qual se debruçará mais detidamente ao longo do processo de estágio.

Neste sentido a Identificação de um problema ou um conjunto de questões se constituirá no objeto de pesquisa pedagógica na perspectiva de forjar nos alunos também o espírito de investigação que desnaturaliza as opções pedagógicas feitas, uma vez que, podemos pelo caminho da investigação questionar as soluções didático-pedagógicas, já em uso, Desejamos aqui especificamente criar um espaço propicio para a construção de propostas inovadoras para os velhos problemas que insistem em questionar a eficiência e a qualidade das nossas intervenções pedagógicas.

Esses problemas identificados deverão, contudo, estar inseridos em uma das linhas de investigação pedagógica que construímos a fim de estruturar nossos esforços de pesquisa.

3 RELATÓRIO DE ESTÁGIO

O Relatório de Estágio deve resultar de uma elaboração pessoal de cada estagiário. Após o encerramento do estágio, no prazo determinado pelo professor orientador, o aluno deve apresentar o relato das atividades desenvolvidas, para análise e avaliação pelo mesmo.

Constituem exigências mínimas para a apresentação formal do Relatório de Estágio Curricular Supervisionado:

Caracterização da escola enquanto comunidade educativa: dados sobre a instituição, gestão, professores, alunos, recursos materiais e pedagógicos, Plano de Gestão, Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Relato das observações, participações, projetos desenvolvidos, dos encaminhamentos efetivados, com análise crítica fundamentada em referenciais teóricos, realizada a partir da revisão do caderno de campo.

Apresentação do tema e do problema identificado bem como de ações envolvendo a prática pedagógica: docência supervisionada, desenvolvimento de projetos e investigações, bem como aquelas resultantes da própria experiência docente.

Considerações finais: deve apresentar a auto-avaliação da atuação como estagiário, das experiências vividas, das aprendizagens construídas e das contribuições do estágio para sua formação profissional.

A apresentação formal da experiência prática, ou seja, do Relatório de Estágio Supervisionado, deve constituir-se em um documento a ser apresentado em duas vias impressas de acordo com as normas ABNT (Associação Brasileira de Normas

Técnicas) acrescida de uma via digital (cd) formada em arquivo extensão pdf., em acordo com a estrutura a seguir.

3.2 ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO ESTÁGIO

O Estágio é uma atividade de natureza estritamente individual, por isso, o Relatório de suas atividades deve resultar de uma elaboração pessoal de cada estagiário. Após o encerramento do estágio, no prazo determinado pelo professor orientador, o aluno deve apresentar o relato das atividades desenvolvidas, para análise e avaliação pelo mesmo.

Constituem exigências mínimas para a apresentação formal do Relatório de Estágio Curricular Supervisionado:

Caracterização da escola enquanto comunidade educativa: dados sobre a instituição, gestão, professores, alunos, recursos materiais e pedagógicos, Plano de Gestão, Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.

Relato das observações, participações, projetos desenvolvidos, dos encaminhamentos efetivados, com análise crítica fundamentada em referenciais teóricos, realizada a partir da revisão do caderno de campo.

Apresentação do tema e do problema identificado bem como de ações envolvendo a prática pedagógica: docência supervisionada, desenvolvimento de projetos e investigações, bem como aquelas resultantes da própria experiência docente.

Considerações finais: deve apresentar a auto avaliação da atuação como estagiário, das experiências vividas, das aprendizagens construídas e das contribuições do estágio para sua formação profissional.

A apresentação formal da experiência prática, ou seja, do Relatório de Estágio Supervisionado, deve constituir-se em um documento a ser apresentado em duas vias impressas de acordo com as normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) acrescida de uma via digital (cd) formada em arquivo extensão pdf..

3.3 ESTRUTRA DO RELATÓRIO

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS:

CAPA, FOLHA DE ROSTO, INDICE,

ELEMENTOS TEXTUAIS:

INTRODUÇÃO

DESENVOLVIMENTO:

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA:

ESTRUTURA FISICA
ESTRUTURA DE PESSOAL
ESTRUTURA MATERIAL

RELATOS DAS OBSERVAÇÕES/CADERNO DE CAMPO
TEMA E PROBLEMA DO TRABALHO
JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO
PLANO DE DOCÊNCIA

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS
4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS
ANEXOS
PLANO DE INTERVENÇÂO, FOTOS , CÓPIA DO CADERNO DE CAMPO

3.3 COMPETENCIAS E ATRIBUICOES
COMPETÊNCIAS DOS ESTAGIÁRIOS
Estar matriculado(a) nas disciplinas de Estágio Supervisionado;

Participar de todas as atividades propostas pelo professor supervisor/orientador; de estagio.

Perfazer o total da carga horária mínima dentro dos prazos do calendário acadêmico;

Participar dos encontros semanais com o supervisor de estágio para orientação e estudo;

Elaborar, apresentar e implementar o Plano de Intervenção do Estágio;
Executar o plano em todas as etapas;

Empenhar-se nas leituras obrigatórias e complementares para aprofundar o nível de reflexão e compreensão acerca do Estágio Supervisionado;

Comparecer ao local de Estágio, pontualmente, nos dias e horários marcados;

Justificar-se junto ao professor supervisor e a Instituição onde desenvolve o Estágio, por escrito, em casos de faltas e atrasos, desde que por motivos plausíveis;

Apresentar organização no desenvolvimento das atividades;

Propor ações que integrem os diversos conhecimentos adquiridos no Curso;

Participar da programação e serviços da instituição em que desenvolvem o Estágio, demonstrando responsabilidade e observando o seu regulamento;

Analisar criticamente todas as atividades desenvolvidas com o professor supervisor;

Elaborar caderno de campo e relatório final das atividades desenvolvidas encaminhando-os ao professor supervisor toda vez que for solicitado;

Manter atitude ética no desenvolvimento do estágio;

Entregar o relatório final na data combinada observando os critérios estabelecidos pelo professor/supervisor do estágio;

REGULAMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

CAPITULO I

DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1. O Estágio Supervisionado objetiva a fortalecer a relação teoria e prática e é entendido como eixo articulador da produção do conhecimento em todo o processo de desenvolvimento do currículo do curso. Baseia-se no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica “pôr em uso” conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica, quer na vida profissional e pessoal, constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho de sua área profissional, além de instrumento de iniciação profissional.

CAPITULO II

DO OBJETIVO DO ESTÁGIO

Art 2. Elaborar e desenvolver projetos de atividades educacionais ou de investigação, problematização, análise e reflexão teórica a partir das realidades vivenciadas.

Integrar o processo de ensino, pesquisa e extensão;

Aprimorar hábitos e atitudes profissionais;

Proporcionar aos acadêmicos a oportunidade de aplicar habilidades desenvolvidas durante o curso;

Inserir o acadêmico na realidade do mercado de trabalho;

Proporcionar ao acadêmico a oportunidade de solucionar problemas técnicos reais, sob a orientação do professor orientador;

Orientar o acadêmico na participação efetiva do trabalho pedagógico para a promoção da aprendizagem em diferentes módulos do estágio: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Eja, Educação para a diversidade e Gestão educacional.

CAPÍTULO III

COMPETENCIAS DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

Art. 3º. São atribuições dos Coordenadores de Estágio:

acompanhar e orientar a confecção do plano de ação a ser executado pelo aluno estagiário no campo de estágio;

planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio;

elaborar documentos e formulários relativos ao estágio de sua competência;

distribuir as Diretrizes de Estágio e formulários de procedimentos para cada acadêmico;
orientar os acadêmicos na confecção dos relatórios;
receber e avaliar os relatórios ao final do período de estágio, discutindo-os junto à Coordenação do Curso de Pedagogia;
participar das reuniões realizadas pela Direção e Coordenação Pedagógica do curso quando de sua convocação;
analisar as solicitações de isenção de horas por atividades equivalentes;
reportar-se à Coordenação de Curso sempre que for notificado pelo acadêmico de situações problemas;
selecionar as atividades dos estagiários de destaque significativo para divulgação nos órgãos da instituição;
receber os documentos de estágio no final do semestre e encaminhá-los para ciência do Coordenador do Curso.

CAPÍTULO IV
COMPETENCIAS DO-ESTÁGIARIO

Art 4º. São Competências do Aluno Estagiário
cumprir as atividades que lhe sejam referentes, dentro do espírito de equipe;
representar, condignamente, a Instituição junto aos órgãos conveniados;
respeitar as regras e as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;
comparecer, assídua e pontualmente, ao estágio, respeitando o planejamento elaborado;
contatar com o responsável pelo estágio na Instituição, utilizando a carta de apresentação assinada pelo professor da disciplina;
elaborar, com a orientação do Professor-Orientador, uma pasta contendo as atividades comprovadas realizadas no período de estágio e um relatório final, assim como seu plano de ação assinado pelo Coordenador de Curso;
elaborar relatório de estágio de acordo com as diretrizes do Caderno de Normas Acadêmicas;
reportar-se ao Professor Orientador sempre que enfrentar problemas relativos ao Estágio Supervisionado.
CAPÍTULO V
CARGA HORÁRIA DO ESTAGIO SUPERVISIONADO
Art. 5º. Com base na Legislação vigente estão previstos 418h de Estágio

Supervisionado a serem cumpridos em Escolas da rede pública estadual e/ou municipal de ensino. Essas 418 horas serão realizadas na Educação Infantil, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e na educação inclusiva.

CAPÍTULO VI –
DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Art. 6º. As atividades do Estágio Supervisionado devem conter o seguinte conteúdo mínimo obrigatório:

I – estudos e pesquisas das diversas áreas das respectivas profissões;

II – atividades práticas supervisionadas;

IV – estudos e pesquisas dirigidos para o tema escolhido pelo estagiário, sob a supervisão de um docente, para elaboração de relatórios específicos e do texto de T.C.C. (Trabalho de Conclusão de Curso);

V – seminários, painéis ou eventos similares, para o debate a respeito de temas atuais.

Art. 7º O conteúdo programático das atividades do Estágio Supervisionado será definido, pelas diretrizes do estágio, publicada em edital, com aprovação da Coordenação do Curso de Pedagogia.

Parágrafo único. As diretrizes devem definir, no mínimo, conteúdo e duração de cada atividade ou tarefa, metodologias a serem adotadas, e avaliação de desempenho do estagiário.

Art. 8º A definição do conteúdo de cada disciplina ou atividade deve levar em conta as mudanças e perspectivas do mercado de trabalho e o ambiente sócio-cultural em que o curso está inserido.

CAPÍTULO VII –
DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELO ESTÁGIO

Art. 9º São responsáveis pelo planejamento, organização, realização e avaliação do Estágio Supervisionado:

I – Coordenação do Curso de Pedagogia;

II – Professor Orientador de Estágio Supervisionado

CAPÍTULO VIII –
DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 10º São considerados estagiários, para os efeitos deste regulamento, todos os alunos do curso de graduação em Pedagogia em período de estágio.

Art. 11º. Cabe ao estagiário:

I – participar das fases do Estágio tais como: preparatória, execução e avaliação, assim como dos programas de extensão, trabalhos simulados ou execução de tarefas em

situações reais de trabalho;

II – realizar todas as atividades programadas, sob a orientação de professor designado;

III – submeter-se a processos de avaliação continuada e global, buscando a melhoria de seu desempenho acadêmico-científico e de iniciação profissional;

IV – autoavaliar-se, como parte do processo de avaliação global de seu desempenho;

V – apresentar relatos periódicos de suas atividades práticas, ao Professor Orientador;

VI – realizar, com zelo, dedicação e espírito profissional, todas as atividades programadas;

VII – elaborar um relatório ao final cada de período seguindo as normas estabelecidas.

CAPÍTULO IX –

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 12. O processo de avaliação do estagiário será global e terminal em cada período letivo, com a apuração da carga horária prevista para o período e específicas das Diretrizes Legais.

CAPÍTULO X –

DAS ATIVIDADES EXTERNAS

Art. 13. As atividades de Estágio Supervisionado podem ser desenvolvidas em espaços educativos público e/ou privado e, ainda, em espaços de educação não-formal; desde que autorizado pelos responsáveis pelo Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO XI –

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Este regulamento somente pode ser alterado pela concordância da Direção, e do Colegiado de Curso.

NORMATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS GERAIS PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO:

Quanto às aulas de supervisão:
Acontecerão semanalmente em uma das salas da IES.
Carga horária 3 horas semanais, de acordo com grade de horário estabelecida.
Providências administrativas que antecedem a realização dos Estágios pelos alunos:
verificar a instituição educacional conveniada em que será realizado o estágio supervisionado;
apresentar-se à Escola com o documento de encaminhamento para que a direção formalize a autorização em documento próprio;
retornar com o documento de Autorização para a Realização de Estágios, devidamente assinado pelo diretor ou responsável da escola e entregar para o professor(a) orientador(a) dos estágios supervisionados para ciência e posterior arquivamento na pasta de estágio do aluno.

Realização dos estágios:
Orienta-se para que aluno cumpra em cada módulo de estágio pelo menos 30% da carga horária em escola da rede pública como forma de assegurar diferentes experiências de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares, que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências necessárias à melhor compreensão da realidade educacional.

Competências do estagiário na Escola:
apresentar-se à direção da escola ou a quem seja responsável pelo acompanhamento do estágio e solicitar permissão para acesso às dependências da escola, assim como a documentos como: Regimento Escolar, Plano Escolar, Projeto ou Proposta Pedagógica, para conhecimento e análise;
recorrer a profissionais responsáveis pelos diversos serviços ou setores da Escola, em caso de dúvidas ou necessidade de orientações;
trajar-se adequadamente e com roupas condizentes com o local de trabalho educativo;
saber ouvir atentamente, bem como aguardar momentos propícios de intervir e/ou manifestar-se;
observar horários e regras estabelecidas, tanto em relação à administração da escola, quanto ao estágio curricular supervisionado;
manter discrição e postura ética em relação às informações e às ações referentes à

participação em atividades da escola e de realização do estágio;
comprometer-se com a comunidade na qual se insere e com o próprio desenvolvimento pessoal e profissional;
respeitar, em todos os sentidos, o ambiente escolar, as pessoas e as responsabilidades assumidas nesse contexto.

Procedimentos na Escola: observação, registro, participação, investigação e docência supervisionada:

Observação em campo – na Escola e nas salas de aula de Educação Infantil ou dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 4º ou 5º ano):
A observação constitui um dos procedimentos mais importantes na experiência de estágio na escola. Consiste no uso atento dos sentidos num objeto ou situação, na sua manifestação espontânea, para adquirir um conhecimento determinado sobre um ou mais aspectos da realidade. Ao observar um fenômeno, o observador perturba a situação, interferindo no fenômeno que está sendo observado. A presença do observador muda a realidade e a forma ou modo escolhido para observar, vai determinar, em parte, o que se vai ver. Ao descrever uma situação, evento experiência, o observador fala de como ele percebe. Assim, as observações que fazemos da realidade, são muito influenciadas por nossa história pessoal, levando-nos a privilegiar certos aspectos e negligenciar outros. Neste sentido é importante que, ao observar as situações práticas vivenciadas no estágio, seja feito o registro daquilo que foi observado, para posterior reflexão e estudos pessoais ou no grupo.

Registro – de observações, participações e demais atividades desenvolvidas:
Considerado como um instrumento para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, bem como uma importante ação da atividade docente, o registro sistemático de observações, participações e experiências vivenciadas no campo de estágio, constitui o recurso básico para a sistematização da experiência prática, ou seja, a elaboração do Relatório do Estágio Curricular Supervisionado pelo estagiário.

As atividades de Estágio requerem o uso do Registro em dois momentos:
Num primeiro momento, no ato da realização do estágio (em instituições educativas formais e não formais), a observação subsidia o registro apontando para os aspectos mais relevantes e significativos da realidade apreendida naquele momento;
Num segundo momento (na FAC-FEA), distanciado no tempo e no espaço em que as ações transcorreram, é possível um registro que envolve uma reflexão sobre a ação.

Os informes obtidos podem serão discutidos, analisados e interpretados à luz de referenciais teóricos nas disciplinas.

OBSERVAÇÃO: O aluno-estagiário pode organizar e sistematizar seus registros empregando o Caderno de Campo ou uma Ficha de Registro de Campo, fazendo constar: local (Escola ou sala de aula), dia, horário de início e término do período de observação,observações pessoais da vivência prática, conteúdos, encaminhamentos didáticos, participação, etc.

3.5.3 –Participação – em atividades da Escola ou de sala de aula:

A participação do aluno-estagiário envolve a sua colaboração ativa no planejamento, realização ou avaliação dessas mesmas atividades, tais como:

auxiliar o professor na elaboração, preparação e realização de atividades de ensino, exercícios ou tarefas, das diversas áreas do currículo;

auxiliar nas rotinas de classe: chamada, correção de atividades, entradas e saídas de alunos, formação de filas etc.

dar assistência individual ou a pequenos grupos de alunos, durante a realização de exercícios ou quando apresentam dificuldades em relação ao entendimento de conteúdos do ensino ou nas atividades;

colaborar com o professor em qualquer outra atividade dentro ou fora da sala, quando solicitado;

participar de reuniões realizadas na escola: com professores, na Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), Conselho de Classe, de Pais e Mestres etc.;

colaborar com a direção e/ou professores, na organização ou promoção de eventos escolares, tais como: festas, gincanas, excursões, visitas, recreio dirigido, entradas e saídas de alunos etc.

Investigação na realidade:Orienta que as investigações levem à produção e à divulgação de conhecimentos sobre:

alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências;

processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais e ecológicos;

propostas curriculares;

organização do trabalho educativo;

práticas pedagógicas;

processos educativos e de gestão em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras;

processos de formação e das lutas históricas nas quais se incluem a dos professores;

como as crianças aprendem nas diversas etapas do desenvolvimento na educação infantil, no ensino fundamental e em espaços diversos.

Docência Supervisionada - na Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental:

As oportunidades de ação pedagógica efetiva em sala de aula podem ser restritas para os alunos-estagiários em algumas escolas, mas é possível, contudo, criar alguns espaços para o exercício da docência, sob a coordenação do professor Supervisor de Estágios e a colaboração do professor da classe. Trata-se da atividade de docência compartilhada, ou seja, de aulas, desenvolvimento de projetos ou programas, sob a assistência de professores experientes da Escola campo do estágio e sob a supervisão da escola de formação.

Sugestões de Atividades de Docência:

planejar e desenvolver projetos interdisciplinares de atividades educacionais, sobre temas sugeridos pelo contexto da escola, de sala de aula, por alunos ou pelo docente da classe;

projetos de produção de materiais didáticos ou instrucionais como: jogos, atividades, textos, cartazes, álbuns seriados etc. em parceira com a escola;

aulas de reforço de recuperação de alunos;

planejar e ministrar aulas solicitadas ou sugeridas pelo professor da classe e com acompanhamento deste;

outras atividades planejadas e desenvolvidas pelo aluno estagiário em que haja participação de alunos da escola estagiada.

Investigaçãoe produção teórico-prática:

A investigação na realidade educacional mais os estudos teóricos no curso resultarão em produções teórico-práticas, onde o estagiário se aproximará da realidade profissional com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação.

Da apresentação formal do Relatório de Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio é uma atividade de natureza estritamente individual, por isso, o Relatório de suas atividades deve resultar de uma elaboração pessoal de cada estagiário.

Após o encerramento do estágio, o aluno deve apresentar o relato das atividades desenvolvidas, para análise e avaliação pelo professor orientador dos estágios supervisionados que estipulará a data de entrega dos mesmos.

Constituem exigências mínimas para a apresentação formal do Relatório de Estágio

Curricular Supervisionado:

caracterização da escola enquanto comunidade educativa: dados sobre a instituição, equipe de gestão, professores, alunos, recursos materiais e pedagógicos, Plano de Gestão, Proposta Pedagógica e Regimento Escolar;
relato das observações, participações, projetos desenvolvidos, dos, encaminhamentos efetivados, com análise crítica fundamentada em referenciais teóricos;
apresentação de ações envolvendo a prática pedagógica: docência supervisionada, desenvolvimento de projetos e investigações, bem como aquelas resultantes da própria experiência docente;
avaliação da própria atuação como estagiário, das experiências vividas, das aprendizagens construídas e das contribuições do estágio para sua formação profissional;

A apresentação formal da experiência prática, ou seja, do Relatório de Estágio Curricular Supervisionado, deve constituir-se em um documento a ser apresentado em uma única via original, impresso de acordo com as normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e orientações técnicas do caderno de normatização da FAC-FEA.

O Relatório deve ser organizado em um único documento, na seguinte ordem:
Capa;
Folha de Rosto;
Sumário;
Introdução:
Apresentação dos objetivos do estágio;
Caracterização da escola;
Levantamento da problemática;
Hipóteses.
Desenvolvimento:Está relacionada à necessidade de se mostrar o que existe na literatura pertinente (obras pesquisadas), a relevância enquanto estudo teórico prático. Deve se referir somente aos assuntos que tenham relação direta com o tema/problemática.
Conclusão: É o momento da síntese, de trazer os resultados do estudo: descobertas principais, objetivos atingidos, relevância para a sua atuação como professor (a).
Referências: obras pesquisadas para o desenvolvimento do estudo;
Anexos:

Apêndices: Resumos, questionários, entrevistas e outros documentos produzidos pelos autores do estudo.

TERMO DE COMPROMISSO

A FACULDADE AMAZONAS, através do Curso de Pedagogia vem encaminhar a Escola _____ o (a) aluno(a) _____

_

regularmente matriculada(o) na disciplina ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM _____ para realizar as suas atividades.

CLÁUSULA 1ª: DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Promover a integração entre saberes e práticas dos variados campos de conhecimentos pedagógicos, visando a formação do profissional de educação;

Compreender os processos de planejamentos pedagógicos, de avaliação e de atividades que ocorrem nos espaços educativos;

Identificar as modalidades didático-pedagógicas que são desenvolvidas cotidianamente nas instituições escolares formais e não-formais.

Conhecer a realidade em que se insere o processo educativo para compreender o currículo e os aspectos filosóficos, sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais que o condicionam;

CLÁUSULA 2ª: DAS COMPETÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO

Oferecer a INSTITUIÇÃO vagas conforme as possibilidades da Instituição, considerando a necessidade de realizar o trabalho de reflexão e práticas coletivas;

Definir juntamente com a Coordenação do Estágio, as tarefas que serão oportunizadas aos estagiários, de acordo com os objetivos das Práticas de Ensino e do Estágio Supervisionado;

Oportunizar acompanhamento aos estagiários por professores e/ou pedagogos habilitados na área específica das Práticas de Ensino e do Estágio Supervisionado;

Designar o(a) orientador (a) de Estágio para acompanhar o aluno na instituição;

Acompanhar e registrar a freqüência do estagiário;

CLÁUSULA 3ª: DAS COMPETÊNCIAS DO CURSO PEDAGOGIA DA INSTITUIÇÃO

O Curso de Pedagogia através dos professores designados pela Coordenação do Curso de Pedagogia para atuarem como Orientadores de Estágios, terão a responsabilidade de:

Propiciar o processo de reflexão e integração entre a observação, a problematização e o referencial teórico;

Planejar as atividades do Estágio Supervisionado com os alunos, orientando-os sobre suas atribuições;
Orientar os grupos de estagiários sob sua responsabilidade;
Supervisionar o trabalho do estagiário, orientando-o quanto ao desenvolvimento e Encaminhando-o aos respectivos campos de Estágios;
Avaliar participativamente as atividades desenvolvidas nos estágios;
Apresentar bibliografia adequada às necessidades evidenciadas pelo aluno, visando o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
Estabelecer diálogo com os diretores, pedagogos e professores, sempre que possível, evidenciando o objetivo do estágio do curso;
Elaborar relatório ao final do estágio, com vistas a fornecer subsídios que venham a otimizar a ação pedagógica dos futuros pedagogos e do próprio curso de pedagogia.

CLÁUSULA 4ª : DAS COMPETÊNCIAS DOS ESTAGIÁRIOS
Estar matriculado(a) nas disciplinas de Estágio Supervisionado;
Participar de todas as atividades propostas pelo professor orientador;
Perfazer o total da carga horária mínima dentro dos prazos do calendário acadêmico;
Participar dos encontros semanais com o orientador de estágio para acompanhamento e estudos;
Elaborar, apresentar e implementar o Plano de Intervenção do Estágio;
Executar o plano em todas as etapas;
Empenhar-se nas leituras obrigatórias e complementares para aprofundar o nível de reflexão e compreensão acerca do Estágio Supervisionado;
Comparecer ao local de Estágio, pontualmente, nos dias e horários marcados;
Justificar-se junto ao professor orientador e a Instituição onde desenvolve o Estágio, por escrito, em casos de faltas e atrasos, desde que por motivos plausíveis;
Apresentar organização no desenvolvimento das atividades;
Propor ações que integrem os diversos conhecimentos adquiridos no Curso;
Participar da programação e serviços da instituição em que desenvolvem o Estágio, demonstrando responsabilidade e observando o seu regulamento;
Analisar criticamente todas as atividades desenvolvidas com o professor orientador;
Elaborar diário e relatório final das atividades desenvolvidas encaminhando-os ao professor orientador toda vez que for solicitado;
Manter atitude ética no desenvolvimento do estágio;
Propor sugestões que contribuam para a melhoria do Estágio Supervisionado;
Entregar o relatório final na data combinada observando os critérios estabelecidos pelo professor/supervisor do estágio;

CLÁUSULA 5ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A instituição poderá solicitar, a qualquer momento o desligamento e/ ou a substituição de estagiários, dando ciência da INSTITUIÇÃO;

O estagiário desligado deverá procurar imediatamente o professor/supervisor para comunicar o ocorrido e verificar as providências cabíveis.

O cumprimento das atividades pertinentes ao Estágio será condição básica para aprovação;

A freqüência no local de estágio é de 100%, devendo o estagiário repor eventuais faltas;

As situações não previstas neste instrumento serão analisadas pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

_____ _____

COORDENADOR DO CURSO ORIENTADOR DE ESTÁGIO

_____ _____

RESPONSÁVEL DA ESCOLA ESTAGIÁRIO

Manacapuru, ____de _____de _____

CARTA A ESCOLA

Senhor(a) Diretor(a),

A FACULDADE AMAZONAS oferece a seus acadêmicos do Curso de Pedagogia a oportunidade de compreender os processos nos quais as práticas pedagógicas ocorrem, razão pela qual nos dirigimos a essa conceituada Instituição com o objetivo de estabelecermos parceria que propiciem aos mesmos o acesso à escola e o conhecimento do fazer pedagógico através da Observação, da coleta, da análise e da implementação de ações concretas que visem à articulação entre a teoria e a prática. Portanto, solicitamos sua permissão para que o(a) Estagiário(a): _____

_____

__cumpra o Estágio Supervisionado nesta escola. A autorização de V.S.a. muito contribuirá para o processo de formação deste (a) acadêmico(a).

A carga horária total é de 154 horas.

Informações complementares podem ser obtidas junto à coordenação do Curso de Pedagogia desta Faculdade.

Atenciosamente,

Coordenadora de Estágio Supervisionado.

FICHA DE CADASTRO ESTÁGIO CURSO DE PEDAGOGIA	FOTO
NOME DO ALUNO:	
CPF:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE RESIDENCIAL : CELULAR: COMERCIAL:	
EMAIL:	
ANO DE INGRESSO NO CURSO:	
PERÍODO EM CURSO:	
LOCAL DO CAMPO DE ESTÁGIO:	
ENDEREÇO DO CAMPO DE ESTÁGIO:	
TELEFONE:	
TURNO DO ESTÁGIO:	
CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE ESTÁGIO:	
NOME DO RESPONSAVEL PELO ESTÁGIO DA ESCOLA:	
FUNÇÃO DO RESPONSAVEL PELO ESTAGIÁRIO NA ESCOLA: ( ) PEDAGOGO ( ) DIRETOR ( ) PROFESSOR	

PROFESSORA ORIENTADORA DE ESTÁGIO: DÉBORA DA CUNHA NOGUEIRA	
COORDENADOR DE ESTÁGIO FAMETRO:	
COORDENADORA DO CURSO DE PEDAGOGIA FAMETRO:	
ASSINATURA DO ALUNO _____ _____ MANACAPURU_____/_____/__ _____	ASSINATURA DO PROFESSOR ORIENTADOR _____ _____ MANACAPURU _____/_____/_____

DADOS GERAIS
INSTITUIÇÃO:
NOME DO ALUNO/ESTAGIÁRIO (A):
PROFESSOR DO CAMPO DE ESTÁGIO:
PERÍODO DE ESTÁGIO: DE _____/_____/_____ A _____/_____/_____
TOTAL DE CARGA HORÁRIA NO PERÍODO:_____HORAS.

FICHA DE FREQUÊNCIA ESTÁGIO SUPERVISIONADO				
DATA	HORÁRIO ENTRADA	HORÁRIO SAÍDA	ATIVIDADES REALIZADAS	ASSINATURA DO PEDAGOGO PROFESSOR/ DIRETOR

-

PLANO DE REGÊNCIA

Curso: Pedagogia	Ano:	Semestre:	Turno	
Estagiário:			Matricula	Turma
Escola:				
Série:	Turma:	Turno:	Nº de alunos	
Disciplina:				
Data:	Horário	Dia da Semana:		
Habilidades	Conteúdos	Desenvolvimento	Recursos	Avaliação
Atividades avaliativas:				
Referências:				

Manacapuru___,de_____de_____

_____

Assinatura do Estagiário

Manacapuru___,de_____de_____

_____

Profª.

-PLANILHA DE DOCENTES

Nº	Docente	Função	Formação (Graduação)	Titulação Máxima	Regime
1	ANA AUGUSTA DE OLIVEIRA SIMAS	DOCENTE	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	MESTRADO	PARCIAL
2	ARTUR FREITAS HIDALGO	DOCENTE/TUTOR	DIREITO/ FILOSOFIA	ESPECIALIZAÇÃO	HORISTA
3	DAVID JORGE GOMES REZENDE	DOCENTE	FILOSOFIA	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL
4	DEBORA DA CUNHA NOGUEIRA OLIVEIRA	DOCENTE	PSICOLOGIA/ NORMAL SUPERIOR - ED. INF. E SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL	MESTRADO	PARCIAL
5	GERSON DE MENDONÇA NOGUEIRA	DOCENTE	PEDAGOGIA	MESTRADO	INTEGRAL
6	GISELANE CAMPOS ESPADIM	DOCENTE	GEOGRAFIA	MESTRADO	PARCIAL
7	IRNEY DA SILVA FREITAS MARQUES	DOCENTE	PEDAGOGIA	MESTRADO	PARCIAL
8	KEEGAN BEZERRA PONCE	DOCENTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	MESTRADO	PARCIAL
9	KELEN PRISCILA OLIVEIRA B. MARCIÃO	DOCENTE	PEDAGOGIA	DOUTORADO	PARCIAL
10	LUANA BEATRIZ SANTA RITA BARBOSA	DOCENTE	PEDAGOGIA	MESTRADO	PARCIAL
11	MARCOS AFONSO DUTRA	DOCENTE	PEDAGOGIA	MESTRADO	PARCIAL
12	MARIA ROSINETE DE OLIVEIRA VITAL	DOCENTE	PEDAGOGIA	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL
13	NORMA APARECIDA LOPES DE OLIVEIRA	DOCENTE/TUTORA	PEDAGOGIA	MESTRADO	PARCIAL
14	RAYMUNDO THURY BARBOSA	DOCENTE	GESTÃO EM GERENCIAMENTO DE REDES	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL
15	VALÉRIA DA ROCHA BREVES DE SOUSA	DOCENTE/TUTORA	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	MESTRADO	PARCIAL